

**SOB O FIO DA NAVALHA:
Relações Estado e sociedade a partir da ação
política da Economia Solidária no Brasil**

Aline Mendonça dos Santos

**SOB O FIO DA NAVALHA:
Relações Estado e sociedade a partir da ação
política da Economia Solidária no Brasil**

Aline Mendonça dos Santos

Editora LUTAS ANTICAPITAL

Editor: Julio Okumura

Conselho Editorial: Andrés Ruggeri (Universidad de Buenos Aires - Argentina), Bruna Vasconcellos, Candido Giraldez Vieitez (UNESP), Dario Azzellini (Cornell University – Estados Unidos), Êdi Benini (UFT), Fabiana de Cássia Rodrigues (UNICAMP), Henrique Tahan Novaes (UNESP), Júlio César Torres (UNESP), Lais Fraga (UNICAMP), Mariana da Rocha Corrêa Silva, Maurício Sardá de Faria (UFRPE), Neusa Maria Dal Ri (UNESP), Paulo Alves de Lima Filho (FATEC), Renato Dagnino (UNICAMP), Rogério Fernandes Macedo (UFVJM).

Projeto Gráfico e Diagramação: Mariana da Rocha Corrêa Silva e Renata Tahan Novaes

Imagem da capa: Andrew Buchanan

Capa: Mariana da Rocha Corrêa Silva

Impressão: Renovagraf

Santos, Alice Mendonça dos.

S237s Sob o fio da navalha: relações estado e sociedade a partir da ação política da economia solidária no Brasil / Alice Mendonça dos Santos. – Marília : Lutas Anticapital, 2019.

125 p.

ISBN 978-85-53104-39-0

1. Economia solidária. 2. Economia – Aspectos sociais. 3. Políticas públicas. I. Título.

CDD 301.24

Ficha elaborada por André Sávio Craveiro Bueno CBR 8/8211
FFC – UNESP – Marília

1ª edição: outubro de 2019

Editora Lutas Anticapital

Marília –SP

edlutasanticapital@gmail.com

www.lutasanticapital.com.br

Apresentação.....	7
-------------------	---

CAPÍTULO I - A economia solidária no Brasil: avanços e contradições da organização popular

Introdução.....	11
1. Outras economias: estratégias contra hegemônica frente o desenvolvimento capitalista.....	16
2. Economia Solidária em evidência – o caso do Brasil.....	27
3. Protagonismo Popular no Movimento da Economia Solidária no Brasil.....	38
Considerações Finais.....	57
Referências.....	61

CAPÍTULO II - A representação do Estado brasileiro nos últimos anos: uma análise a partir da Política Nacional de Economia Solidária

Introdução.....	67
1. O Estado como diferentes formas de organização social: os reflexos no caso do Brasil.....	68
2. As diferentes gestões governamentais dos últimos anos no Brasil.....	80
3. A trajetória da política pública de economia solidária no Brasil frente à heterogeneidade do Estado e o Estado-novíssimo-movimento-social.....	88
Considerações finais.....	117
Referências.....	120

Apresentação

O livro que aqui apresento resulta de parte dos meus estudos que embasaram a minha pesquisa de pós doutoramento realizada no âmbito do meu trabalho junto ao projeto “ALICE – Espelhos Estranhos, Lições Imprevistas: Definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências do Mundo” –, coordenado por Boaventura de Sousa Santos, Universidade de Coimbra, com recursos do Conselho Europeu de Investigação, 7.º Programa Quadro da União Europeia (FP/2007-2013) / ERC Grant Agreement n. 269807” e da A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – processo BEX 10748-13-0

A pesquisa teve como interesse principal estudar o Estado brasileiro a fim de identificar as possíveis mudanças políticas a partir das três gestões do governo federal conduzidas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e respectivas coligações partidárias. Com esta pesquisa, busquei examinar as dinâmicas institucionais e sócio-culturais que se estabelecem no interior do aparelho estatal, assim como no plano das relações Estado-sociedade, ao longo da construção de duas política federais: Economia Solidária e Desenvolvimento Agrário, assim sendo, uma política mais representativa de demandas urbanas¹ e outra que privilegia as demandas do campo. São políticas peculiares que surgiram e se modificaram a partir do Pacto Político iniciado na primeira gestão do governo Lula e, portanto, capazes de expressar a dinâmica de transformação do Estado e da sociedade frente a duas perspectivas epistemológicas consideradas por Boaventura de Sousa Santos que eu busquei auferir do universo empírico: Estado-novíssimo-movimento-social e Estado Heterogêneo. Cabe destacar que a reflexão deste livro resulta apenas do foco

¹ Embora os dados do Sistema Nacional de Informações em *Economia Solidária* (SIES) apontem para uma maioria de empreendimentos econômicos solidários (EES) presentes no espaço rural.

na economia solidária, ficando as análises sobre o desenvolvimento agrário para publicações a posteriori.

No Brasil, processos de mudança econômica e social – que, desde os anos 1980, resultaram em profundos impactos sobre o mundo do trabalho – têm demandado outras respostas por parte do Estado em termos de apoio aos trabalhadores do campo e da cidade, sobretudo aqueles que estão fora das relações formais de assalariamento. Uma destas respostas é o desenvolvimento de políticas destinadas à um conjunto de atividades econômicas autogestionárias e organizadas de forma coletiva que vêm sendo reconhecidas pelo nome economia solidária (mesmo com algumas divergências conceituais e políticas sobre a nomenclatura). A expansão da economia solidária no Brasil tem apoio e ativismo, além dos trabalhadores que vivem a experiência da economia solidária, de movimentos e organizações da sociedade civil que compreendem entidades, sindicatos, universidades, etc.

Desta forma, a pesquisa dialogou com dois temas principais: Estado-sociedade; Economia Solidária. Embora a pesquisa tenha avançado em marcos teóricos e metodológicos até então novos para mim, a escolha do objeto de estudo remete a questões que já me acompanham há algum tempo. A economia solidária tem sido meu objeto de estudo, intervenção e militância política há algum tempo – passando pelos meus trabalhos de conclusão da graduação, do mestrado e do doutorado; e a relação Estado e sociedade foi um dos temas que perpassou minha tese de doutorado, onde discuti o protagonismo popular do movimento de economia solidária no Brasil.

Meus estudos anteriores despertaram o interesse de contextualizar, no marco das relações Estado-sociedade, o papel do Estado na promoção da auto-organização da sociedade para seu desenvolvimento social e econômico, bem como o papel da sociedade para uma possível reforma do Estado.

É preciso reconhecer que o contexto político brasileiro do período da pesquisa (2003 -2016) colocou novos elementos e redefiniu outros, ainda mais complexos que precisavam ser melhor compreendidos. O caso brasileiro apresenta, desde o tal Pacto Político, elementos importantes para examinar possibilidades, limites e desafios da ação estatal no atendimento das demandas da sociedade e, assim, compreender como ocorre esta relação tendo em vista o que muda no âmbito do Estado e o que muda no âmbito da sociedade. É preciso reconhecer também que este cenário mudou, tendo em vista o atual contexto brasileiro. A reflexão exposta neste livro alcançou até o governo interino de Michel Temer, após o impeachment da presidente Dilma Rousseff, expondo algumas mudanças e retrocessos do período vigente. O período pós 2016, incluindo o atual governo de Jair Bolsonaro, é dinamizado na minha pesquisa em curso intitulada “As outras economias e seu movimento político no Brasil: novas configurações do protagonismo popular a partir do ano 2016” onde revisito o objeto de estudo da minha tese de doutorado frente ao atual contexto.

Metodologicamente, tratou-se de uma pesquisa militante - onde o pesquisador é entendido como o “aquele que participa e partilha do projeto social e político de seu campo de estudo” (CUNHA e SANTOS, 2011) – realizada a partir de estudo exploratório que envolveu revisão bibliográfica, análise documental e trabalho de campo. O trabalho de campo foi cumprido em acompanhamento aos espaços de interlocução entre Estado e sociedade brasileiros (como os Conselhos Nacionais, as Conferências Nacionais e os Conselhos Gestores), bem como o diálogo e acompanhamento de debates internos e estratégicos tanto do movimento de economia solidária como do Governo.

Por fim, cabe destacar que o livro foi organizado considerando dois capítulos que, na minha leitura, expressam as relações Estado e sociedade no Brasil a partir da ação política da economia solidária: um primeiro capítulo onde

contextualizo a economia solidária no Brasil e discuto a organização popular a partir da estreita relação do movimento com o Estado; e um segundo capítulo onde dimensiono as mudanças no Estado, principalmente no período mais progressista, a partir de novas institucionalidades políticas a exemplo da Política Nacional de Economia Solidária.

CAPÍTULO I

*A economia solidária no Brasil: avanços e
contradições da organização popular*

Introdução

A situação complexa marcada pelo aprofundamento da crise do sistema capitalista, identificada já no início dos anos 1970, mas que teve seus efeitos intensificados durante a década de 1990, serviu de palco para inúmeras transformações no mundo do trabalho. No interior dessa crise, o capitalismo conjugou uma série de situações oriundas de operações de reestruturação produtiva, que implicam diretamente no cotidiano dos trabalhadores. Dessa forma, visualizou-se um processo profundo de precarização do trabalho, de universalização da subcontratação, de aumento da informalidade nas esferas já integradas ao mercado mundial, de aumento dos índices de desemprego e, conseqüentemente, a expansão de “economias marginalizadas”, que se localizam a margem do mercado formal de trabalho.

Frente à conjuntura e diante de uma transição paradigmática²², percebe-se a emergência de iniciativas econômicas que contrapõem a concepção hegemônica de economia e, a partir de práticas e estratégias de sobrevivência, trazem para a cena econômica também elementos políticos caracterizados por solidariedade, coletividade, sustentabilidade, confiança, emancipação – entre outros. Daí surgem uma diversidade significativa de atividades econômicas

²² A transição paradigmática é um momento próprio das revoluções científicas, onde novos paradigmas devem emergir. Para Santos (2006b), o paradigma que deve emergir desta transição da ciência moderna para a ciência pós-moderna “não pode ser apenas científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem de ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente)” (2006b: 60).

consideradas contra hegemônicas (economia solidária, economia indígena, economia feminista, economia campesina, etc.) que compõem o universo das *outras economias*.

Dentre as *outras economias*, destaca-se a *economia solidária* que vem sendo utilizada para referir uma grande diversidade de atividades econômicas coletivas e suprafamiliares³ e, no Brasil, assumiu uma relevância significativa, seja no campo das práticas, seja no campo das ideias. A economia solidária é expressa nas mais diferentes formas de organização: cooperativas de produção (típicas das fábricas recuperadas), as cooperativas de trabalho/serviços, cooperativas de consumo, cooperativas de agricultura familiar (presentes em assentamentos da reforma agrária), associações e/ou grupos informais (comuns às iniciativas de artesãos e catadores de resíduos sólidos - lixo), redes e cadeias produtivas, organizações de finanças solidárias, entre outros (SANTOS, 2010). Há ainda outras formas de produzir e viver que nem sempre se reconhecem no universo da economia solidária como as economias oriundas dos povos tradicionais⁴ (economia indígena e quilombola⁵), bem como o caso da agricultura familiar, que só é compreendida na economia

³ Mesmo com algumas divergências conceituais e políticas sobre a nomenclatura e as características da economia solidária no Brasil, estas são referências conceituais que orientam a Economia Solidária no Brasil. O movimento de economia solidária vem dialogando com uma abordagem mais ampla – tal como compreendo as *outras economias* neste trabalho –, mas características formais ainda são mais restritas dando margem para diferenciações. Ver características formais em SENAES, 2006.

⁴ Embora o movimento indígena e o movimento quilombola façam parte do movimento de economia solidária no Brasil, nem todos os indígenas e os quilombolas reconhecem os hábitos e costumes da sua economia tradicional como economia solidária.

⁵ Comunidades Quilombolas são comunidades remanescentes dos escravos negros que fugiram das propriedades que os exploravam para formar pequenos vilarejos chamados de quilombos. Atualmente existem mais de duas mil comunidades quilombolas espalhadas pelo território brasileiro.

solidária a partir dos coletivos (cooperativas e associações) formados por diferentes famílias.

No entanto, todas estas experiências refletem *outras economias* que implicam tanto as experiências econômicas tradicionais que reproduzem as formas de produzir e viver históricas – principalmente do meio rural – a exemplo das comunidades indígenas, quilombolas e organizações da agricultura familiar, bem como experiências mais recentes de trabalhadores que, diante da crise, resistiram e organizaram iniciativas de trabalho consideradas como economia solidária.

Desta forma, é possível afirmar que a economia solidária no Brasil compreende uma diversidade significativa, pois são muitos os sujeitos políticos que se apresentam sob distintas estratégias, embora pareçam convergir em um mesmo projeto político de sociedade. De todo modo, os entendimentos e reconhecimentos a partir dessas experiências que podem representar o desenvolvimento de ações de economia solidária não são unânimes, há pelo menos dois tipos de reconhecimentos da economia solidária que podem ser destacados: um reconhecimento a partir de um viés da desigualdade e um a partir de um viés da diferença. Segundo Santos e Carneiro (2016),

Sob um *viés da desigualdade*, a economia solidária e os seus princípios constitutivos são entendidos e reconhecidos como uma ação econômica inferior, improdutiva, informal em comparação ao setor formal e moderno da economia. Ela é vista como aquela que é desenvolvida pelos pobres e por desempregados com o intuito de gerar renda e formas de subsistência. É um viés da desigualdade, pois por um lado, é realizada por uma parcela da população que não consegue se inserir no setor formal da economia, e por outro, se configura de formas econômicas precárias e improdutivas em comparação a outras ações econômicas, e assim, para deixarem de serem desiguais (inferiores) devem se igualar às empresas ditas “modernas”. Estamos diante, portanto, de uma perspectiva que Santos (2006a) define como

monocultura e lógica produtivista que levam à produção da não existência (aqueles que não se enquadram nesta lógica produtivista não existem).

(...) sob um viés da diferença, a economia solidária é entendida a partir de suas particularidades e outras racionalidades. Seus princípios solidários são valorizados como formas alternativas de gestão econômica e estão presentes em uma multiplicidade e diversidade de práticas sociais. É realizada por diversos grupos sociais que experimentam sociabilidades alternativas, e neste caso, não são inferiores a outras formas, mas diferentes. É um viés da diferença, pois valoriza a diversidade cultural, sendo que esta não se restringe às relações sociais e culturais, mas também suas relações econômicas. Assim, não cabe sua comparação e inferiorização com as empresas capitalistas, mas sim o reconhecimento de suas diferenças e a promoção de ações e meios adequados para a sua realização e fortalecimento. Neste caso é uma ecologia de saberes, de reconhecimento e de produtividades, como nos mostra Santos (2006a). (SANTOS e CARNEIRO, 2016: 17)

No Brasil, estes reconhecimentos são observados tanto na leitura da sociedade como no Estado. No que diz respeito ao Estado a leitura ficou mais evidente. Os processos de mudança econômica e social demandaram respostas por parte do Estado em termos de apoio aos trabalhadores do campo e da cidade, sobretudo aqueles fora das relações formais de assalariamento. Com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva (Lula) – candidato do Partido dos Trabalhadores do Brasil (PT) – em 2002 e, consequentemente, a conquista do Estado por parte de forças políticas mais progressistas, essas demandas foram – em parte – se institucionalizando em políticas públicas destinadas a população historicamente marginalizada e invisibilizada. No caso da economia solidária, a política pública foi legitimada a partir da Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mas não só, pois

a economia solidária passou a ser também uma política transversal dos governos PT assumindo diferentes roupagens⁶.

Este processo de institucionalização da economia solidária como política pública foi implementado em estreita relação com o seu movimento o que, muitas vezes, confundiu a arena política da economia solidária. A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) – que até pouco tempo era a principal expressão do movimento de economia solidária no Brasil – possuíam uma relação muito estreita desde suas origens. O FBES foi afirmado a partir da terceira Plenária Nacional da Economia Solidária realizada em junho de 2003, um dia antes da implantação oficial da SENAES no MTE. Neste sentido, o movimento de economia solidária institucionaliza o FBES, como instância política, para ser interlocutor do Estado. Este processo chama a atenção para dois aspectos: o papel do Estado, e como este se configura na promoção da economia solidária, ou seja, partindo do pressuposto que o Estado pode ser visto como heterogêneo (SANTOS, 2003), e por isso, marcado por diferentes interesses, valores e recursos⁷; e os reflexos em uma sociedade também heterogênea que, a partir do movimento de economia solidária, disputa o entendimento, os espaços e os meios adequados para o desenvolvimento da mesma. Neste caso, nem o Estado e nem a organização societária são homogêneos. Tanto um, quanto outro, devem ser considerados de forma heterogênea (SANTOS e CARNEIRO, 2016).

A proposta deste capítulo é justamente olhar para a sociedade, compreender os movimentos da economia solidária até se constituir como movimento político e refletir sobre os limites e avanços deste movimento a partir da sua relação com o Estado.

⁶ Para melhor compreender a dinâmica da economia solidária no Estado brasileiro, ver capítulo II.

⁷ idem

Para dar conta deste debate, este texto está organizado em três momentos. Um primeiro momento onde reflete-se sobre as *outras economias* como estratégia contra hegemônica de desenvolvimento; um segundo momento em se destaca o lugar da economia solidária no contexto destas outras economias e; por fim, um último momento de reflexão sobre o protagonismo popular da economia solidária no Brasil.

1. Outras economias: estratégias contra hegemônica frente o desenvolvimento capitalista

Para referir processos contra hegemônicos de economia é preciso, primeiro, reconhecer as características fundantes da economia hegemônica: uma economia pautada pelo modo de produção capitalista, construída com bases no individualismo, na desigualdade, na competitividade e na exploração do trabalho.

Ao longo da história visualizamos não só a consolidação do modo de produção capitalista (a dominação do capital sobre o trabalho) – como havia previsto Marx em *O Capital* (1857), mas também um processo de reinvenção do próprio capital a fim de garantir a hegemonia do modo de produção. O processo de legitimação do capitalismo não ocorre de forma simples, mas sim a partir de uma dinâmica contraditória onde a questão social está no centro da disputa entre diferentes projetos de sociedade e, conseqüentemente, produz resistências por parte daqueles que estão em condições desfavoráveis que resultam em crises no mundo do trabalho.

A forma como a questão social é explicada assume diferentes roupagens, mas fato é que tal questão é reflexo de uma sociedade desigual. Para melhor compreender a lógica de produção de desigualdades, se faz relevante discutir as diferentes concepções sobre a questão social. A partir da abordagem marxista, a questão social tem sido aspirada na perspectiva de aglutinar os problemas sociais que atingem a humanidade num contexto de totalidade do processo histórico.

Segundo esta vertente teórica, tais situações eram e são decorrentes de uma contradição que se consolida com o desenvolver da sociedade capitalista: trabalho versus capital. Já no debate sobre a nova questão social, seus defensores afirmam que a dicotomia entre capital e trabalho - configurada a partir do modelo industrial - não serve mais de parâmetro para a sociedade vigente pautada pela revolução tecnológica. Segundo Castel (1998), um dos principais proponentes desta perspectiva, a questão social não pode ser mais explicada pela categoria “exploração”, pois trabalhadores a margem do mercado de trabalho formal, “os sobrantes”, não representam esta categoria, ou seja, eles são resultados da lógica capitalista, mas não são diretamente explorados pelo capital (Santos, 2016).

Ainda neste debate onde a questão social está no centro da disputa entre projetos societários, inclui-se o debate sobre a linha abissal difundido por Boaventura de Sousa Santos. Santos (2008) também corrobora com a leitura de que a questão social não pode ser explicada apenas pelo contraponto entre capital e trabalho e alega que a sociedade está dividida por uma linha abissal, onde as contradições se configuram em sistemas de distinções visíveis e invisíveis. Trata-se de uma realidade social produzida por extremos que confortam a sociedade vigente. Há uma impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. Segundo Santos, não há contraponto direto entre a regulação e a emancipação que se localizam do lado visível da linha e apropriação e violência aplicada do lado invisível da linha. Dessa forma, há uma negação radical que produz uma ausência radical, uma ausência de humanidade: a sub-humanidade moderna. Assim, a “exclusão torna-se simultaneamente radical e inexistente, uma vez que seres sub-humanos não são considerados sequer candidatos à inclusão social” (SANTOS, 2008, p.09).

Independente da leitura que se faça da disputa entre diferentes projetos de sociedade, é claro que há um contraponto onde o lado desfavorecido se posiciona frente o lado dominante.

Esta disputa é que provoca crises no mundo do trabalho e, conseqüentemente, conflitos nas relações sociais. Diante dessas crises, o capital precisa se reinventar para manter a condição de dominação e exploração. O próprio capitalismo cria estratégias de superação das crises – numa perspectiva de manutenção do “status quo” – se antecedendo e naturalmente silenciando as manifestações oriundas do trabalho e dos movimentos sociais organizados (SANTOS, 2007).

Os reflexos da reestruturação produtiva, próprios das políticas neoliberais, são resultados da necessidade de reinvenção do capital. Assim, estas políticas reproduzem relações sociais que são suporte ao sistema e garantia do controle sobre o processo de trabalho que é elemento determinante da economia hegemônica.

Frente ao modo de produção capitalista reinventado, estamos diante de uma economia de mercado regida pelas leis de oferta e procura que tem como base – como já sinalizado - o individualismo, a desigualdade e a competitividade (economia conduzida pelo liberalismo econômico no início do século XX e pelo neoliberalismo do final do mesmo século até época vigente). Para além das relações de exploração do trabalho, as forças hegemônicas produzem também exploração da natureza que, segundo Harvey (2004), é tratada apenas como reservatório de recursos naturais.

Sendo assim, os valores do modo de produção e da lógica de desenvolvimento capitalista tornam-se dominantes conformando uma economia hegemônica que preconiza um sistema econômico de mercado que mercantiliza a vida e impõe valores utilitaristas que refletem em ações individuais de seres humanos sobre outros seres humanos e sobre a natureza.

A hegemonia social que reproduz estes valores cria sociedades em que a “desigualdade, a violação de direitos humanos, a criminalidade, a violência, a guerra e o fascismo social⁸ são muito mais comuns do que o desejável e do que o

⁸ O conceito de fascismo social foi criado por Boaventura de Sousa Santos para dar conta das novas formas de dominação e exploração nas sociedades

possível” (ALMEIDA Jr, 2014). A centralidade destes valores, principalmente da competição, não só são princípios econômicos como também epistemológicos e, portanto, são mobilizadores de subjetividades, relações sociais e da interação com a natureza. Segundo Almeida Jr (2014) a própria ciência, seus procedimentos e concepções, estimula e sustenta a competição como força naturalmente hegemônica.

Neste caso, para a construção de uma proposta contra hegemônica de economia é necessário não só um reconhecimento social e político de outras formas de produzir e viver, mas também epistemológico: criar condições para uma transição paradigmática. Dentre os desafios deste processo de transição paradigmática está uma nítida separação entre sociologia e economia. Por muito tempo, a sociologia esquivou-se de estudar a economia como objeto de investigação – a não ser para tratar dos impactos da economia sobre o social – e, da mesma forma, a economia, que possui origem na economia política, afasta-se de questões de cunho social e filosófico, fortalecendo a ciência econômica⁹. A ruptura entre o econômico e o social caracteriza a própria modernidade, calcada em construções operacionais como a economia de mercado (CUNHA e SANTOS, 2011).

Desta forma, as experiências das *outras economias* se caracterizam contra hegemônicas tanto no sentido empírico (social, econômico e político) como no sentido epistemológico.

1.1. O contraponto empírico

contemporâneas. O fascismo social caracteriza-se pela crise do contrato social, ou seja, pela ideia de que noções como as de igualdade, justiça, solidariedade e de universalidade deixam de ter valor e que a sociedade como tal não existe mas, sim, simples indivíduos e grupos sociais em prossecução dos seus interesses” (SANTOS, 2003).

⁹ Segundo Gautié, a distância entre ciências sociais e ciências econômicas foi aprofundada a partir dos anos 1950, quando a sociologia passou a especializar-se em “ramos” de forma fragmentada (família, criança, violência, etc.), abandonando a totalidade dos processos, e quando a economia começou a assumir as elaborações neoclássicas como paradigma dominante. (CUNHA e SANTOS, 2011)

No que diz respeito ao sentido empírico, as experiências das outras economias já se apresentam contraponto quando apropriam valores diferentes da economia hegemônica: solidariedade, autogestão, participação. Estas experiências partem de uma combinação entre o tradicional e o diferente no processo de gestão e organização do trabalho que compreende uma mudança significativa nas relações sociais e no processo de trabalho (Santos, 2004; Holzmann, 2001; IBASE/ANTEAG, 2001, 2004), no entanto, este processo precisa subsistir no mercado hegemônico e, portanto, o desenvolvimento das forças produtivas continua reproduzindo a lógica dominante (SANTOS, 2007). De toda forma, com base nas experiências vividas, pode-se afirmar que as *outras economias* são contraponto à lógica dominante a medida que se relacionam principalmente com uma outra perspectiva de reprodução considerada como um princípio ético fundamental destas experiências: a “reprodução da vida”.

O termo *reprodução da vida* é oriundo da “reprodução ampliada da vida” que vem sendo desenvolvido por Coraggio (1994, 2000, 2004, 2015) e nos remete ao contraponto direto da expressão “reprodução ampliada do capital” utilizada por Marx no livro 1 do *Capital* (1867) para explicar a forma como o capital se reproduz a partir das condições de exploração do trabalho e extração de mais-valia.

A “reprodução ampliada da vida”, segundo Coraggio (1994, 2000) descreve processos e práticas que, para além da satisfação de necessidades básicas, no sentido de recriação das condições do chamado “trabalho produtivo”, também visa à melhoria generalizada e contínua da qualidade de vida de todos os membros. No caso das *outras economias*, o termo reforça os objetivos mais amplos destas organizações econômicas, que seriam norteados pela primazia do ser humano e pela lógica de reprodução da vida, em contraposição à primazia dos objetivos de acumulação e lucro nas empresas de tipo capitalista (SANTOS, 2010).

Neste caso, as *outras economias* representam a organização de um sistema econômico orientado pelo princípio ético da vida que se desdobra no reconhecimento da natureza como condição orgânica da vida humana e, portanto, estabelece uma relação restitutiva com a natureza em detrimento de uma relação extrativista (Coraggio, 2004); se preocupa com as gerações futuras; afirma os direitos humanos historicamente conquistados; a justiça social; a vida em comunidade; as relações horizontais e democráticas, etc.

Estas outras formas de produzir e viver almejam uma outra lógica de desenvolvimento. As diferenças das experiências (já referidas na introdução deste capítulo) implicam em aspirações futuras também diferentes. As iniciativas vinculadas aos processos de produção ainda falam na perspectiva de uma sociedade socialista; no caso dos povos originários indígenas a questão é tratada como “Buen Vivir” (tradução ocidental del Sumak Kawsay - Quechuas, de Suma Qamaña - Aymaras, de teko porâ - Guaraníes), existem também muitos sujeitos que se vincularam a este universo por força das circunstâncias e ainda não amadureceram suas expectativas frente a sociedade, enfim, não há um consenso definido, mas há sim uma compreensão maioritária de que é preciso mudar para seguir em frente.

Embora fala-se em outro sistema econômico, outro modo de produção, têm-se ciência de que as experiências das *outras economias* ainda são periféricas e não superam o modo de produção capitalista, no entanto compreende-se que se está diante de formas de economias alternativas, que se distinguem da lógica mercantil capitalista e estimulam outras relações de trabalho e outras relações sociais e econômicas. Estas experiências transitam entre as realidades e as utopias o que não significa dizer que suas práticas e aspirações podem ser desperdiçadas e invisibilizadas em detrimento de um discurso dominante e, por vezes, único de superação do capital¹⁰. A

¹⁰ Há uma vertente teórica essencialmente crítica que nega às economias alternativas “qualquer caráter progressista, muito menos emancipatório. Ela

realidade é um campo de possibilidades e, portanto, as alternativas precisam ser acreditadas e tentadas (SANTOS, 1999). Nesta perspectiva Santos e Rodriguez contribuem:

(...) a função das práticas e dos pensamentos emancipadores consiste em ampliar o espectro do possível através da experimentação e da reflexão acerca de alternativas que representem formas de sociedade mais justas. Ao apontar para além daquilo que existe, as referidas formas de pensamento e de prática põem em causa a separação entre realidade e utopia e formulam alternativas que são suficientemente utópicas para implicarem um desafio ao status quo, e suficientemente reais para não serem facilmente descartadas por serem inviáveis (SANTOS e RODRIGUEZ, 2003: 25).

Desta forma, pensar as outras economias sobre a perspectiva da “reprodução ampliada da vida”, como contraponto a reprodução do capital, tem sentido e as coloca numa condição contra hegemônica. No entanto, é incipiente, uma vez que a análise desta reflexão está pautada principalmente na relação capital e trabalho (tal e qual a leitura da questão social de base marxista ortodoxa) e existem elementos próprios das outras formas de produzir e viver que precisam ser visibilizados. Estes elementos assumem um papel fundamental na dinamização das *outras economias* e são tão centrais na vida econômica das iniciativas quanto o trabalho.

tem a pretensão de retomar a argumentação crítica de Marx a Proudhon (de 1845-47) e de Rosa a Bernstein (1899). Ela se fundamenta no caráter híbrido dos empreendimentos associativos, que embora busquem superar as relações sociais de produção capitalistas, estariam submetidos à lógica da acumulação do capital e, portanto, da concorrência capitalista. Neste caso, ao invés de contribuírem para a emancipação social, não fariam mais que reproduzir – em linhas gerais – o movimento mesmo do capital, transformando seus trabalhadores em agentes da competição do mercado e descarnando-os da luta política pela superação das relações sociais de produção que estruturam a sociedade capitalista” (CRUZ e SANTOS, 2011: 64).

Usando a metáfora da linha abissal empregada por Santos (2008), eu diria que, no universo das *outras economias*, o trabalho e suas respectivas relações são visíveis e legítimas e, portanto, estão deste lado da linha e os outros elementos que cercam estes processos como a espiritualidade e ancestralidade, os laços de solidariedade e confiança ficam invisíveis e, conseqüentemente, do outro lado da linha. (SANTOS, 2017a, p.270)

Assim, faz-se necessário discutir o conceito de forma mais ampla, incluindo no princípio ético da vida todos estes elementos que são tão caros para as diferentes experiências das *outras economias*. Por este motivo, compreende-se o conceito excluindo o adjetivo “ampliada”, e proponha-se uma complementação da discussão refletindo o processo a partir das lógicas de produção de inexistências e suas respectivas ecologias que foram trabalhadas por Santos (2006a) no marco da sociologia das ausências¹¹.

1.2. O contraponto epistemológico

No que diz respeito ao sentido epistemológico há de se trabalhar pelo reconhecimento de que a vida econômica não pode ser compreendida sem os elementos sociais e políticos que a compõe. As perspectivas que reproduzem tal separação reduzem a economia à lógica do mercado e tornam invisíveis outras formas e princípios de organização econômica. No entanto, esta separação tem resistências históricas. Não é de hoje que perspectivas críticas questionam a teoria econômica por postular como verdade a desvinculação da economia da vida social, cultural, política, moral, etc.

Para citar algumas destas referências críticas, é conveniente referir os estudos que refletem uma noção híbrida

¹¹ Para ver o conjunto de reflexões em torno desta proposta, ver SANTOS, 2017b.

de economias, inspiradas por obras como as de Mauss (1924) e Polanyi (1944), no desafio de “pensar na economia de um modo diferente dos economistas” (Laville, 2004), ou ainda, na crítica ao utilitarismo e reducionismo economicista nas ciências sociais, alertando para a necessidade de reatar laços entre os pensamentos social, econômico e político (Caillé, 1998, 2002).

Na leitura de Cunha e Santos (2011), estes estudiosos enfatizam que mercados não são esferas autônomas da sociedade, mas que o social e o econômico estão profundamente imbricados. Na verdade, não se trata de mais uma especialização dentro da sociologia, mas sim de resgatar o próprio projeto sociológico original, já que a tarefa de reconstruir uma ponte entre as abordagens sociológica e econômica remonta aos clássicos da sociologia: Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber.

Marx foi o primeiro grande questionador da teoria econômica em termos sociológicos, contribuindo para a compreensão da economia como fato e como ciência. Enquanto para Adam Smith e Ricardo a riqueza de determinada economia fundamentara-se no valor atribuído aos produtos, segundo a quantidade e produtividade do trabalho, Marx trouxe à tona as relações sociais implicadas no modo de produção. Aprofundando a análise da teoria do valor e considerando o sistema de relações econômicas, sociais, políticas e ideológicas do processo de trabalho capitalista como objeto de estudo da economia, Marx estabeleceu o fundamento para uma ciência social, privilegiando a totalidade, a história e os sujeitos desse processo, antes não reconhecidos por meio do que ele chamou de “fetichismo”. Weber abordou a economia de modo mais abrangente, usando o termo “economia social” para referir-se a um campo multidisciplinar e definindo a ação econômica no marco de sua teoria da ação social (orientada pelo comportamento de outros, possuidora de sentido e levando em conta a dimensão do poder).

Durkheim, embora se mantivesse mais crítico aos pressupostos teóricos e metodológicos da economia, contribuiu para que os fenômenos econômicos se tornassem objeto importante para a sociologia, que então se firmava nas universidades europeias ao introduzir, ainda nos anos 1890, uma sessão de “Sociologia Econômica” em *L’Année Sociologique*, e estimular colaboradores próximos a seguir estudos na área – dos quais o mais conhecido é provavelmente o ensaio de Mauss sobre o dom. (SANTOS, 2011, p.28)

Para além dos esforços de mostrar que não se pode compreender a realidade social, fazendo referência exclusivamente aos pressupostos da teoria econômica neoclássica, há uma outra questão epistemológica cara aos estudiosos das economias alternativas: há uma carência teórica e epistemológica para se compreender práticas econômicas consideradas “marginalizadas”. Pois as experiências das *outras economias* não só são invisibilizadas no plano empírico, mas também no plano epistemológico.

Segundo Cunha e Santos (2011), no plano empírico, a possibilidade de uma economia fundada sob o signo de uma solidariedade de caráter democrático foi sendo progressivamente invalidada. No plano epistemológico, teria ocorrido movimento similar: de modo geral, estas temáticas e experiências acabaram virando objeto de conhecimento científico apenas marginal.

Desta forma, há um duplo movimento contra hegemônico produzido pelas *outras economias*: um movimento que pretende impactar o sistema econômico e um movimento que pretende construir novos paradigmas de produção do conhecimento para pensar as *outras economias*.

Nesta perspectiva é que Cunha e Santos (2011) reconhecem que os desafios que circundam os estudos sobre as *outras economias* traduzem-se na potencial contribuição à

uma "sociologia das ausências"¹², e a uma "sociologia das emergências"¹³. Ambas dialogam com matrizes importantes para a pesquisa nesta área, como a crítica ao reducionismo utilitarista nas ciências sociais e o resgate das relações entre econômico e social por meio de abordagens sociológicas da economia.

¹² A produção social das ausências resulta na subtração do mundo, na contração do presente e no desperdício da experiência. Para Santos, experiências sociais não hegemônicas seriam desperdiçadas por conta de seu descredenciamento axiológico, caracterizando um desprezo "do ignorante, do residual, do inferior, do local e do improdutivo" (2005: 23) que se reflete em determinados sujeitos e realidades de forma que estes não sejam considerados como alternativa à racionalidade dominante. Para transgredir e transformar as práticas e conhecimentos convencionais e hegemônicos, Santos questiona as lógicas que produzem ausências e propõe uma sociologia das ausências em substituição a estas lógicas: "ecologia dos saberes" (contra a monocultura do saber e do rigor científico); "ecologia das temporalidades" (contra a monocultura do tempo linear); "ecologia dos reconhecimentos" (contra a classificação social); "ecologia das trans-escalas" (contra a escala global); e "ecologia da produtividade" (contra a lógica produtivista). Comum a todas as ecologias é a ideia de que a realidade não pode ser resumida ao que está visível (Santos, 2006a).

¹³ Enquanto a "sociologia das ausências" move-se no campo das experiências sociais, a "sociologia das emergências" move-se no campo das expectativas sociais. As expectativas modernas eram grandiosas e abstratas, falsamente infinitas e universais. Mas repudiar essas características da modernidade não significa o niilismo: contra isso, Santos (2006a: 119) propõe uma nova "semântica das expectativas", onde o aumento da expansão das experiências credíveis é diverso. Dessa forma, sugerem-se algumas possibilidades de reconhecimento de experiências diversas (de conhecimento, desenvolvimento, trabalho, democracia, comunicação) que precisam emergir, que condiz um equilíbrio entre experiências e expectativas. Por mais carentes que sejam as experiências presentes não significa que as expectativas não sejam cabíveis. A proposta da sociologia das emergências é olhar para a experiência como concreta antes mesmo de atribuir uma ideia de progresso e assim dilatar o presente e contrair o futuro.

2. Economia Solidária em evidência – o caso do Brasil

2.1 O quadro conceitual (breve contextualização)

No Brasil, a economia solidária tem sido uma das expressões mais evidentes no universo das outras economias. É expressivo o número de experiências coletivas, nos espaços rurais e urbanos, presentes no Brasil, a partir de cooperativas de produção, cooperativas de trabalho (serviços), cooperativas de consumo, cooperativas de crédito, associações, redes de cooperação, fábricas recuperadas (empresas de autogestão), bancos comunitários e várias organizações populares que, no geral, são reconhecidas como economia solidária. Os empreendimentos de economia solidária são caracterizados pelo trabalho associado, autogestionário, que estabelece outras relações de poder, solidariedade e participação. Esses empreendimentos também se caracterizam pela socialização dos meios de produção, que carregam o potencial não mais centrado na reprodução do capital, mas na reprodução da vida, conforme discutido anteriormente. Embora a economia solidária tenha adquirido maior notoriedade na década de 1990, vem apresentando forma – com a atual roupagem – desde meados da década de 1970, quando identificada mais uma crise do capitalismo que foi intensificada nas décadas posteriores. Entretanto, não se trata de uma novidade do século XX e sim uma revivência da luta histórica de trabalhadores que, frente às diferentes crises do capitalismo e das respectivas consequências, encontram espaço para novas formas de economia (SINGER, 2002b).

A economia solidária é uma herança do “cooperativismo revolucionário”, idealizado pelos pensadores socialistas utópicos do século XVIII: Owen e Fourier (SINGER, 2002b, 2002c), que almejavam outra sociedade, a partir de uma autonomia comunitária. No entanto, experiências mais recentes também caracterizam o processo. Lechat (2002) afirma que as iniciativas econômicas solidárias são oriundas de

crises econômicas e que se apresentam de diferentes formas de acordo com diferentes momentos históricos¹⁴.

Na América Latina, o aprofundamento das desigualdades agrava as condições de vida da população pobre. Historicamente este contingente de pessoas – por força das circunstâncias – desenvolveu as mais diferentes formas de enfrentamento da pobreza, que, em grande parte dos casos, compreendem práticas econômicas de base comunitária e de reciprocidade reconhecidas como economia popular. No Brasil, as iniciativas de economia popular – impulsionadas pela necessidade de sobrevivência econômica – caracterizam-se por diferentes iniciativas (individuais, familiares e comunitárias) que vão desde iniciativas coletivas de organização solidária de produção de bens e serviços até iniciativas ilícitas que produzem a violência, como o tráfico de drogas¹⁵.

¹⁴ Tratando do caso da antiga economia social na Europa, a autora aponta três momentos: As décadas de 30 e 40 do século XIX, marcadas por um novo tipo de regulação do trabalho que de corporativo transformou-se em concorrencial, viram nascer sociedades de socorro mútuo, balcões alimentícios e cooperativas de produção. Criadas por operários ou por artesãos que se negavam a tornarem-se proletariados essas iniciativas tentavam amenizar os sofrimentos trazidos pelos acidentes, pela doença e pela morte. A partir de 1848, no entanto, a repressão se abateu sobre essas associações. A grande crise dos anos 1873 - 1895 leva à modernização e a investimentos pesados na agricultura e nos recursos naturais. As cooperativas agrícolas e de poupança foram as soluções de sobrevivência encontradas pelos pequenos produtores [...]. A depressão econômica dos anos 1929 - 32 provocada por uma crise da regulação concorrencial, após a Segunda Guerra Mundial levou a uma intervenção do Estado, dentro das propostas keynesianas, implantando políticas econômicas e sociais. Mas antes disto as cooperativas de consumo e habitação se constituíram numa das soluções trazidas pelos operários. (LECHAT, 2002, p. 3)

¹⁵ Segundo Razeto (1993, p. 36-37) a iniciativas de economia popular podem ser classificadas da seguinte forma: 1) soluções assistenciais, como mendicância de rua, subsídios oficiais para indigentes, sistemas organizados de beneficência orientados a setores de extrema pobreza, etc.; 2) atividades ilegais e com pequenos delitos, como prostituição, pequenos furtos, ponto de venda de drogas e outras atividades consideradas ilícitas; 3) iniciativas individuais não estabelecidas e informais, como comércio ambulante, serviços domésticos de

Dentre as referências que ajudam compreender a formação da economia solidária na América Latina, destaca-se a reflexão do sociólogo peruano Aníbal Quijano que estudou a perspectiva de uma economia popular e solidária a partir da existência social sem exploração. O ressurgimento das formas alternativas de produção, segundo o autor, é consequência de dois momentos: a luta para assegurar a sobrevivência e a busca de alternativas. O primeiro momento diz respeito a uma situação em que “as necessidades materiais produzidas pelas tendências atuais do capitalismo e o consequente comportamento da realidade” levam os trabalhadores a enfrentarem o problema a partir da reciprocidade potencializada em práticas sociais que estabelecem outra relação com o trabalho e, por conseguinte, com outras instâncias da existência social; o segundo refere-se à possibilidade de alternativa ao capitalismo. O autor alega que as iniciativas solidárias não representam um modelo de substituição ao capitalismo, e sim novas relações sociais, sem exploração e dominação, que possuem a solidariedade como elemento necessário para manter a proposta alternativa, mas não suficiente para garantir a formação de um modo alternativo de produção (QUIJANO, 2002).

No Brasil, além da discussão conceitual de fundo, esteve bastante em voga, na década de 1990 e início dos anos 2000, a discussão conceitual a respeito da denominação mais adequada. Intelectuais, agentes externos¹⁶, trabalhadores da

pintura e limpeza, entregadores com locomoção própria, coletores e vendedores de sucata, etc.); 4) microempresas e pequenas oficinas e negócios de caráter familiar, individual, ou de dois ou três sócios, como bares, biroskas, etc. (geralmente dirigidos pelos próprios proprietários, com a colaboração da família); 5) organizações econômicas populares: organização de pequenos grupos que buscam, associativa e solidariamente, encarar os problemas econômicos, sociais e culturais mais imediatos e geralmente potencializados por agentes externos (paróquias, comunidades, sindicatos, partidos, etc.).

¹⁶ Estudos empíricos mostram que, historicamente, movimentos sociais e associações de base têm recebido apoio, financiamento e assessoria por parte de grupos religiosos, intelectuais, estudantes, sindicatos, militantes de esquerda e organizações não governamentais, o que também se verifica no caso

base da economia solidária pautavam tal debate com reflexões nacionais e regionais que marcavam a organização dos trabalhadores em prol de um espaço social, político e econômico para a economia solidária. Contudo, esta discussão passou a ter o foco minimizado quando, em 2003, o nome economia solidária foi, de certa forma, institucionalizado nos documentos da SENAES e do FBES.

Nos termos de referência elaborados pela SENAES, o termo economia solidária é definido da seguinte forma:

A economia solidária corresponde ao conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva dos meios de produção de bens ou prestação de serviços e pela participação democrática (uma cabeça, um voto) nas decisões dos membros da organização ou empreendimento.

A economia solidária compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob formas de cooperativas, federações e centrais cooperativas, associações, empresas autogestionárias, movimentos, organizações comunitárias, redes de cooperação e complexos cooperativos. Envolve produção de bens, prestação de serviços, finanças, trocas, comércio e consumo. (SENAES, 2006, p. 7)

Logo, buscando uma referência para o mapeamento nacional dos EES no Brasil, a SENAES elencou uma série de características para tais empreendimentos:

da economia solidária no Brasil, sobretudo entre os grupos sem experiência anterior de organização e que adotam o cooperativismo por necessidade imediata de sobrevivência (Gaiger, 2006).

- a) coletivas – organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais, etc;
- b) cujos participantes ou sócios (as) são trabalhadores (as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
- c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômica definidas;
- d) com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal;
- e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos serviços) e de consumo solidário. (SENAES, 2006, p. 13)

É importante destacar que dificilmente encontra-se, no contexto empírico, empreendimentos que reúnam todas as características consideradas pelos termos de referência da SENAES. Mas a definição do conceito é importante como ferramenta de análise dos empreendimentos em estudo.

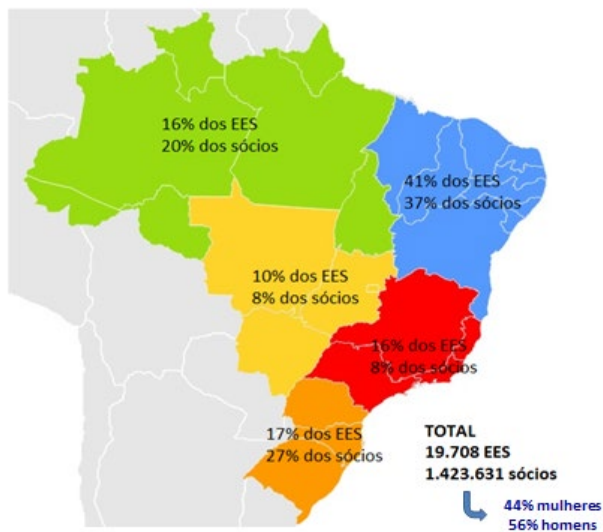
2.2. O quadro empírico

No Brasil, da metade dos anos 2000 até hoje, é possível ter uma leitura do quadro empírico da economia solidária graças à iniciativa da SENAES, que, para identificar e caracterizar as organizações do trabalho reconhecidas como economia solidária no país, viabilizou um mapeamento pioneiro no mundo, que alimenta a base de dados do Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária (SIES)¹⁷.

¹⁷ O primeiro mapeamento foi realizado em 2005, registrando em sua primeira etapa aproximadamente 18 mil empreendimentos. Em 2007, a base de dados

Os dados – consolidado 2009/2013 – representam 19.708 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) mapeados em todas as unidades da federação e reúnem, cerca de 1,5 milhões de pessoas, o que representa quase 2% da população economicamente ativa do Brasil (SENAES, 2014).

Segundo a base de dados do segundo mapeamento nacional, a configuração dos EES no Brasil quase não se alterou em aspectos gerais, do primeiro para o segundo Mapeamento. Abaixo um mapa que permite compreender a realidade atual da economia solidária no Brasil.



Fonte: SIES (SENAES/MTE)

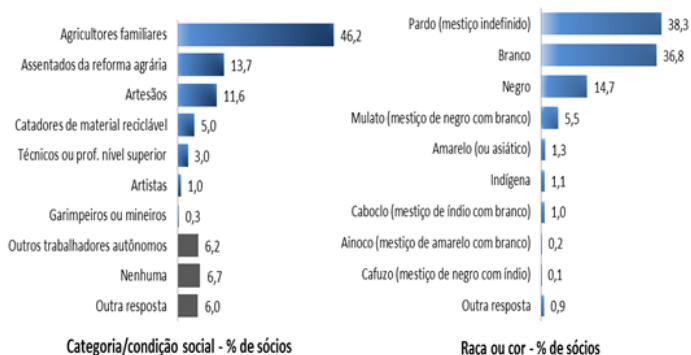
A partir do mapeamento, pode-se perceber que a economia solidária no Brasil tem o espaço rural como área de

foi ampliada com um mapeamento complementar, chegando-se a quase 22 mil empreendimentos em todo o Brasil. O segundo mapeamento foi realizado entre 2010 e 2013 e abrangeu os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), as Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e também políticas públicas voltadas à Economia Solidária (PPES). Para maiores informações ver <http://sies.ecosol.org.br/sies>

atuação majoritária, contendo 54,8% dos EES. A área urbana corresponde a 34,8% dos EES e 10,4% deles compreendem uma relação simultânea entre o espaço rural e urbano.

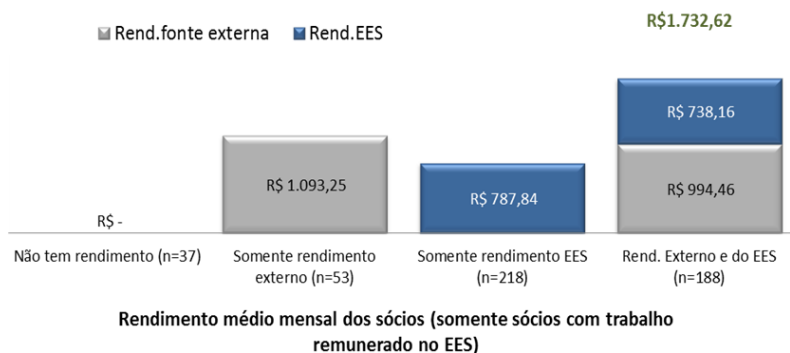
No que diz respeito a forma de organização dos EES, é notável uma predominância das associações, com 60% dos EES. Os grupos informais, correspondem 30,5% dos EES, as cooperativas ficam com menos de 10%, e as sociedades mercantis representam menos de 1%. O mapeamento revelou ainda que as associações predominam em área rural, os grupos informais (característicos dos grupos de artesanato) na área urbana e as cooperativas se dividem entre os dois espaços.

Ainda é importante ressaltar, que do conjunto de pessoas que foram identificados no mapeamento, 44% são mulheres e 56% homens. Tendo em vista uma pesquisa amostral desdobrada deste mapeamento, foi possível averiguar que as pessoas no espaço rural são, em sua maioria, agricultores familiares e assentados da reforma agrária e, no espaço urbano, artesãos e catadores de material reciclável. No que diz respeito raça e cor predominam mestiços, brancos e negros. Estas informações podem ser melhor verificadas nos gráficos abaixo:



Fonte: Pesquisa por amostragem de sócios de EES (SENAES/MTE)

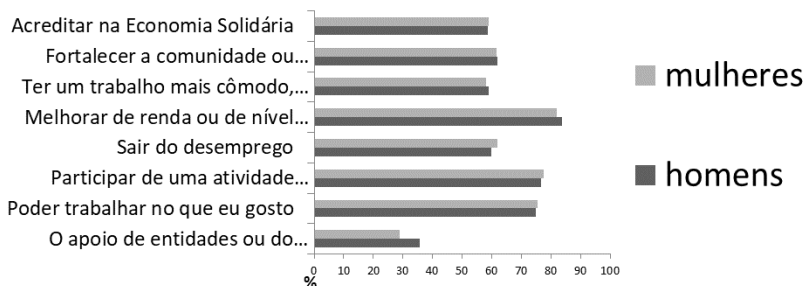
A economia solidária, nem sempre é a fonte principal de renda dos trabalhadores dos EES no Brasil. No que diz respeito o rendimento mensal dos sócios do EES, pode-se verificar que apesar de um número significativo de pessoas viver com a renda da economia solidária, ainda é preciso contar com recursos externos para garantir a subsistência, conforme gráfico abaixo:



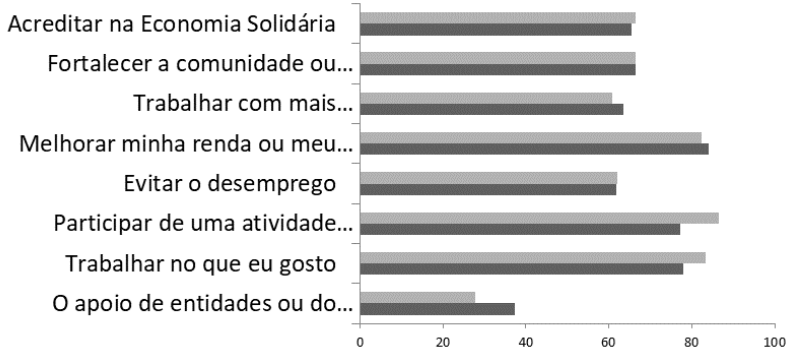
Fonte: Pesquisa por amostragem de sócios de EES (SENAES/MTE)

Por fim, é necessário chamar atenção para uma questão fundante da organização social e política da economia solidária no Brasil: a motivação para aderir e continuar no EES. A adesão primeira se dá por força das circunstâncias (complementação da renda, desemprego...), mas a continuidade no processo ocorre por consciência de causa, por acreditar na possibilidade de uma outra economia, conforme pode-se verificar no quadro a seguir:

Motivos para entrar no EES



Motivos para continuar no EES



Fonte: Pesquisa por amostragem de sócios de EES (SENAES/MTE)

Ao refletir uma situação específica, Singer exemplifica tal constatação:

Um bom exemplo é o caso da antiga fábrica de fogões no Rio Grande do Sul, chamada Wallig. Era a maior fábrica de fogões do Brasil e acabou quebrando, e os remanescentes dos trabalhadores criaram duas cooperativas. Depois de alguns anos, a falência da Wallig foi revertida em concordata na justiça. Nesta situação, os trabalhadores tiveram que entregar todo o patrimônio para a família Wallig, conseqüentemente, eles recuperariam os empregos, grande parte deles tinham

muitos anos de casa. No entanto, disseram “não” e se retiraram. Acharam outro local e estão lá, produzindo como cooperativa, competindo com a antiga empresa. Trata-se de um caso interessante onde os trabalhadores – depois de vivenciarem a prática solidária – optaram pela autogestão. Quando eles criaram a cooperativa, por força das circunstâncias, a única coisa que queriam era os seus empregos. Mas foram se educando no associativismo econômico e, depois de seis ou sete anos, chegaram à conclusão de que não queriam mais ser assalariados (SINGER apud CAROS AMIGOS, 2002a, p.28).

Desta forma, é preciso analisar a dinâmica da economia solidária a partir de seu movimento temporal, dentro de uma perspectiva dialética e que o vê, ao mesmo tempo, como resultado de uma articulação histórica entre a lógica do capitalismo e da contestação dos trabalhadores, mas também como um processo contraditório de subordinação e de negação às estruturas do mercado capitalista e de sua dinâmica. Trata-se de uma leitura que não *desperdiça* a experiência, como diria Boaventura de Sousa Santos, e olha para o processo considerando a capacidade emancipatória e transformadora dos empreendimentos de economia solidária.

Ao estudar a economia solidária, percebe-se que existem formas diversas de enfrentamento coletivo e associativo da pobreza pelos trabalhadores, que buscam subsistir economicamente, ainda que a resistência política não faça parte diretamente das vidas de todos os trabalhadores envolvidos. Dentre as práticas caracterizadas pela busca da sobrevivência há muitas contradições: algumas reproduzem o caráter individualizante do capitalismo, outras procuram alternativas ancoradas no esforço coletivo.

No entanto, é preciso reconhecer que a economia solidária ainda se depara com a dicotomia entre reforma e revolução. Porém, a lógica “reformista” sobrevive adaptando-se às novas conjunturas sócio históricas, que privilegiam o aparecimento de experiências “alternativas” à dinâmica

capitalista e precisam ser compreendidas como formas de luta, capazes de potencializar a disputa por uma nova hegemonia. Assim, propostas e práticas antineoliberais – como a economia solidária – aprofundam as contradições ao *status quo*, despertando consciência social sobre elas e reagindo aos ataques do conservadorismo.

Algumas vertentes de esquerda têm muitas dificuldades de reconhecer essa dinâmica; não percebem que teorias e princípios de nada valem se forem tratados como dogmas, se não estiverem ancorados à realidade concreta. Ao refletir a questão, Sader diz que estas posições estão vinculadas a apelos distantes da vida real:

[...] sejam de posições intelectuais que limitam suas análises a denúncias de “traição” – permanecendo no plano crítico, sem desembocar em propostas alternativas –, sejam de grupos doutrinários, que apenas repetem posições maximalistas – apelos abstratos a construção do socialismo –, sem nenhum arraigo na realidade concreta, pretendendo com isso resgatar os princípios teóricos diante de realidades que sempre os contaminam. Não se dão conta de que nenhum processo revolucionário partiu destes supostos teóricos, mas chegou a eles a partir das demandas profundas da realidade imediata [...]. (SADER, 2009, p. 148)

Talvez a economia solidária não seja capaz de transformar a sociedade, mas o fato é que a economia solidária avança e os esforços dos sujeitos envolvidos nesta dinâmica não podem ser silenciados, desperdiçados e produzidos como inexistentes.

Tendo em vista os valores antagônicos da economia solidária, frente aos valores do liberalismo estruturante, ela representa uma *utopia emancipatória*. Opondo a solidariedade ao individualismo, a intercooperação das iniciativas solidárias à competição indistinta, e a autogestão à heteronomia, a economia solidária aproxima-se da democracia

participativa e merece o reconhecimento das diferenças (CRUZ e SANTOS, 2011).

O desafio que se apresenta é articular a luta local de forma que ela seja capaz de desvelar as relações sociais aí presentes e, assim, contribuir para a constituição de uma sociedade democrática, de uma democracia sem fim:

[...] A emancipação não é mais um conjunto de lutas processuais, sem fim definido. O que a distingue de outros conjuntos de lutas é o sentido político da processualidade das lutas. Esse sentido é, para o campo social da emancipação, a ampliação e o aprofundamento das lutas democráticas em todos os espaços estruturais da prática social [...]. *O socialismo é a democracia sem fim*. Porque é uma qualidade ausente, o socialismo será tão adjetivado quanto for exigido pelas lutas democráticas. [...] Quanto mais profunda for a desocultação das opressões e das exclusões, maior será o número de adjetivos. (SANTOS, 2005, p. 277)

Em que medida os trabalhadores da economia solidária serão capazes de transformarem o processo e articular de forma coerente um projeto macrossocial (econômico e político) à experimentação microeconômica? Isto é algo que só o tempo histórico poderá dizer.

3. Protagonismo Popular no Movimento da Economia Solidária no Brasil

A partir das práticas de organização econômica e do processo político, participativo e autogestionário vividos no cotidiano dos EES, fez-se necessário a convergência da economia solidária em torno de um movimento político que respondesse pelas demandas e reivindicações desses EES. Desde 2003, mais especificamente, vêm acontecendo avanços das iniciativas de economia solidária em prol de um movimento organizado e articulado em nível nacional que resultou no Fórum Brasileiro de Economia Solidária. O FBES é uma

elaboração oriunda das Plenárias Nacionais de Economia Solidária e, como já sinalizado na introdução deste capítulo, representa a principal expressão do movimento da economia solidária no Brasil.

O Fórum Social Mundial (FSM) foi um dos momentos decisivos na história da economia solidária no Brasil. Desde sua primeira edição, em 2001, teve papel significativo como espaço de articulação entre uma série de entidades que começaram a dar forma a esse movimento. No primeiro FSM foi legitimado um Grupo de Trabalho de Economia Solidária (GT Nacional)¹⁸ que, a partir de então, foi o centro de mobilização para uma sequência de iniciativas políticas pensadas para configurar o movimento. O GT Nacional foi composto por 12 organizações e redes de apoio à economia solidária¹⁹. Preocupados com o caráter emancipatório do movimento, os representantes deste GT promoveram debates regionais e estaduais pré fórum, na perspectiva de comprometer todos os envolvidos com o tema, principalmente os trabalhadores da base, na construção de um movimento sólido. Esse processo de

¹⁸ O GT Nacional surgiu de uma iniciativa do Governo Olívio Dutra, no Estado do Rio Grande do Sul, através do Programa de Economia Popular Solidária, locado na Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI). A participação de algumas organizações nacionais na elaboração, execução e avaliação do seu programa estadual propiciou a oportunidade de, no I Fórum Social Mundial (FSM), serem organizados alguns eventos em articulação com outros atores nacionais e algumas redes internacionais de economia solidária. Isso levou, no ano seguinte, à constituição do GT Nacional.

¹⁹ Composto pelas seguintes entidades: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED); e alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

debate e mobilização deu origem às Plenárias Nacionais de Economia Solidária (PNES).

A primeira PNES ocorreu em dezembro de 2002 em São Paulo, com 200 participantes; a segunda PNES aconteceu em Porto Alegre, no FSM de 2003, com 800 participantes; a terceira PNES foi em junho de 2003, em Brasília, com 830 participantes, a quarta PNES ocorreu em abril de 2008 (quase cinco anos após a terceira), com 320 participantes e a quinta PNES ocorreu em 2012, teve a participação de cerca de 600 trabalhadores e trabalhadoras. Entre tantas questões, as plenárias discutiram encaminhamentos ao governo Lula e a formação do FBES. Atualmente o movimento está organizando o processo de realização da VI PNES que deve acontecer no ano de 2020 com o intuito de repensar sua organização política e seu processo de resistência frente ao atual contexto social, político, econômico e cultural do Brasil.

Eis o princípio do movimento da economia solidária no Brasil. A partir dessas plenárias, formou-se uma comissão responsável em negociar, junto ao Governo Lula, a inserção de políticas públicas para a economia solidária na plataforma de governo. O resultado desse diálogo deu origem à SENAES dentro da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego, em junho de 2003. No dia seguinte à posse do economista Paul Singer como Secretário Nacional de Economia Solidária, ocorreu a III Plenária Nacional, onde foi criado o FBES como espaço da sociedade que não se confundisse com o espaço público-estatal, que seria a SENAES.

Paul Singer esteve à frente da SENAES até meados de 2016, passando pelas gestões do Presidente Lula e da Presidente Dilma Rousseff. Com o processo de Impeachment da Presidente Dilma, Singer e equipe pediram exoneração dos

cargos e, meses depois, a SENAES foi destituída pelo Governo de Michel Temer²⁰.

Após 2003, com uma política nacional começando a ser planejada e executada, Fóruns Estaduais de Economia Solidária foram sendo articulados e foram somando-se às iniciativas já existentes. Em 2005 já se afirmava a existência de Fóruns em todos os Estados do País. Oriundos dessas organizações estaduais foram criadas também articulações regionais e municipais, motivadas pelos processos operacionais instituídos pela SENAES (e/ou pelo FBES), que implicavam grupos de trabalho e políticos organizados. Em algumas regiões, esses espaços ainda são frágeis, comprometendo o fortalecimento do movimento. Outro fato importante resultante desse movimento foi o I Encontro de Empreendedores ocorrido em meados de 2004, em Brasília, no qual se visualizou que o FBES é uma organização que conjuga o setor popular com o poder público e entidades da sociedade, consolidando um movimento de diferentes categorias. Nesse evento, presenciou-se o protagonismo dos empreendedores solidários que segundo Lisboa (2004, p.2), prezou pelo fortalecimento da adoção de políticas públicas voltadas para a economia solidária; o aprofundamento da interlocução com os Fóruns Estaduais de Economia Solidária (FEES); identificação da realidade da economia solidária (empreendimentos, entidades de fomento, gestores públicos) existente de modo a potencializar articulações em Estados onde ainda não existem FEES e, mesmo com limitações, foi possível perceber as formas de como os diferentes sujeitos vão se convertendo em lideranças nacionais, em sujeitos políticos baseados num fórum afirmativo.

Em junho de 2006, aconteceu a primeira Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), realizada em

²⁰ Para maiores informações sobre este processo ver o capítulo intitulado “A representação do Estado brasileiro nos últimos 13 anos: uma análise a partir da Política Nacional de Economia Solidária”, neste livro.

Brasília, contando com 1.073 delegados de todo Brasil que, durante uma semana, discutiram e deliberaram sobre as diretrizes para a política de economia solidária. Este evento foi de suma importância para o movimento que constituiu bases para uma política de Estado, e não só de governo, e também porque aproximou o debate entre Estado e sociedade. Tal conferência culminou na criação do Conselho Nacional de Economia Solidária.

Diante desse contexto, as lideranças do FBES começam a repensar estreita relação do movimento com o Estado e propuseram um novo debate para sua reestruturação. Com esse intuito, em 2008, foi realizada a IV Plenária de Economia Solidária, que foi precedida de uma série de plenárias preparatórias em todos os Estados, que discutiram não só o papel do FBES, mas as bandeiras do movimento e sua operacionalidade. Essa Plenária representa um significativo avanço do movimento, que implicou deliberações pautadas por inúmeras divergências dentro de seu espaço. A diversidade de sujeitos, as mudanças de representações e consolidação de ideias configuraram o perfil do movimento da economia solidária no Brasil.

Por conseguinte, percebe-se que as elaborações a respeito da economia solidária transcendem a um processo socioeconômico do cotidiano dos empreendimentos, mas uma construção vinculada a um plano maior que procura legitimar um espaço político na sociedade vigente que caracteriza a luta dos trabalhadores. Sendo assim, a construção do FBES como um sujeito político engendra novidades que assinalam uma abordagem inédita para um problema antigo, sendo esse movimento um fato novo que possibilita reflexões inovadoras tanto no campo teórico como no empírico.

A partir deste processo, a economia solidária cresceu e foi ficando cada vez mais diversa e plural, como já anunciado na introdução deste capítulo. O mapeamento, apresentado anteriormente, foi um instrumento importante para o movimento que passou conhecer a diversidade da economia

solidária a fim de que todos, nela envolvidos, conhecessem o campo para melhor organizar a ação política comum.

Abaixo, segue uma imagem que representa o campo da economia solidária elaborado pelo FBES. Além dos trabalhadores organizados nos mais diferentes segmentos da economia solidária, fazem parte deste campo os agentes externos constituídos pelo poder público, nas mais diferentes esferas, por entidades de apoio e fomento (vinculadas a universidades e movimentos) e as instituições representativas das associações de empreendimentos.



Fonte: FBES - <http://cirandas.net/fbes/o-que-e-o-fbes>

Desta forma, o movimento da economia solidária no Brasil expressa um sujeito coletivo – FBES – composto por

vários sujeitos. Os EES representam possibilidade concreta da consolidação da economia solidária, sem eles o movimento da economia solidária não tem sentido. Todavia a legitimidade destes empreendimentos e, conseqüentemente, do movimento requer o reconhecimento das trajetórias dos diferentes sujeitos.

Muitos dos sujeitos, ao se reconhecerem na economia solidária, trazem consigo outras histórias de reivindicação e protesto que representam as mais diferentes lutas, por exemplo, há EES que se formaram a partir da iniciativa comunitária²¹, há EES que possuem identificação com a luta pela reforma agrária²², há EES oriundos de massa falida e que possuem relação com o movimento sindical²³, há EES formado por perspectiva de reinserção social (pessoas que possuem alguma doença - doença mental, dependência química, HIV; presidiários...), enfim há EES predominantemente de mulheres, quilombolas, indígenas etc. que carregam outras bandeiras de lutas, além de possuírem uma identidade comum: a economia solidária.

Sendo assim, o movimento da economia solidária não é unívoco e integra uma pluralidade de práticas e de sujeitos sociais que, ao se movimentarem das mais diferentes formas, buscam legitimar a economia solidária. Segundo Icaza (2004) a pluralidade presente no movimento da economia solidária “é sua força e sua novidade, pois permite que em torno dela se congreguem forças importantes, portadoras de criatividade e construtoras de inovação social”. É a partir desta diversidade que a economia solidária é um campo em potencial para o diálogo de propostas e experiências

²¹ É o caso da Univens que é uma cooperativa da área de vestuário de um bairro de Porto Alegre que se organizou a partir da participação nas reuniões do Orçamento Participativo no bairro (SANTOS, 2006).

²² É o caso das cooperativas da CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil do Movimento Sem Terra.

²³ É o caso dos EES vinculados a extinta Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) e a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL Brasil).

diferentes que almejam uma transformação social e econômica comum a partir de uma outra forma de produzir e viver.

O movimento da economia solidária se fortalece em um momento histórico em que a sociedade civil é definida como uma trama diversificada de sujeitos coletivos que mobilizam recursos associativos para problematizar questões de “interesse geral”. Segundo Avritzer (1997: 284), “o que caracteriza a sociedade civil brasileira é a procura pela autonomia de uma esfera de generalização de interesses associada à permanência de uma forma institucional de organização baseada na interação comunicativa”.

Nesta perspectiva, o movimento da economia solidária configura um espaço no qual diferentes sujeitos partilham posições semelhantes. Por um lado, os EES e suas diferentes bandeiras somadas à economia solidária, por outro os agentes externos, com destaque para as entidades de apoio (associações, entidades civis e articuladoras) - relevante tipo de ator dos anos 1990.

As entidades de apoio passaram ocupar um espaço na sociedade civil e no campo da ação coletiva bastante significativo, uma vez que ganharam centralidade na capacidade de agregar demandas e articular diferentes sujeitos em torno das mesmas, posicionando-se assim, ao lado dos movimentos sociais. Como organizações institucionalizadas que mesclam militância e profissionalismo, as entidades de apoio desenvolvem projetos em prol do desenvolvimento de uma agenda específica e por sua capacidade técnica e política conquistam importantes espaços de decisão nos processos deliberativos da sociedade civil. Segundo Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2004), o debate sobre sociedade civil dos anos 1990 enfatiza uma concepção restritiva da sociedade civil em que há uma “ocultação artificial dos movimentos, sobre dimensionando o papel de outros sujeitos da sociedade civil — notadamente as ONGs (Organizações Não Governamentais) e OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) — como se fossem sucessores ou ocupassem lugar análogo ao

dos primeiros”. Embora, o desaparecimento dos movimentos em detrimento dessas organizações seja equivocada, este discurso exerceu grande influência sobre os processos de ação coletiva evidenciados na década de 1990.

Tendo em vista papel relevante que o GT Nacional teve no princípio do movimento da economia solidária no Brasil, pode-se dizer que tal movimento se situa entre os movimentos influenciados pelo referido discurso. No entanto, acredita-se que os empreendimentos econômicos solidários, identificados como a base da economia solidária, são as principais expressões de poder do movimento. De fato, a economia solidária possui um leque de interlocutores bastante amplo o que atenua as diferenças entre as posições conceituais e políticas contidas no movimento, mas esta abrangência provavelmente não oculta a centralidade dos EES. A estreita relação dos agentes externos com o movimento da economia solidária garantiu que tais agentes participem do processo como sujeitos diretos, como sujeitos econômicos que também são, em um patamar abaixo dos EES, mas com direito de decisão.

A definição de como seria a estrutura do FBES, quem teria direito a voz e vez, ocorreu na III PNEs que sucedeu o momento de implantação da política federal de economia solidária, ou seja, o movimento de economia solidária institucionalizou uma estrutura para ser o interlocutor do Estado, do governo Lula que era esperança de diálogo dos movimentos sociais para atendimento de suas demandas. Isso também aconteceu com outros espaços políticos como a agroecologia e a soberania alimentar. Os movimentos não perderam seus questionamentos e reivindicações em relação ao governo, no entanto é bem verdade que tamanha cumplicidade colocou uma dificuldade de posicionamento da sociedade em relação ao Estado.

De toda forma, foi na III PNES, na origem do FBES²⁴, que os militantes da economia solidária discutiram concepção, funcionamento, composição do FBES. De imediato foi consensuado concepção, funcionamento e continuidade ficando a maior divergência e, portanto, principal objeto de debate da plenária, a composição do FBES. A questão da composição – que diz respeito ao protagonismo do movimento – foi exaustivamente discutida. A principal questão se deu em torno da participação ou não dos agentes externos – principalmente gestores públicos – na composição do Fórum. Ao fim deliberou-se pela participação maior de trabalhadores dos EES e menor dos agentes externos. Para chegar nesta definição algumas falas foram levadas em consideração, dentre elas destaca-se as falas de um trabalhador de EES e de um agente externo a favor da composição deliberada:

Trabalhador de EES na III PNES:

Pedir a atenção de todos, que ninguém é dono da verdade para estar impondo a sua verdade ao outro. Eu sou empreendedor, artista plástico da Associação de Desenvolvimento Solidário e Sustentável de Marituba, no Pará. E tem uma coisa que eu quero defender aqui que é a democracia. Democracia não se constrói com exclusão. Democracia se constrói com a participação de todos e todas. Quando nós elegemos aqui a concepção de fórum, é que participem todos aqueles que queiram contribuir na construção de uma nova economia alternativa ao capitalismo. Quando a gente fala em solidariedade e sucesso, estamos falando de inclusão social. Agora, a exclusão não pode estar no nosso meio. Ela tem que ser banida do nosso seio. Eu não tenho medo, enquanto empreendedor, de estar discutindo com o governo a sua participação num processo de construção coletiva. Porque muitas vezes o medo advém da ignorância daquele segmento. Concluindo, eu acho que se queremos

²⁴ Que produziu carta de princípios e plataforma do movimento da economia solidária no Brasil. Ver www.fb.es.org.br

um homem novo no séc. XXI, no combate ao capitalismo, que é excludente, temos que dar exemplo aqui neste fórum. Exemplo de solidariedade, inclusão e participação coletiva. Está aí o desafio. Se sairmos aqui sem o debate deste ponto, o estado pode dar alguma celeuma. Mas, está aqui sentadinha ao meu lado a Secretária que contribuiu ao longo dos anos. Eu vou excluir a participação dela, que me ajudou a construir esse processo? Fraternidade, solidariedade e igualdade não se constroem lá longe. Se constrói no seio das nossas próprias famílias, primeiro individualmente e depois coletivamente. Respeitemos uns aos outros para a construção dessa sociedade nova. (III PNES, 2003).

Agente externo na III PNES:

O grande processo de construção desse Fórum Brasileiro de Economia Solidária foi a integração da diversidade. Diversidade de empreendimentos, de práticas de economia solidária, diversidades de elaboração de políticas, de redes nacionais, de organizações. Os gestores de políticas públicas constituíram uma rede nacional de gestores de políticas públicas. Não se trata de órgãos de governo. O que está em discussão aqui é se é possível que pessoas que estão no nosso campo da economia solidária e que hoje estão atuando nas prefeituras, nos estados, discutindo políticas públicas, gerando políticas de microcrédito, se essas pessoas que têm uma carta de princípios da rede de gestores, que é compatível, que assume os princípios do nosso Fórum Brasileiro de Economia solidária, se esses companheiros podem ou não estar conosco discutindo quais são as políticas de economia solidária que nós queremos para o Brasil. O que eu venho defender é que **sim, a rede de gestores de economia solidária tem o direito de participar do nosso fórum, porque estão construindo a economia solidária. É preciso ficar claro que é preciso assegurar a autonomia do fórum e por isso não são órgãos de governo que terão direito de participar do fórum. É a rede de gestores, que atua**

com políticas públicas de economia solidária e tem uma carta de princípios que assume a autonomia da economia solidária, das organizações da sociedade civil. (FBES, 2003).

Ambas as falas refletem a importância de os agentes externos possuírem espaço de voz e vez na composição do FBES. Alegam que os gestores públicos são parte importante no desenvolvimento da economia solidária no Brasil e, portanto, merecem condições de deliberação sobre as diretrizes e encaminhamentos do FBES. Assim, há um reconhecimento dos demais sujeitos da economia solidária de que os gestores são seus pares e, portanto, são sujeitos do movimento da economia solidária no Brasil. No entanto, os gestores assumem os devidos espaços de deliberação no movimento se estiverem articulados na rede de gestores que assinou carta de princípios assegurando autonomia do Fórum, ou seja, gestores comprometidos com a proposta e desenvolvimento da economia solidária para além dos órgãos de governo dos quais fazem parte.

No entanto, esta nunca foi uma questão resolvida. Vez ou outra os sujeitos da economia solidária voltam a discutir sobre o lugar que os agentes externos devem ocupar na economia solidária. Na IV PNEs a participação dos gestores públicos como um segmento do FBES foi reafirmada, mantendo a condição de que estejam articulados em rede. Ainda assim foram estabelecidos novos critérios para a participação dos agentes externos no processo. Quanto às entidades e redes nacionais (aquelas que antes compunham o GT Nacional) só podem participar do FBES se tiverem ação em pelo menos 7 fóruns estaduais, de modo que garanta seu compromisso com os fóruns locais e sua capilaridade, e com isso não haja mais nenhum tipo de privilégio²⁵.

²⁵ É importante ressaltar que com esta deliberação sobre entidade nacional, boa parte das entidades de apoio que faziam parte do GT Nacional e da

Neste caso, a IV PNES mudou o desenho da Coordenação Nacional do FBES, foi definido que

Quanto à composição vinda dos Fóruns Estaduais:

Serão eleitos 3 representantes por Fórum Estadual, sendo 2 de empreendimentos solidários e uma de entidade de assessoria.

Quanto à composição vinda dos gestores públicos:

A (s) rede (s) de gestores indicará (ão) dois gestores por região e mais 2 em nível nacional.

Quanto à composição vinda das Entidades Nacionais:

- As entidades de representação nacional não poderão eleger representantes adicionais nos Fóruns Estaduais. (Por exemplo, uma entidade de apoio e fomento que esteja contemplada como de representação nacional não pode eleger novos representantes em plenárias estaduais.)

- A representação das entidades nacionais na Coordenação Nacional, com limite de até 12 representantes, deverá seguir os critérios definidos sobre a participação de entidades e redes nacionais no FBES. (FBES, 2008: 46).

Mais recentemente, em 2014, quando realizava-se a pesquisa de campo em Brasília acompanhando os espaços de diálogo entre Estado e sociedade, mais uma vez os trabalhadores dos EES manifestaram-se para reivindicar seu protagonismo. Durante a Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão, os trabalhadores dos EES reunidos interromperam a Conferência e alegaram estar a margem do processo assumindo assim a coordenação dos trabalhos da conferência. Enfim, essa parece ser uma questão resolvida – se formos ver os documentos oficiais, mas na verdade não é. Em toda atividade da economia solidária é

Coordenação Nacional do FBES não podem mais participar diretamente do processo.

possível identificar um tensionamento entre os diferentes sujeitos.

No caso da economia solidária, embora todas as tensões, esta situação não parece comprometer a legitimidade do processo, muda sim a cena protagônica comum aos movimentos sociais – pois esta não é mais de exclusividade dos sujeitos da base, no entanto, a cumplicidade dos diferentes sujeitos existe e, bem ou mal, a base reconhece o espaço dos agentes externos, embora muitas vezes dispute poder com os mesmos, uma vez que por mais comprometidos com a causa que sejam, os agentes externos podem reproduzir e intensificar a lógica clientelista – mesmo que não intencionalmente, inibindo a autonomia de decisão da base.

Esta pluralidade da economia solidária no Brasil implica também em posicionamentos bem antagônicos. Isso é visível se formos considerar o momento atual. O ano de 2016 foi um ano de resistência para os movimentos sociais no Brasil e com a economia solidária não foi diferente.

Em 2016, o considerado golpe de Estado pelas forças progressistas, interrompe um ciclo de conquistas resultantes do pacto democrático consolidado na Constituição de 1988 e na relação da sociedade civil com o Estado, sobretudo, nos últimos anos quando o Estado, mesmo heterogêneo e contraditório, acolheu muitas das bandeiras de luta dos movimentos sociais, reconhecendo-as como direitos e transformando-as em políticas públicas (muitas dessas políticas executadas na ponta pelos próprios movimentos). No entanto, estas conquistas foram bruscamente interrompidas. Foram extintos ministérios, secretarias e políticas públicas orientadas para segmentos da população historicamente excluída. Com o governo de Michel Temer, presenciou-se um desmonte das políticas emancipatórias acompanhado pela criminalização dos movimentos sociais (FBES, 2016) que se afirma de forma ainda mais ofensiva no atual governo de Jair Bolsonaro.

Diante do processo de impeachment que acabou afastando a presidente Dilma da governança do Estado brasileiro, o movimento de economia solidária passou por diferentes momentos de reflexão para construção de estratégias e posicionamentos frente ao contexto. Cabe destacar dois momentos acompanhados: 1º) Assembleia Popular do Movimento da Economia Solidária, realizada em Santa Maria, em julho de 2016, durante a 23ª Feira Internacional do Cooperativismo (Feicoop) e 12ª Feira Latino Americana de Economia Solidária; Seminário de Avaliação da Rede Nacional – Centro de Formação em Economia Solidária, realizado em outubro de 2016 em Brasília.

A dinâmica de reflexão da I Assembleia Nacional de Economia Popular Solidária implicou em denunciar o golpe em curso no Brasil, enquanto ruptura com a Constituição Brasileira, o Estado Democrático de Direito e com a soberania popular expressa nos 54 milhões de votos que elegeram a Presidente Dilma Rousseff. Segundo manifesto do movimento, “o golpe é produto de uma ação coordenada de atores nacionais e internacionais que se unificaram no ataque ao governo constitucional como requisito para atingir seus objetivos, a exemplo, do controle sobre as reservas nacionais de petróleo e o desmantelamento dos direitos da classe trabalhadora” (FBES, 2016).

Além da denúncia do golpe, a Assembleia Nacional da Economia Popular Solidária destacou a importância da economia solidária se unir aos demais movimentos sociais na luta em defesa da democracia e traçou uma série de diretrizes²⁶

²⁶ Diretriz Estratégica 1 - Realizar análise de conjuntura nacional e internacional em todas as atividades da economia solidária que ocorram nos territórios, municípios, estados com o objetivo de fortalecer politicamente o Movimento Nacional da Economia Solidária.

Diretriz Estratégica 2 - Aderir publicamente e participar ativamente das Frentes Brasil Popular (FBP) e/ou Povo Sem Medo (PSM) no âmbito nacional, estadual e local.

Diretriz Estratégica 3 - O movimento de economia solidária não reconhece o governo golpista e, portanto, não dialogará politicamente com o mesmo e

para o conjunto do campo da economia solidária nesse processo de resistência que, entre outras questões, implicam em provocar o movimento para retomar um forte processo de mobilização e fortalecimento da base e o não reconhecimento do governo golpista, portanto, o não diálogo com o mesmo.

Embora a maioria dos sujeitos envolvidos tenha concordância com a generalidade das questões, há uma delas que provocou mais o debate e que diz muito sobre a lugar de fala de cada um desses sujeitos. Trata-se da reflexão em torno da Diretriz Estratégica 3: O movimento de economia solidária não reconhece o governo golpista e, portanto, não dialogará politicamente com o mesmo e atuará de forma combativa reivindicando suas conquistas e políticas públicas de economia solidária e de direitos.

O ponto latente e que não foi consenso nesta questão é o não diálogo com o governo. Há um conjunto de pessoas que entendia que o movimento deve manter uma postura firme de não reconhecimento do governo golpista e, portanto, o único diálogo possível seria o de enfrentamento e de resistência. Por outro lado, há um outro conjunto de pessoas que defendeu o diálogo a fim de assegurar o Plano Pluri Anual (PPA) e os recursos da economia solidária para garantir os avanços deliberados na última Conferência Nacional de Economia Solidária.

Como a Assembleia foi realizada antes do impeachment, ficou deliberado que o movimento, os executores de projetos e programas de políticas públicas não teriam diálogo de forma

atuará de forma combativa reivindicando suas conquistas e políticas públicas de economia solidária e de direitos.

Diretriz Estratégica 4 - Frente à atual conjuntura nacional, é necessário um grande mutirão de lutas, resguardando as especificidades locais e territoriais. Neste sentido, fica criado um canal de articulação do movimento nacional de economia solidária em luta pela democracia, como espaço de comunicação e concertação entre as entidades, redes, fórum brasileiro de economia solidária, centrais de representação de cooperativas e empreendimentos solidários e outros movimentos e organizações da economia solidária (FBES, 2016).

alguma com o governo até que fosse definida a situação do impeachment, no final de agosto do mesmo ano. Depois era preciso fazer um novo balanço para decidir sobre o que fazer e como proceder. Ainda assim, sabe-se que este encaminhamento não foi acolhido por todos.

Em outubro, quando o movimento reuniu novamente no Seminário de Avaliação da Rede Nacional – Centro de Formação em Economia Solidária, esta questão veio à tona novamente e dentre as muitas falas de desacordo a respeito, destaca-se:

Uma fala em favor da negociação com o governo:

(...) no governo da Dilma não era tudo uma maravilha, teve coisas que foram pautadas e não vieram, teve processos que foram engavetados e até hoje não se sabe como, tem que fazer uma reflexão, como militante, e todos movimentos estão incluídos... O governo têm que garantir as economias, os recursos para o projeto de economia solidaria, por edital seja lá como for... a gente precisa conversar e pressionar. (...) também é fundamental pensar na estratégia política e fazer uma análise crítica de qual é o papel do FBES neste processo.

Uma fala contra a negociação com o governo:

[...] quando a gente fala de educação popular a economia solidária a gente precisa dizer que a “está” alinhada a um projeto político... qual é o projeto político que media, que orienta as nossas ações? A partir de que lugar nós nos colocamos para discutir a realidade quando a gente fala de educação popular em economia solidária? Nós não estamos vivendo uma realidade hoje que foi muito bem apresentada nas análises de conjuntura, tivemos várias falas que explicaram muito bem o que está acontecendo. Mas eu queria só colocar... quando a gente se depara com propostas de que a escola não deveria se referenciar de ideologia de gênero, o que significa isso para a gente? O que significa por exemplo a gente falar da escola sem partido e saber que isso já é uma realidade em Alagoas? Já foi aprovado e já está nas escolas e que os professores

não podem se pronunciar dentro da sala de aula e estão sendo criminalizados e muitos punidos. Então o que significa isso? A gente precisa problematizar essa realidade. (...) A gente, como Educadores populares, vamos ter que exercer nosso papel de problematizar a realidade e de organizar a ação política para contrapor o que está acontecendo na nossa realidade. A polícia está agredindo os trabalhadores sem-terra e grande parte dos trabalhadores de economia solidaria do Nordeste são sem-terra. São camponeses que estão lutando pela sua terra e pela sua produção e não dá para separa economia solidaria dessa luta.

É fácil nos cooptar com discurso de inclusão produtiva, do combate à pobreza, com caridade, do vamos conversar. Mas, é preciso aprofundar o debate sobre isso. Não dá para negociar com esta realidade. É preciso se organizar fortalecer os povos fortalecer as redes de educadores, nos somar aos outros movimentos sociais para avançar na luta para barrar o Temer.

A gente precisa entender que o lugar da disputa mudou e a gente ainda não compreendeu isso. O lugar da disputa mudou, a gente não se senta mais a mesa com o governo para discutir edital, gente. Porque essa condição já não existe mais. Então, o lugar da nossa luta é outro. São tempos difíceis, enfim o que significa isso? Significa o aprofundamento da violência contra as mulheres, contra as negras e contra os negros, contra os povos. Nós vivenciamos agora na última semana uma greve de mulheres na Argentina, no Peru e em outros países da América latina. Então o que significa isso? Eu acho que a gente precisa entender o momento que a gente está vivendo e reafirmar entre nós a necessidade da problematização da denúncia de nossa realidade. Nós precisamos entender que a luta hoje está em outro campo, que a nossa condição de organização exige uma realocização nossa e da nossa sociedade. (...) os estudantes estão ocupando as diversas escolas do país inteiro, e a necessidade da gente se colocar nessa luta, da gente ir lá e apoiar essa luta dos estudantes, da gente compreender o que a PEC significa na caminhada dessa

nossa sociedade. Então, a gente precisa compreender tudo isso para entender inclusive que a dinâmica que a economia solidária precisa ter e o papel que os educadores e educadoras precisam ter, é outro dentro dessa nossa realidade. Então, a gente precisa compreender isso para poder fazer nossas movimentações, nossas reorganizações e a nossa capacidade de pronunciar em alto e bom som que essa sociedade não nos serve, que a gente precisa combater a PEC, que a gente precisa tirar Temer do governo e entender que nós estamos aqui com esse papel de discutir essa realidade e disputa-la.

Diante destas duas falas, pode-se dizer que existem duas perspectivas diferentes a respeito do papel do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Uma leitura que compreende o FBES como espaço de interlocução com o Estado para garantir os interesses relacionados as bandeiras de luta da economia solidária e outro grupo que estabelece uma relação mais política do FBES, como expressão do movimento de economia solidária, afim de criar as condições para a realização do projeto político de sociedade que a economia solidária almeja que é mais amplo que as bandeiras de luta especificamente. Neste caso, a compreensão do FBES como ferramenta oscila entre movimento social e grupo de interesse.

É possível considerar estas diferentes leituras a partir da reflexão de Cohen & Arato (2000) que compreendem os sujeitos da sociedade civil organizados como *movimentos sociais* – que cumprem uma função pública, absorvem a ação comunicativa existente no mundo da vida e a levam ao nível da esfera pública, assim como defendem o interesse público, constituindo-se como instância de crítica e controle do poder – e como *grupos de interesse* que possuem uma visão corporativa, organizam-se em “lobbies” e buscam se apropriar dos espaços públicos em função dos seus interesses particularistas.

Mas, parece que as contradições da economia solidária na arena política são resultados de sua própria história, pois o

fato do FBES ser constituído, estrategicamente, para ser interlocutor da SENAES coloca a economia solidária num lugar de conforto junto ao Estado. Durante 13 anos o FBES cumpriu muito mais um papel convergência do que divergência com o Estado. Com a mudança de cenário do governo, parece normal que haja uma confusão e uma dificuldade de compreensão de qual é o lugar da economia solidária neste processo.

Se na introdução deste capítulo afirma-se que para fora do movimento de economia solidária há um reconhecimento a partir de um viés da desigualdade e um a partir de um viés da diferença, parece que para dentro do movimento estes diferentes reconhecimentos também se aplicam. Desta forma, as distintas leituras sobre as estratégias frente ao contexto social e político, não só confundem a arena política da sociedade civil, mas também a arena política do próprio movimento de economia solidária. Agora há um novo momento onde o movimento se organiza para a VI PNES e deve expor as contradições e se repensar frente a conjuntura tanto no que diz respeito sua relação com a sociedade como sua relação com o Estado²⁷.

Considerações Finais

Embora este trabalho esteja carregado de considerações, é importante pontuar algumas notas finais.

Considerando que, ao expressar um movimento articulado, a práxis dos empreendimentos da economia solidária motiva processos de participação política que vão além do cotidiano do EES, pode-se dizer que há uma ampliação do processo de democratização da base para outras esferas da vida social que dão fôlego para a construção de outro espaço social que questiona a lógica dominante. A adesão dos trabalhadores aos EES consiste na luta destes para a

²⁷ Conforme já sinalizado na introdução do livro, este é o objeto da minha atual pesquisa, onde pretendo acompanhar o processo de reorganização do movimento pós 2016.

subsistência econômica de suas famílias, mas adesão destes trabalhadores ao movimento ocorre por consciência de causa, consciência política adquirida – principalmente – no cotidiano da atividade autogestionária. Os dados do SIES e as prioridades expressas nas bandeiras de luta do movimento refletem as muitas dificuldades que os empreendimentos da economia solidária encontram ao longo de suas histórias, mas estas não obscurecem o elemento político que motiva os trabalhadores aderirem a um compromisso mais amplo e, neste caso, as dificuldades dos EES se convertem nas principais demandas do movimento.

Desta forma, os EES não podem ser considerados como simples paliativo ao desemprego e a precarização. Consequentemente a economia solidária não pode ser apreendida somente do ponto de vista de sua fragilidade econômica e apenas apontada como residual e subordinada, isso significa ignorar o processo histórico e subestimar a capacidade crítica dos sujeitos – principalmente os trabalhadores dos EES – que são sujeitos desta história e criam as condições de tensionamento da questão social para fim de consolidar outra economia.

No contexto onde a questão social e os movimentos sociais se renovam, o protagonismo popular não deve ser elaborado apenas a partir de um sujeito histórico privilegiado. O popular não representa mais um sujeito específico, mas sim expressa à disputa entre projetos. Sader (1995: 55) reflete sobre as mudanças no contexto das lutas sociais e afirma existir uma “pluralidade de sujeitos, cujas identidades são resultadas de suas interações em processos de reconhecimentos recíprocos e cujas composições são mutáveis e intercambiáveis”, portanto a racionalidade da situação não se encontra na consciência de um sujeito específico que está no centro dos acontecimentos, mas sim do resultado do encontro de várias estratégias.

Há uma mudança na perspectiva da democracia e de transformação social. Existe uma crítica à ordem vigente, mas esta não é suficiente para uma ruptura com o sistema político.

O sujeito político resultado do encontro de várias estratégias estranha e desafia o *status quo* em vista de uma sociedade melhor, mas não é um sujeito revolucionário que rompe imediatamente com a lógica dominante. Há uma costura por dentro, uma mobilização que reivindica a reconstrução do popular em prol da transformação social, mas o fato de não ser sujeito revolucionário não é motivo para desqualificar o movimento e sua condição de sujeito político.

A emancipação dos sujeitos da economia solidária é possível à medida que, ao unirem forças na formação de um sujeito político, criam condições de articular os interesses de mudança de forma que ela seja capaz de desvelar as relações sociais aí presentes e, assim, contribuir para a constituição de outra cultura do trabalho e, conseqüentemente, uma democracia sem fim.

Fortalecendo as capacidades de ação dos trabalhadores, a dinâmica da economia solidária institui base para a reconstrução da classe popular. Embora a diversidade de sujeitos e estratégias, a força e a capacidade de sociabilidade em torno da causa estão na base que garante espaços de comunicabilidade e mobilidade que supera a individualidade a favor da solidariedade.

O movimento da economia solidária compreende um espaço político onde convivem sujeitos com as mais diferentes concepções e estratégias. Resultado do fato de que boa parte dos EES possui suas demandas atendidas pelo poder público e mediadas pelas entidades de apoio e, assim, o movimento reproduz tal realidade fazendo com que o FBES seja caracterizado como espaço de articulação heterogêneo. São muitas as limitações contidas nesta arena política, no entanto parece que os sujeitos têm estabelecido uma dinâmica de relações sociais capazes de potencializar um processo de resistência ao *status quo*. De toda forma é preciso repensar o papel dos diferentes sujeitos no processo de organização popular do movimento.

Mesmo com as dificuldades em consolidar um protagonismo popular mais equilibrado entre os diferentes sujeitos, percebe-se um envolvimento maior dos empreendedores solidários que, mesmo com limitações, se convertem em sujeitos políticos que buscam outra relação com a economia e com a sociedade. De certa forma, ao vivenciarem a práxis da economia solidária – seja na instância do EES, seja na instância do movimento – os trabalhadores têm transcendido os limites de produção econômica e subsistência humana para intervir em outras instâncias das relações sociais. Neste processo os trabalhadores adquirem as capacidades para questionar as contradições da sociedade capitalista e, assim, retomam uma articulação de saberes e possibilidades que tal contradição fragmentou.

Historicamente, os sujeitos da economia solidária - a partir do FBES, tiveram uma estreita relação com o Estado a fim de construir e consolidar a política nacional de economia solidária, no entanto o cenário do Estado Brasileiro mudou com o impeachment da Presidente Dilma fazendo com que o sujeito coletivo da economia solidária fique confuso e repense a sua condição de protagonismo popular.

De toda forma, os valores da economia solidária revigoram uma força instituinte a favor da organização popular que alimenta as possibilidades de emancipação a partir de um projeto de desenvolvimento que, por ora, ainda precisa manter seus vínculos com a economia capitalista. Talvez tal condição provoque uma crise de expectativas, mas emergência de formas organizativas coletivas, solidárias e populares que solicitam outra economia e centralidade política define a tônica do campo da economia solidária cuja compreensão é possível a partir do dinamismo que orienta o cotidiano do movimento, caso contrário os “holofotes” analíticos passarão a iluminar apenas as condições objetivas que os envolvem perdendo aquilo que é singular aos movimentos sociais: o ponto de vista e as expectativas dos diretamente envolvidos, fazendo com que a economia solidária e sua organização popular passe

desapercebida a despeito de ser uma interessante proposta de contraponto na questão social.

Referências

ALMEIDA JR., Antônio Ribeiro (2014). A Sociedade do Amparo. Colóquio Internacional Epistemologias do Sul. Coimbra: CES-UC.

AVRITZER, Leonardo. (1997). Um desenho para o novo associativismo. Revista Lua Nova, São Paulo, n.39.

CAILLÉ, Alain. (1998). “Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 13 (38), pp. 5-37.

____ (2002). Antropologia do dom: o terceiro paradigma. Petrópolis: Vozes.

CASTEL, Robert (1998). Metamorfoses da questão social. Petrópolis, Editora Vozes.

COHEN, Jean; ARATO, Andrew. (2000). Sociedad civil y teoría política. Cidade: Fondo de Cultura Económica.

CORAGGIO, José Luis (1994). Economía urbana: la perspectiva popular. Quito: Instituto Frónesis.

____ (2000). “Da economia dos setores populares à economia do trabalho”. In KRAYCHETTE, G. et. al. (orgs.), Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes/UCSal.

____ (2004). “Uma alternativa socioeconômica necesaria: la economía social”. In DANANI, C. (2004). Política Social y Economía Social. Buenos Aires: Altamira.

____ (2015). “Para pensar las nuevas economías: conceptos y experiencias en América Latina”. In SANTOS, Boaventura de Sousa; CUNHA, Teresa. Outras economias. Colóquio Internacional Epistemologias do Sul: aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul. Coimbra: Projeto ALICE. Pg 78-90.

CRUZ, Antônio; SANTOS, Aline Mendonça (2011). “Economia Solidária e as novas utopias: permanências e rupturas no movimento histórico do associativismo econômico. In HESPANHA, Pedro; SANTOS, Aline Mendonça (orgs.), Economia Solidária: Questões Teóricas e Epistemológicas. Coimbra: Almedina

CUNHA, Gabriela. e SANTOS, Aline Mendonça. (2011). “Economia solidária e pesquisa em ciências sociais: Desafios epistemológicos e metodológicos”. In HESPANHA, Pedro; SANTOS, Aline Mendonça. (orgs.), Economia Solidária: Questões Teóricas e Epistemológicas. Coimbra: Almedina

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – FBES (2005a). Histórico – Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em <http://www.fb.es.org.br>

____ (2003). III Plenária Nacional de Economia Solidária. Brasília: FBES

____ (2005b). Boletim do FBES. 22-24 de abril. Brasília: FBES

____ (2006). A experiência de gestão e organização do Movimento de Economia Solidária no Brasil. Brasília: FBES, Secretaria Executiva.

____ (2008). IV Plenária Nacional de Economia Solidária. Brasília: FBES

____ (2016). Manifesto da Assembleia Popular do Movimento da Economia Solidária. Brasília: FBES

GAIGER, Luis (2007). A economia solidária no Brasil: refletindo sobre os dados do primeiro mapeamento nacional. In: Seminário Nacional do Núcleo de Pesquisa sobre Movimentos Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <www.npms.ufsc.br>. Acesso em: jan. 2009.

____. (2006). Natureza e Diversidade das Práticas de Economia Solidária: uma agenda de pesquisa a partir do SIES. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE SOCIOLOGIA ECONÔMICA E DAS FINANÇAS, I, São Carlos, 2006.

____. (Org.) (2014). A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais. São Leopoldo: Oikos.

GURZA LAVALLE, Adrián; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata. (2004). Quando novos atores saem de cena - continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. *Cultura e política, Revista de sociologia política*, Santa Catarina, v.2, n. 5, p. 35-53.

HARVEY, David (2004). “El nuevo imperialismo: acumulación por desposesión”. In PANITCH, Leo; LEYS, Coli (orgs.). *El nuevo desafío imperial – Socialist Register 2004*. Buenos Aires: CLACSO, pp. 99-129.

HOLZMANN, Lorena. (2001). *Operário sem patrão: gestão cooperativista e dilemas da democracia*. São Carlos: UFSCAR.

IBASE & ANTEAG. (2001). *Iniciativas autogestionárias no Rio Grande do Sul. Relatório de pesquisa, 2001*.

_____. (2004). *Autogestão em Avaliação*. São Paulo: ANTEAG.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria. (2004). *Solidariedade, Autogestão e Cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LAVILLE, Jean Louis (2004). “Com Mauss e Polanyi: rumo a uma teoria da economia plural”. In MARTINS, Paulo .H.; NUNES, Brasilmar F. (org.), *A nova ordem social*, Brasília: Paralelo 15.

LECHAT, Noel. (2002). *As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil*. In: *Seminário de Incubadoras tecnológicas de Cooperativas Populares*, 2, UNICAMP.

LISBOA, Armando de Melo (2004). *Encontro nacional dos empreendimentos de Economia Solidária – ENEES: Balanço preliminar e pistas para futuros encaminhamentos*. Disponível: <<http://www.fbes.org.br/>>. Acesso em: jan. 2009.

MARX, Karl. (2006). *O Capital*, livro 1, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (1ª edição 1857).

MAUSS, Marcel. (2003). “Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify (1ª edição 1923-4).

- POLANYI, Karl. (2000). *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus. (1ª edição 1944).
- QUIJANO, Aníbal. *La economia popular: y sus caminos em América Latina*. Lima (Peru): Mosca Azul Editores, 1998.
- _____. (2002). *Sistemas Alternativos de Produção?* In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). *Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- RAZETO, Luis (1993). *Economia de solidariedade e organização popular*. In: GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Org). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez.
- SADER, Eder. (1995). *Quando novos personagens entram em cena*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SADER, Emir. (2009). *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- SANTOS, Aline Mendonça. (2007). “Processo de Trabalho Capitalista e a Dinâmica das Fábricas Recuperadas”. *ESAC. Economia Solidária e Ação Cooperativa (UNISINOS)*, v. 1, p. 77-89.
- _____. (2004). *Vivendo e pensando o diferente: representações sociais dos trabalhadores nos empreendimentos de economia solidária*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- _____. (2010). *O movimentos de economia solidária no Brasil e os dilemas da organização popular*. Rio de Janeiro: Tese de doutorado UERJ.
- _____. (2016). *Questão social, desemprego, precarização e produção da pobreza: os reflexos para a produção da economia solidária no Brasil*. *PRAXIS SOCIOLOGICA*, Nº 20. Toledo: UCLM.
- _____. (2017a). *As outras economias no marco das epistemologias do Sul*. In GAIGER, Luiz Inácio Germany. SANTOS, Aline Mendonça (orgs.). *SOLIDARIEDADE E AÇÃO COLETIVA - TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS*. São Leopoldo: Unisinos

_____. (2017b). A representação do Estado brasileiro nos últimos 13 anos: uma análise a partir da Política Nacional de Economia Solidária. In SANTOS, Boaventura de Sousa Santos (org). A Reforma do Estado e novos constitucionalismos. No prelo.

SANTOS, Aline Mendonça. CARNEIRO, Vanderson. (2016). As estruturas de ação política e de representação da Economia Solidária no Brasil. Revista Economia Solidária n.º 9. LISBOA: ACEESA.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos (1999). A crítica da razão indolente. São Paulo: Cortez

_____.(Org.) (2002). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. (2003), “O Estado heterogêneo e o pluralismo jurídico”, In Santos, Boaventura de Sousa e Trindade, João Carlos (ed.), Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique, Vol I, Porto: Afrontamento, pp. 47-128.

_____ (2005). Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo.

_____ (2006a). “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”. In Boaventura Sousa Santos (org.), Conhecimento prudente para uma vida decente. São Paulo: cortez, p. 777-821

_____. (2006b). Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez. (1ª edição 1988).

_____. (2008). Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. Revista Crítica de Ciências Sociais - N.º 78. Coimbra: Almedina.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRIGUEZ, Cesar. (2003). “Introdução: para ampliar o cânone da produção”. In SANTOS, B.S. Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

SENAES - SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA / MTE . Atlas da economia solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006

_____. (2004), Plano de Ação 2004. Brasília: MTE, SENAES.

_____. (2004b), Termo de Referência do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Brasília: MTE, SENAES.

_____. Sistema nacional de informações em economia solidária. Brasília: MTE, SENAES, 2014.

SINGER, Paul. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Economia solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. Revista Proposta. [s.l.], n. 72, mar./mai. 1997.

_____. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002b.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002c.

_____. Reportagem sobre economia solidária. Revista caros amigos, São Paulo, 2002a

CAPÍTULO II

A representação do Estado brasileiro nos últimos anos: uma análise a partir da Política Nacional de Economia Solidária

Introdução

Ao longo da história política brasileira observa-se a afirmação de um contexto social e político em que a participação cidadã torna-se uma contribuição imprescindível nos espaços de ação política e, portanto, impõe-se outra relação entre Estado e sociedade. Já na década de 1970 – com as críticas ao estatismo que passam a predominar entre teóricos e atores interessados em processos de mudança social, em grande parte por conta de experiências concretas que mostraram como o Estado redistributivo podia tender à tecnocracia ou mesmo ao autoritarismo – houve um redirecionamento da agenda política e do foco teórico para a sociedade civil enquanto esfera de onde poderia emergir uma democracia com características mais participativas. Assim, as mobilizações sociais exigiam uma administração pública mais permeável a participação popular.

O processo de reelaboração da Constituição Brasileira, em 1988, já dava sinal de que as forças da sociedade apontavam para uma outra relação com o Estado, uma vez que diferentes forças políticas apresentavam propostas para formular um novo referencial das relações entre Estado e sociedade que fundamentavam como deveria ser a construção da democracia no Brasil. Desta forma, o campo da sociedade civil (diverso e heterogêneo) centrava-se na reivindicação da cidadania e no fortalecimento do papel da sociedade na condução da vida política do país, pois questionava o Estado como protagonista da gestão pública.

O papel de associações autônomas no desenvolvimento de uma sociedade mais democrática não é tema novo no pensamento político e social. No Brasil, observou-se um movimento de governos – principalmente locais – no sentido de gestão pública mais participativa e de maior incentivo ao associativismo civil. No entanto, foi com o Pacto Político assumido a partir da primeira gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, vulgo Lula, que o Brasil passou a presenciar uma relação mais estreita entre Estado e Sociedade em nível federal – não na mesma dimensão que as escalas locais.

Com estas características, o Estado brasileiro protagonizou mudanças significativas do ponto de vista organizacional que precisam ser discutidas e analisadas. A proposta aqui é refletir o Estado brasileiro tendo como “pano de fundo” a Política Nacional de Economia Solidária que foi uma institucionalidade nova iniciada no primeiro mandato do governo do Lula e mantida até o governo de Michel Temer. Foram 13 anos de política pública federal administrados por gestões governamentais com diferentes coligações partidárias e estilos diferentes de governar que precisam ser compreendidos por suas peculiaridades.

Assim, este capítulo pretende responder algumas questões: Qual o perfil organizacional do Estado brasileiro? Como se dá a relação Estado e sociedade? Quais os embates políticos entre Estado e sociedade? Como que a política de economia solidária reflete Estado brasileiro? Qual a contribuição das políticas “emancipatórias” para possíveis mudanças do Estado?

1. O Estado como diferentes formas de organização social: os reflexos no caso do Brasil

Partindo do pressuposto de que o Estado sempre cumpriu um papel central para o funcionamento da sociedade capitalista e que a importância que cumpre frente a lógica dominante apenas oscila diante do amadurecimento do

capitalismo (HARVEY, 2005) é possível afirmar o Estado como capitalista. Neste caso, o Estado é resultado de um processo gradual e estratégico de transformação organizacional do poder. Ao contribuir para esta reflexão, Santos (1982) diz que o Estado capitalista é uma relação social e, portanto, condensa uma série de articulações de forças sociais, sendo que uma dessas articulações é dominante e a lógica que a rege é a lógica do capital que produz acumulação e, conseqüentemente, produz as desigualdades sociais no tecido social.

Ao assumir o Estado como um Estado capitalista, compreende-se que embora se difunda a elaboração de que o Estado expressa os interesses comuns de todos, trata-se de uma elaboração ilusória, pois o Estado capitalista conduz suas políticas de forma que garanta os interesses da classe dominante e, assim, contribua para o capitalismo como um sistema contínuo. Nesta perspectiva já diziam Marx e Engels (1998:44) “o executivo do Estado moderno é apenas um comitê para gerenciar os negócios comuns do conjunto da burguesia”.

O Estado capitalista é também dialético e, portanto, contraditório. Santos (1982) alega que o Estado é duplamente contraditório: por um lado o Estado faz parte do processo de acumulação capitalista na medida que se afirma exterior a ele e, por outro lado, o processo de acumulação e as relações sociais que ele produz estabelecem os limites estruturais, historicamente variáveis, da atuação do Estado capitalista (1982: 19). Desta forma, o Estado é um objeto de disputa das forças contrárias. Embora o poder dominante garanta condições para manter seus interesses econômicos e sua hegemonia, não o faz sem que haja resistências políticas a ele e, neste caso, é possível dizer que há uma constante disputa entre o econômico e o político. Para garantir um equilíbrio entre as diferentes forças é necessária uma mediação que seja externa e superior ao político (poder/resistência) e o econômico (exploração/subsistência) e, segundo Santos (1982), esta mediação é o direito, uma vez que este processo contraditório tem lugar numa arena jurídico-política elaborada em

constituições específicas do Estado e que, em dado momento histórico, são constituídas pelo conflito dos interesses de classe. Mas, ainda que cumpra um papel de mediação, é importante compreender que o processo de conformação do direito é também uma relação social e, portanto, objeto de contradições e lutas sociais. O Estado se consolida, então, como instância de dominação da sociedade tendo no direito sua relação de poder e mediação.

Para Santos (1982: 24) “a função política geral do Estado consiste precisamente em *dispersar* essas contradições e essa lutas de modo a mantê-las em níveis tensionais funcionalmente compatíveis com os limites estruturais impostos pelo processo de acumulação e pelas relações sociais de produção em que ele tem lugar”. Desta forma, não significa que o Estado capitalista pretenda resolver as contradições estruturais da formação social, mas sim manter um Estado de “relativa latência” frente as expressões da questão social.

A fim de refletir sobre o processo de dispersão das contradições, Santos (1982: 25) elaborou, no início da década de 1980, a teoria da Dialética Negativa do Estado onde chamou a atenção para um conjunto articulado e diversificado de mecanismos de dispersão que mantém os conflitos sociais numa escala suportável pelos limites estruturais necessários ao modo de produção capitalista. São eles: socialização / integração; trivialização / neutralização; e repressão / exclusão²⁸. Estes mecanismos de dispersão podem ser

²⁸ Para refletir a forma como os mecanismos de dispersão acontecem na consolidação do estado capitalista, Boaventura de Sousa Santos (1982), a partir de um projeto realizado no Estado de Recife no Brasil no final da década de 1970, objetivou analisar a dinâmica dos conflitos abertos entre as classes populares, de um lado, e a burguesia fundiária e imobiliária e o Estado, do outro. Neste contexto, a socialização/integração dizia respeito a estratégia de legalização da posse ou propriedade e urbanização de uma área; o mecanismo de trivialização/neutralização correspondia um processo de tolerância da existência das favelas no espaço urbano e ainda assim mantendo o status quo jurídico e social; e por fim, a repressão/exclusão condizia a expulsão violenta das pessoas a da favela e a remoção das favelas do espaço urbano.

utilizados de forma conjunta ou separada, dependendo das formas históricas de existência dos contextos e da questão social manifesta neles. Os mecanismos de dispersão são acionados pelo direito para execução das diferentes políticas sociais e econômicas do Estado.

Desta forma, o Estado capitalista vai reproduzindo-se ao longo da história, mas não se trata de uma reprodução idêntica ao modelo anterior, mas uma reprodução que se reinventa frente as questões de cada contexto, mas que mantem a estrutura social, econômica e política sem grandes impactos ao sistema dominante. Esta reprodução do Estado capitalista ocorre numa concepção dialética da transformação social, onde uma ordem social nova só se constitui frente a crise de uma ordem social dominante velha, ou seja, há uma ruptura com a lógica velha que, ao ser questionada, produz uma crise de legitimação, bem como, uma crise de hegemonia (SANTOS, 1982: 23). Frente a este movimento histórico, o Estado capitalista precisa se reinventar para reproduzir a lógica dominante e manter o status quo.

Diante de um esgotamento dos grandes paradigmas de transformação social (revolução, socialismo), o reformismo tem sido a referência assumida sob o impulso de dinâmicas sócio-econômicas fruto de crises econômicas expressas pela questão social e pelas lógicas de desigualdade social. No entanto, o reformismo sustenta uma proposta de mudança que não altera as bases estruturais, neste caso trata-se do Estado que cura a própria incúria (SANTOS, 2013). A reforma consiste em uma nova institucionalidade que reflita o interesse geral ou o interesse público possível numa sociedade capitalista. Segundo Santos (2006:342), tal institucionalidade reformista expressa a articulação específica entre três princípios de regulação na sociedade moderna: o principio de Estado, o principio de mercado e o principio de comunidade.

Como as crises não são idênticas, os contextos não são os mesmos e os atores e promotores das mudanças também diferem de uma geração para outra, as propostas reformistas

têm personalidades diversas. Neste caso, o Estado reformista se expressou de formas diferentes nos países centrais do sistema mundial e nos países periféricos e semiperiféricos. Nos países centrais observamos o Estado-providência, Estado de bem-estar social ou Estado social e nos países periféricos e semiperiféricos tivemos o Estado desenvolvimentista²⁹.

No Brasil, o processo de colonização refletiu fortemente na formação social brasileira, uma vez que implicou na construção do poder político alicerçado sobre interesses econômicos das famílias que compunham a classe dominante e, neste sentido, a ação pública era conduzida em função do interesse privado. Assim, a burocracia brasileira teve uma formação histórica a luz de uma “burocracia weberiana, contribuindo para a centralização do poder na cúpula e o poder público autoritário típicos da colônia à República Velha 1889-1929 e a era Vargas 1930-45” (PAULA, 2005:106).

Como afirma Santos (2001: 38) “o fim do colonialismo enquanto relação política não acarretou o fim do colonialismo enquanto relação social, enquanto mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória”. Neste caso, percebe-se como a história colonial dos países periféricos e semiperiféricos influencia diretamente na organização social, política e econômica do contexto atual.

O desenvolvimentismo se fortaleceu como lógica de orientação da gestão, tendo em vista a emergência de um modelo baseado em novas formas de dependência tecnológica, financeira e de capitais internacionalizados que se expressaram no Estado empreendedor do desenvolvimentismo populista e,

²⁹ No caso do Brasil, a constituição de 1988 foi inspirada no Estado de bem estar social dos países centrais, mas o país nunca chegou vivenciar a proposta de fato, pois mesmo que o Estado de bem Estar Social tenha sido uma referência, o Brasil continuou orientado pela lógica desenvolvimentista. Não é por acaso que muitos dos direitos constituintes possuem dificuldades de realização e vigência, pois são contextos diferentes e precisam ser compreendidos pelas suas singularidades. Nem tudo que se aplica no Norte pode ser aplicado no Sul.

mais tarde, no Estado empresarial, que assumiu a racionalidade da empresa privada. Com esta lógica desenvolvimentista de crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento social, o Brasil foi um dos países que mais cresceu no período posterior a segunda guerra, com uma taxa média de crescimento de 7,1% ao ano.

No final dos anos 1970, presenciou-se um esgotamento do modelo desenvolvimentista centralizado e, paralelamente, um fortalecimento dos movimentos sociais que pressionavam para a formação de um sistema político mais representativo e participativo. Tratou-se de um momento de luta pela redemocratização no Brasil que, segundo Sader (1995), foi protagonizado por novos atores que entraram em cena e assumiram a disputa política³⁰. A força política dos movimentos nas décadas de 1970 e 1980 foi tão significativa que celebrou a organização e a participação da Sociedade Civil na Constituição de 1988, a exemplo dos artigos Art.29, XII que propõe o planejamento participativo, mediante a cooperação das associações representativas no município; Art.206,VI que corresponde a gestão democrática do ensino público na área da educação; e o Art. 114,VI que compreende a gestão administrativa da Seguridade Social com a participação quadripartite de governos, trabalhadores, empresários e aposentados. Foi também pela força política desses

³⁰ Eder Sader refletiu sobre tais atores sem remetê-los apenas à via estrutural da reprodução social. O autor, não via sentido explicar os movimentos, reduzindo-os ao campo geral das “lutas de um setor da classe operária para a defesa das condições de reprodução da força de trabalho” e invisibilizando as singularidades presentes no fenômeno em sua originalidade. Assim afirmou: “(...) não se pode deduzir orientações e comportamentos de ‘condições objetivas dadas’. (...) Quem pretende captar a dinâmica dos movimentos sociais explicando-os pelas condições objetivas que os envolvem e poupando-se de uma análise específica de seus imaginários próprios irá perder aquilo que os singulariza. Irá perder, por exemplo, aquilo que diferenciou a liderança metalúrgica de São Bernardo da direção sindical dos metalúrgicos de São Paulo, ou comunidade de base de uma sociedade de amigos do bairro. O que, em definitivo, é deixar escapar o principal”. (SADER, 1995,p. 42-43)

movimentos que o Brasil conquistou seu Estado Democrático de Direito e, em 1989, garantiu a primeira eleição direta desde 1960.

Na década de 1990 a gestão compartilhada das ações e políticas de governo era uma demanda forte abrindo espaço para formas de gestão que contrapunham o estilo burocrático. No entanto as vertentes societal e gerencial estavam no centro da disputa do Estado capitalista. A perspectiva societal entrou em confronto direto com a lógica gerencial da gestão pública que resignificava o Consenso de Washington, pois este influenciou diretamente a adesão das políticas neoliberais assumidas pelo Governo eleito e presidido por Fernando Collor de Mello. Na sequência, os Governos de Fernando Henrique Cardoso, entre 1994 a 2002, fortaleceram a lógica gerencialista com adesão de uma aliança social-liberal - ajuste neoliberal - que orientou as diretrizes do governo para fim do desenvolvimento dependente e associado que privilegiava a 5abertura de mercado e atraia investimentos externos (PAULA, 2005). Neste cenário, a ampliação da democracia com maior participação da sociedade na administração pública foi uma demanda constante, no entanto, esta relação ficou presa ao discurso, pois as gestões se mantiveram centralizadoras no que se refere ao processo decisório, à organização das instituições políticas e à construção de canais de participação popular.

Quando o Partido dos Trabalhadores (PT) chegou ao governo federal em 2003, havia muita expectativa que o governo implementaria uma ampla reforma democrática do Estado, reproduzindo, em nível nacional, as inovações pelas quais o partido se tornou reconhecido na década anterior em seus governos locais. Naqueles governos, a criação de novas institucionalidades participativas, tais como o orçamento participativo, chamou muita atenção política e acadêmica em nível nacional e internacional. De fato, desde o início do governo Lula, houve um avanço significativo na relação Estado e sociedade, pois ocorreu uma ampliação dos espaços de

participação da sociedade. Segundo os dados da Secretaria Geral da República do Brasil

(...) de 1941 a 2016 foram realizadas 156 Conferências Nacionais, das quais 115 ocorreram entre 2003 e maio de 2016, ou seja, mais de 73% do total de Conferências Nacionais ocorreram nos últimos treze anos, abrangendo 45 áreas setoriais em níveis municipal, regional, estadual e nacional e mobilizando mais de dez milhões de pessoas no debate de propostas para as políticas públicas. (MENDONÇA, 2016)

Ainda caracterizando a ampliação da participação da sociedade no Estado, houve um aumento na presença de militantes sindicais e de movimentos sociais dentro da estrutura do Estado que ampliou o acesso formal e informal ao Estado e aumentou as chances de sucesso dos movimentos, com impactos institucionais e legais relevantes (D' A ARÚJO apud PAULA, 2005). No entanto, estes processos, embora importantíssimos para o desenvolvimento da democracia do Brasil, pouco interferiram na estrutura de gestão do Estado e, portanto, contribuíram para a reprodução das relações sociais, políticas e econômicas impostas pela lógica capitalista desenvolvimentista. Isso não significa dizer que esta relação mais estreita com a sociedade não mexeu com a dinâmica do Estado, ao contrário, o mesmo passou a ser disputado por dentro, garantindo que muitas das reivindicações da sociedade fossem instituídas em políticas públicas, no entanto, estas conquistas não extrapolam os limites burocráticos da instituição que continuou respondendo aos interesses dominantes.

Assim, o contexto demonstra um cenário conflituoso de práticas e valores que oscilam entre relações mais democráticas, igualitárias, solidarísticas e contestatórias e relações autoritárias, desiguais, movidas por interesses particulares e imediatistas das organizações que preferem preservar o status quo do capitalismo global – lembrando a

categorização de Cohen e Arato (2000) de movimentos sociais versus grupos de interesse exposta no capítulo anterior. No entanto, nem sempre a linha que separa um campo do outro é clara, contribuindo para a dissimulação de objetivos e valores que orientam as práticas dos movimentos e organizações.

A ampliação da participação da sociedade em um Estado capitalista, pode ser compreendida como uma estratégia da lógica dominante que se reinventa para manter a primazia do sistema. Neste sentido, o modelo neoliberal compromete o aprofundamento da democracia e a renovação do pluralismo das lutas sociais na medida em que enfatiza a participação da sociedade civil na relação com o Estado, com o Mercado e entre as organizações. Orientada por teorias neoliberais, a governação do sistema vigente tende a repassar para a sociedade civil suas responsabilidades, ressignificando a noção de participação e, conseqüentemente, limitando os potenciais do pluralismo democrático. Neste caso, a participação é entendida apenas como um modo de gestão e não mais como um “direito a ter direitos”, um direito à auto-organização e autodeterminação.

Assim, o dilema autonomia-institucionalização³¹ deve ser reconfigurado, uma vez que o próprio Estado transforma-se em espaço de lutas políticas. Como observa Santos (2006), o Estado perde o controle da regulação social, mas ganha o controle da metarregulação, ou seja, “da seleção, coordenação, hierarquização e regulação dos agentes não estatais que, por subcontratação política, adquirem concessões de poder estatal” (SANTOS, 2006, p. 364). Então, o Estado, por ser esta organização política que integra esta diversidade de organizações de uma sociedade cada vez mais interconectada e transnacionalizada, torna-se local de lutas políticas para o

³¹ O binário *autonomia-institucionalização* consiste no conflito dos movimentos sociais realizarem uma ação conjunta com o Estado, ao mesmo tempo, que buscam manter uma autonomia frente ao mercado, evitando uma fusão e identificação das ações como sendo complementares a este (DOIMO, 1995).

controle da metarregulação que, ao mesmo tempo, ultrapassa o espaço estatal.

Neste caso, a reinvenção solidária e participativa do Estado sugere que este deva ser encarado para além da concepção de um “Estado-empresário”, no qual os movimentos, organizações e comunidades relacionam-se pontual e descentralizadamente, servindo de amortecedores das tensões produzidas pelos conflitos políticos decorrentes das políticas neoliberais. Este Estado deve ser concebido como um “Estado-como-novíssimo-movimento-social” que se relaciona ao “mérito próprio dos valores que subjazem ao princípio da comunidade, como a cooperação, a solidariedade, a participação, equidade, transparência e democracia interna”. Este Estado-como-novíssimo-movimento-social procura articular a lógica da reciprocidade própria do princípio da comunidade com a lógica da cidadania própria do princípio do Estado. Com isso, visa “transformar a cidadania abstrata, facilmente falsificável e inconsequente, num exercício de reciprocidade concreta” (SANTOS, 2006, p. 368).

No entanto, o “Estado-como-novíssimo-movimento-social” aumenta as contradições e as condições de disputa política do Estado capitalista acolhendo diversos interesses que, embora convivam no mesmo espaço, não se relacionam. Esta dinâmica produz “um espaço de cruzamento de diferentes ordens normativas, com diferentes culturas e diferentes lógicas, variáveis ao longo do tempo, que causam incongruências na sua forma de actuação” (ARAÚJO: 2008) que caracterizam uma outra formação do Estado que Santos (2003) denomina de “Estado Heterogêneo”.

No caso do Brasil, há um elemento fundamental característico da gênese do Estado que permeia os avanços e retrocessos da relação entre Estado e sociedade, que não permite o progresso de uma proposta mais participativa, societal do Estado e que coloca em conflito interesses contraditórios: o “presidencialismo de coalizão”. O ponto de partida da análise do Estado brasileiro consiste em

compreender o presidencialismo de coalizão, pois a “combinação de sistema presidencialista, representação proporcional de lista aberta e sistema parlamentar fragmentado leva o chefe do Executivo, na intenção de implementar sua agenda de políticas públicas, a distribuir pastas ministeriais entre membros dos principais partidos, na esperança de obter em troca o apoio da maioria do Congresso” (SANTOS, 2002)³².

O presidencialismo de coalizão reflete diretamente no “Estado heterogêneo”, um Estado que, devido as forças políticas contrárias, assume perspectivas diferentes de desenvolvimento. Segundo o Santos, “diferentes sectores da actividade estatal assumem lógicas de desenvolvimento e ritmos diferentes, sendo cada vez mais frequentes as desconexões e incongruências na actuação estatal, ao ponto de, por vezes, deixar de ser possível identificar um padrão coerente para essa actuação” (SANTOS, 2003: 56). Para contribuir com esta conceituação, Santos (2015a) afirma que o Estado assume também um comportamento “bipolar” onde diferentes, ou os mesmos, setores do Estado realizam ações contraditórias de euforia e de depressão.

O Estado Brasileiro da última década, embora mantenha um forte dilema autonomia-institucionalização por parte dos sujeitos envolvidos, pode ser compreendido como novíssimo-movimento-social não só pela participação indireta promovida por instâncias de participação e diálogo do Estado com a sociedade, mas, também, pela participação direta

³² A tão almejada reforma política sinaliza uma proposta a fim de resolver essa questão. No Brasil, a sociedade civil organizada criou duas frentes: a Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas e a Plataforma da reforma do sistema político. No entanto, apesar de uma enorme adesão da sociedade nestes processos, a reforma política com os interesses populares não aconteceu e as consequências têm sido extremas para o país, que tem observado um crescente abuso de poder por parte dos gestores das instituições brasileiras em prol dos interesses dominantes e particulares. Para maiores informações sobre as propostas populares ver: <http://www.reformapolitica.org.br> e <http://www.reformapoliticademocratica.org.br>

auferida pela participação de referências e lideranças dos movimentos e organizações da sociedade na gestão das políticas públicas. Nesta última situação a participação dos sujeitos políticos deu-se tanto pela adesão aos cargos de confiança do governo (seja de baixo, médio ou alto escalão) e pela contratação terceirizada do Estado, em ocasião que o governo abre licitações para organizações da sociedade executarem determinados projetos de governo³³.

O argumento do Estado Heterogêneo de caráter bipolar também é facilmente evidenciado no Brasil, sobretudo nas últimas gestões do Partido dos Trabalhadores onde o mesmo assumiu o governo com agendas mais progressistas vinculadas com as expectativas dos movimentos sociais, ao mesmo tempo que manteve a lógica desenvolvimentista de forma não comprometer os interesses dominantes. No Brasil, o Estado Heterogêneo foi expresso pelas contraditórias parcerias para a garantia de um governo de coalizão (que coliga partidos de esquerda com direita) e, conseqüentemente, compreendeu políticas públicas diversas - que agradavam “gregos e troianos” – que muitas vezes deram a tônica do projeto de desenvolvimento absorvido pelo governo, uma vez que existia um desequilíbrio entre estas políticas públicas tendo as políticas de cunho social em condições mais periféricas que as políticas de cunho econômico³⁴. Desta forma, teve-se um

³³ Esta situação foi tão usual nos governos do PT que abriu precedente para uma desconfiança política que resultou na CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) das ONGs.

³⁴ O caso da agricultura certamente é o mais exemplar, uma vez que expressa a convivência de uma política de valorização do agronegócio ao lado de uma política de valorização da agricultura familiar e de grupos ligados à luta pela terra, o primeiro representado no Ministério da Agricultura (com um orçamento absolutamente superior) e o segundo no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Sobre este desequilíbrio Pochmann (2001) fala em secundarização das políticas públicas da área social, uma vez que há uma subordinação aos princípios econômicos expressa desde o regime militar e que não foi alterado pelos governos democráticos. Historicamente, percebe-se um recorrente predomínio dos ministérios da área econômica: Planejamento, Fazenda e, mais

governo ambíguo que ao mesmo tempo que se expressou em programas sociais inovadores, também aderiu ao ajuste estrutural do capital, incorporando nesse processo ideias e temas de interesse de lutas sociais históricas de direitos sociais.

2. As diferentes gestões governamentais dos últimos anos no Brasil

A política de economia solidária no Brasil é uma institucionalidade nova iniciada no governo Lula – em 2003, e se manteve até o governo de Michel Temer. Desta forma, foram 13 anos de política pública federal voltada para a economia solidária³⁵.

Como já sinalizado na seção anterior, os governos do Brasil foram geridos a partir de coalizões entre os diferentes partidos políticos. Os governos PT foram os que mais evidenciaram esta dinâmica, uma vez que permitiram parcerias entre partidos que se posicionavam em campos opostos. Embora as quatro primeiras gestões governamentais que acolheram a política de economia solidária sejam consideradas um contínuo uma das outras, sobretudo por serem lideradas pelo PT, sabe-se que elas apresentam defasagens significativas, principalmente porque refletem mandatos do PT com diferentes coligações partidárias e dois estilos diferentes de governar. A gestão da política no governo interino, apresenta uma defasagem ainda maior, tendo em vista que sua condição é menos heterogênea, sendo que todos os partidos relacionados com tal governo compartilham do mesmo campo político.

recentemente, o Banco Central que privilegiam os recursos para políticas que contribuem para o crescimento econômico em detrimento das políticas sociais.

³⁵ No atual Governo de Jair Bolsonaro ainda há um departamento de economia solidária, mas que pouco reflete as demandas da economia solidaria. Como já sinalizado na apresentação deste livro, o período pós 2016 é objeto da minha pesquisa atual.

Desta forma, antes de compreender como a economia solidária foi institucionalizada como política pública, é preciso compreender os diferentes contextos e estratégias governamentais que conduziram o processo de institucionalização da política.

É visível que o governo Lula permitiu um avanço significativo na relação política entre Estado e sociedade e na implantação de políticas sociais, no entanto, os avanços políticos encontraram alguns percalços frente à gestão econômica e administrativa. O primeiro mandato de Lula garantiu uma gestão financeira interna do país que deu continuidade às reformas econômicas do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) - comprometido com o ajuste neoliberal. Paralelamente a manutenção das estratégias referentes às políticas econômicas (que sempre ocuparam um lugar privilegiado na gestão política de governos que dialogavam com o FMI) Lula investiu nas políticas sociais (não ao ponto de equilibrar a importância com as políticas econômicas) garantindo uma melhoria no mercado interno por via da distribuição de renda. A partir de 2004 ocorreu um incremento do salário real, além da implantação de programas sociais, como o Fome Zero, que contribuíram para a diminuição do índice de pobreza³⁶. Mesmo assim, Lula evitou grandes mudanças no campo econômico e sustentou as bases macroeconômicas que deram continuidade a lógica monetarista.

³⁶ Segundo Matoso, “os efeitos da elevação do gasto social agregado (cerca de 23% do PIB), da conformação de inovadoras políticas sociais e do aumento do salário-mínimo impactaram positivamente a distribuição da renda e a redução da pobreza, favorecendo também a elevação do rendimento médio do trabalho, do salário-mínimo real (mais de 70% na última década) e o consequente fortalecimento do mercado de trabalho (com redução da informalidade e do desemprego) e a expansão do mercado interno. Nesse período, a taxa de pobreza (percentual de membros da classe E no total da população) despencou de 26,7% em 2002 para cerca de 12,8% em 2012. A porcentagem de brasileiros pertencentes à mal denominada *classe média* saltou de 38% para mais de 52% da população total no mesmo intervalo, e o medidor da desigualdade (índice de Gini) caiu de 0,589 em 2002 para 0,527 em 2011” (MATOSO, 2013: 115).

Já o segundo governo foi mais preocupado com o desenvolvimentismo (também por influência de Dilma como Ministra da Casa Civil), evidenciando traços característicos das políticas neoliberais. No segundo mandato, Lula apresentou o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – como principal estratégia da nova gestão, tendo em vista o crescimento econômico através de investimentos orientados para a melhoria das infraestruturas do país.

O PAC³⁷ ressignificou o governo. Lula convocou a equipe econômica e traçou uma estratégia de ação em contraponto à estratégia monetarista anterior. As duas estratégias econômicas guardavam suas semelhanças, mas eram distintas. Segundo Souza (2007) a estratégia desenvolvimentista assumia que para viabilizar o desenvolvimento autossustentado, o Estado deveria ter um papel importante na coordenação da atividade econômica, na distribuição de recursos entre os vários setores da economia, na realização de investimentos e na distribuição de renda. Já a estratégia monetarista assumia que bastava o governo criar os “fundamentos macroeconômicos” para que o mercado cuidasse de regular a economia e promover seu crescimento.

Na sequência, Dilma Rousseff iniciou seu mandato com a promessa de dar continuidade às estratégias do governo anterior, garantindo que o crescimento econômico seria uma prioridade na sua gestão. Desta forma, herdando um Estado com uma economia relativamente equilibrada (com crescimento de 7,5% ao ano), Dilma implementou várias medidas para acelerar o crescimento, tais como alavancar o

³⁷ O PAC estabeleceu os seguintes objetivos principais: a aceleração do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira. Dentre as metas estavam o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) a partir das seguintes medidas: Investimento em infraestrutura, estímulo ao crédito e ao financiamento, melhora do ambiente de investimento, desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário e medidas fiscais de longo prazo.

consumo através da criação do plano “Brasil Maior”³⁸, aumentar a taxaço de produtos importados, promover reduções tributárias, garantir a manutenção da poupança, etc.

Para além do esforço de aquecer a economia e manter os índices de crescimento econômico, Dilma Rousseff anunciou que a estratégia de ação do Governo era erradicar a pobreza extrema no Brasil, tendo para isso criado o “PAC contra a miséria”, um programa transversal a todas as instâncias de governo cujo lema era “um país rico é um país sem pobreza”. O “PAC contra a miséria” foi planejado tendo em vista três frentes de ação: a inclusão produtiva, a ampliação da rede de serviços e a continuidade e aprofundamento de projetos de benefícios e transferência de renda. Desta forma, o combate à miséria na gestão de Dilma passa a ser gerido por um programa com metas claras, indicadores definidos e com estratégia de monitoramento.

Assim, o Governo Dilma adotou uma postura mais tecnicista que os governos Lula, no sentido em que os resultados precisavam ser expressos por metas e indicadores, em contraponto com a subjetividade própria de processos dialéticos presentes na dinamização de políticas sociais assumidas pelos governos anteriores. Com isso, o diálogo e a participação política da sociedade na agenda do Estado foi sendo cada vez mais reduzido. Dilma manteve as instâncias

³⁸ O Plano Brasil Maior foi a política industrial, tecnológica e de comércio exterior do governo Dilma Rousseff no primeiro mandato. Surgiu num contexto conturbado da economia mundial. De um lado, os países desenvolvidos mergulhados numa crise sem precedentes desde a Grande Depressão de 1929 que pode levar o mundo para uma crise sistêmica; de outro o vigor econômico dos países emergentes que tem garantido o crescimento mundial e evitado o *débâcle* econômico. O desafio do Plano Brasil Maior foi, portanto, colossal: por um lado, sustentar o crescimento econômico inclusivo num contexto econômico adverso; por outro, sair da crise internacional em melhor posição do que entrou, ou seja, mudando radicalmente o modo de inserção do país na economia mundial. Para tanto, o Plano aposta na inovação e no adensamento produtivo do parque industrial brasileiro, objetivando “ganhos sustentados da produtividade do trabalho”

(ver <http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/conteudo/128>)

formais e oficiais de diálogo e participação criados pelos governos Lula (conselhos e conferências), mas inibiu o diálogo informal e cotidiano que Lula prezava em suas gestões.

O segundo mandato da Presidente Dilma assumiu uma postura ainda mais relacionada com a ofensiva neoliberal. O processo eleitoral que reelegeu Dilma foi bastante disputado e só foi vencido por um compromisso da presidente de voltar a gestão governamental às demandas dos movimentos sociais (que tiveram um papel fundamental na reeleição) em detrimento da lógica de crescimento econômico do sistema dominante. No entanto, isso não aconteceu. Passada a campanha, a presidente começou a adotar medidas econômicas que prometeu não tomar, como mudança nas leis trabalhistas e aumento de juros. Ao invés de honrar os compromissos com os movimentos da juventude, das mulheres, dos negros e dos trabalhadores rurais e urbanos que estiveram ao lado do governo na campanha, Dilma apresentou nomes para a composição ministerial que privilegiavam ainda mais as políticas econômicas em contraponto as políticas sociais (a exemplo da indicação de Kátia Abreu – a principal expoente do agronegócio no país e inimiga dos movimentos de luta pela terra – para assumir o Ministério da Agricultura), bem como diminuiu o espaço de políticas emancipatórias a exemplo das pastas de mulheres, juventude, direitos humanos e raça que foram unificadas em um mesmo ministério.

Além de desagradar os movimentos sociais e setores da esquerda, Dilma também incomodou os partidos aliados do governo no rearranjo dos ministérios. Os partidos da base do governo alegaram não estar contemplados, da forma como gostariam, na distribuição da pastas de alto escalão o que gerou uma crise ainda maior na máquina pública, pois, tais partidos, passaram articular forças e se associaram numa extensa coalizão (inclusive com uma significativa adesão do senso comum produzido pela mídia e de grupos mais conservadores da sociedade), contra o PT que, mais tarde, resultou no processo de impeachment e no afastamento da

Presidente Dilma Rousseff³⁹ do governo. Este processo só aconteceu com uma cumplicidade do poder judiciário, servidor dos interesses da classe dominante, que criou as condições para a realização do afastamento da Presidente, uma vez que, promoveu um julgamento muito mais político do que técnico evidenciando abusos da constituição federal, a exemplo da exibição, em rede nacional, de um grampo ilegal, a fim de motivar a condenação tácita e pública da presidente Dilma. Neste caso, é possível afirmar que os mecanismos de dispersão acionados pelo direito a fim de mediar as relação de poder do Estado capitalista, que foram apontados por Santos na *Dialética Negativa do Estado* (1982), assumem, no atual contexto, uma nova roupagem (que merece ser estudada em análises posteriores), mas ainda assim destaca o papel protagônico que o direito possui na dinamização do Estado capitalista.

Este breve histórico permite compreender algumas diferenças estruturais que estão por trás da linha do tempo da gestão PT nos últimos anos. Percebe-se que houve avanços muito importantes e reconhecidos. No entanto, as expectativas sobre as tão esperadas reformas (política, agrária, tributária, etc.) eram maiores, inclusive no que diz respeito à democratização do Estado. A complexidade de compreender o porquê dos processos dentro desta história está na capacidade política de atender diferentes matrizes que se desdobram numa diversidade enorme de interesses organizados em todos os setores da sociedade brasileira que refletem diretamente nos interesses das diferentes forças políticas que compunham a

³⁹ A coalizão a favor do Impeachment reuniu políticos corruptos cúmplices dos crimes delatados na “Operação Lava Jato” e perdedores das eleições que jamais se conformaram com a derrota eleitoral. Estes refletem num legislativo conservador (vulgo BBB - composto pelas bancadas parlamentares da Bala - armamento, do Boi - agronegócio e da Bíblia - evangélicos) que garantiu o avanço do processo de impeachment, tendo em vista interesses particulares e oportunismos políticos, ignorando a questão legal (que implica identificar crime de responsabilidade) e usurpando o poder executivo de qualquer forma, caracterizando um “golpe” à democracia.

gestão governamental, neste sentido, o PT fez um esforço de atender os diferentes interesses, mas não fez nada que compromettesse o projeto de aceleração do capitalismo brasileiro⁴⁰.

As escolhas do PT diante das contradições do Estado Heterogêneo foram ingênuas e criaram as condições para o afastamento da Presidente Dilma. Segundo Santos (2016), tais escolhas refletem num conjunto significativo de equívocos:

(...) uma vez no poder, o PT decidiu governar à moda antiga (isto é, oligárquica) para fins novos e inovadores. Ignorante da lição da República de Weimar, acreditou que as "irregularidades" que cometesse seriam tratadas com a mesma benevolência com que eram tradicionalmente tratadas as irregularidades das elites e classes políticas conservadoras que tinham dominado o país desde a independência. Ignorante da lição marxista que dizia ter incorporado, não foi capaz de ver que o capital só confia nos seus para o governar e que nunca é grato a quem, não sendo seu, lhes faz favores. Aproveitando um contexto internacional de excepcional valorização dos produtos primários, provocado pelo desenvolvimento da China, incentivou os ricos a enriquecerem como condição para dispor dos recursos necessários para levar a cabo as extraordinárias políticas de redistribuição social que fizeram do Brasil um país substancialmente menos injusto ao libertarem mais de 45 milhões de brasileiros do jugo endêmico da pobreza. Findo o contexto internacional favorável, só uma política "à moda nova" poderia dar sustentação à redistribuição social, ou seja, uma política que, entre muitas outras vertentes, assentasse na reforma política para neutralizar a promiscuidade entre o poder político e o poder

⁴⁰ Ao dialogar com esta perspectiva contraditória, Sardá (2011:58) indica dois vetores de políticas combinadas por estes governos: 1) um projeto de aceleração do capitalismo no Brasil; 2) um projeto de alargamento do campo dos direitos sociais através da incorporação de setores até então marginalizados ou excluídos da agenda pública.

econômico, na reforma fiscal para poder tributar os ricos de modo a financiar a redistribuição social depois do fim do boom das *commodities*, e na reforma da mídia, não para censurar, mas para garantir a diversidade da opinião publicada. Era, no entanto, demasiado tarde para tanta coisa que só poderia ter sido feita em seu tempo e fora do contexto de crise. (SANTOS, 2016: s/p)

Diante das circunstâncias, Michel Temer assumiu o governo a partir de uma agenda perversa contra os pobres, os trabalhadores, as minorias e o patrimônio público expressa no programa intitulado “Ponte para o futuro”. Trata-se de uma proposta neoliberal semelhante à que atingiu a Europa e que vem perdendo a disputa com o voto popular nas últimas eleições no Brasil, embora, os governos anteriores já viessem assumindo fortes indícios de implementação da mesma. De toda forma, trata-se de uma lógica de governo que ataca especialmente as conquistas trabalhistas e as políticas sociais⁴¹ inibindo quaisquer espaços para políticas consideradas emancipatórias a exemplo da economia solidária.

Este é o cenário que precisa ser compreendido frente a dinâmica (avanços e limites) da política de economia solidária no governo federal, sobretudo, porque as diferenças e ambiguidade influenciam desenhos de políticas e produzem ações divergentes permitindo que sejam implementadas políticas de promoção da economia solidária também heterogêneas.

⁴¹ Ver http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf

3. A trajetória da política pública de economia solidária no Brasil frente à heterogeneidade do Estado e o Estado-novíssimo-movimento-social.

A economia solidária como política pública começou a tomar forma mais concreta em nível nacional após a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, em 2003, com a vitória eleitoral de Lula em 2002.

A adesão da economia solidária no governo federal se deu por duas influências principais: primeiro havia uma sensibilização do PT de assumir políticas de fomento a economia solidária tendo em vista o protagonismo do partido na implantação das primeiras políticas desta natureza, a exemplo da política do Governo Olívio Dutra, no Rio Grande do Sul, em 1999, e das políticas dos municípios de Santo André (São Paulo) e Recife (Pernambuco); segundo, a apropriação da Economia Socialista como estratégia alternativa aos questionamentos do partido sobre o socialismo⁴². Assim, quando Lula foi eleito, havia um compromisso – ainda que

⁴² Em 2000 houve um congresso nacional do PT em Belo Horizonte em que foi debatido o problema do significado do socialismo nos tempos pós-muro de Berlim, quando os regimes do chamado socialismo real foram derrubados e substituídos por regimes democráticos contribuindo para a hegemonização do sistema econômico capitalista. Isso trouxe um impasse para a esquerda e, designadamente, para o PT. Segundo Singer (2012:49) desencadeou-se uma grande polêmica no PT, tendo uma parte dos filiados entendido que se tratava do fim do socialismo e advogado que era preciso pensar em outra alternativa; enquanto uma outra parte (incluindo Paul Singer) defendeu a bandeira do socialismo, afirmando que este é anterior ao socialismo real que se impôs em 1917 e que, portanto, se o socialismo real entrou em crise e estava acabando, isso não significava que o socialismo tivesse deixado de ter atualidade. Tendo em vista esta polêmica, o PT promoveu em 2002 uma série de seminários sobre o socialismo que, entre outros temas, debateram a Economia Socialista. Este debate, refletido no livro “Economia Socialista” de Paul Singer e João Machado publicado em 2000, foi um grande estímulo para que os militantes e dirigentes do PT compreendessem a Economia Solidária como um componente importante das plataformas e programas dos governos conquistados pelo partido (SINGER, 2012).

nebuloso - de desenvolver uma política de fomento à Economia Solidária (SINGER, 2012).

Além do PT, muitas outras organizações da sociedade civil estavam discutindo e pautando a economia solidária como estratégia alternativa. O Fórum Social Mundial (FSM) foi um dos acontecimentos decisivos na história da economia solidária no Brasil. Desde sua primeira edição, em 2001, teve papel significativo como espaço de articulação entre uma série de entidades que começaram a dar forma ao movimento de economia solidária no Brasil. No primeiro FSM foi legitimado um Grupo de Trabalho de Economia Solidária (GT Nacional)⁴³ que, a partir de então, foi o centro de mobilização para uma sequência de iniciativas políticas pensadas para configurar o movimento. O GT Nacional foi composto por 12 organizações e redes de apoio à economia solidária, conforme já sinalizado no capítulo anterior. Este GT foi importantíssimo para a constituição das primeiras plenárias de economia solidária – espaço político que reúne ativistas da economia solidária para pensar as estratégias sobre a mesma e que indicam o rumo do movimento de economia solidária no Brasil.

A partir das primeiras plenárias, formou-se uma comissão responsável em negociar, junto ao Governo Lula, a inserção de políticas públicas para a economia solidária na plataforma de governo. O resultado desse diálogo deu origem à SENAES dentro da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego, em junho de 2003. O nome de Paul Singer foi apresentado pelo movimento para ser o Secretário Nacional de Economia Solidária e foi aceito pelo presidente Lula e pelo

⁴³ O GT Nacional surgiu de uma iniciativa do Governo Olívio Dutra, no Estado do Rio Grande do Sul, através do Programa de Economia Popular Solidária, localizado na Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI). A participação de algumas organizações nacionais na elaboração, execução e avaliação do seu programa estadual propiciou a oportunidade de, no I Fórum Social Mundial (FSM), serem organizados alguns eventos em articulação com outros atores nacionais e algumas redes internacionais de economia solidária. Isso levou, no ano seguinte, à constituição do GT Nacional (SANTOS: 2010).

então ministro do trabalho Jaques Vagner. No dia seguinte à posse do economista Paul Singer (26 de junho de 2003), ocorreu a III Plenária Nacional de Economia Solidária, onde foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES como espaço da sociedade distinto do espaço público-estatal, que seria a SENAES. Após 2003, com uma política nacional de fomento começando a ser planejada e executada, Fóruns Estaduais de Economia Solidária foram sendo articulados e foram somando-se às iniciativas já existentes.

Assim, embora já houvesse uma pré-disposição do partido com o tema, a SENAES nasce a partir de uma demanda do movimento que na época estava iniciando e hoje está presente nos 27 estados do país. O FBES sempre foi principal interlocutor da SENAES. Desta forma, as políticas públicas de economia solidária no Brasil são realizadas em parceria com a sociedade.

3.1. As contradições que refletem o Estado Heterogêneo

Logo no início da SENAES, sabia-se dos desafios e da complexidade que seria desenvolver estas políticas frente às condições estruturais e políticas que o governo oferecia. Apesar de todo o debate socialista que ocorreu no interior do PT, o governo pouco fez para alterar a lógica capitalista presente no processo de governação – conforme discutido na seção anterior – e isso colocou a economia solidária e outras políticas consideradas emancipatórias em um lugar bastante periférico na estrutura de governo, sobretudo no que se refere a questão orçamentária dos recursos financeiros, configurando assim a situação de heterogeneidade da esfera estatal tal como caracterizada anteriormente.

Dentro do governo a economia solidária enfrentou muitas dificuldades, sobretudo dentro do MTE que, historicamente relacionado com os direitos do trabalho assalariado, não estava preparado para atender os direitos do trabalhador associado. O próprio FBES percebeu esta

singularidade e passou a denunciar a questão em seus espaços de interlocução com o Estado, alegando um distanciamento da economia solidária dos demais segmentos do MTE:

Toda a discussão do sistema público de emprego tem passado ao largo o tema da economia solidária. (...) era necessário pensar a integração de políticas públicas para dentro do Ministério do Trabalho e Emprego, a integração com outros ministérios, a integração entre esferas de responsabilidade institucional (federal, estadual e municipal) e por fim pensar o papel que deve desempenhar os diferentes atores na construção da economia solidária (FBES, 2005b).

Outra frente de contradição da economia solidária enquanto política pública é a questão do marco legal. Embora a economia solidária esteja institucionalizada enquanto política pública, ainda não há um marco legal que a proteja e que ampare o trabalho autogestionário e, assim, garanta o direito ao trabalho associado nos moldes da economia solidária. A legislação brasileira não atende à regulação de trabalho coletivo, prevalecendo a visão individualista da relação laboral e mais centrada nos interesses do capital privado. Por isso, não há cobertura renunciada para o associativismo de economia solidária, autogestão e cooperativismo popular⁴⁴.

Apesar da sua condição periférica e da sua dificuldade de relacionamento dentro do Ministério que a tutelou⁴⁵,

⁴⁴ Deste 2011 o movimento desenvolve uma campanha para aprovação de uma lei de iniciativa popular que garanta um marco legal da economia solidária no Brasil inspirado na lei de economia solidária do Equador. Recentemente (17/09/2019), o Projeto de Lei 137/2017, que dispõe sobre a Política Nacional da Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, entrou na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e foi aprovado por unanimidade. Para maiores informações ver <http://unicafes.org.br/noticia/622>

⁴⁵ Um dos fatores que dificultam o relacionamento é a condição de coligação política do governo. No caso do MTE a gestão foi, na maior parte, administrada

observou-se que a SENAES tinha bom trânsito naqueles organismos que já atuavam com os sujeitos da economia solidária como o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (MEC), entre outros. Esta relação com outras institucionalidades do governo passou a acontecer à medida que a economia solidária começou a entrar na agenda de outros movimentos sociais e, conseqüentemente, na agenda de outras políticas que estreitaram relações com a SENAES (SCHIOCHET, 2012). Cunha (2011), ao estudar a rede de relações para o desenvolvimento das políticas públicas, destaca o conjunto de parcerias institucionais que a SENAES construiu ao longo dos primeiros oito anos, relações estas que são de suma importância para aumentar o espaço da economia solidária no governo, mas nem sempre acontecem de forma tranquila, sobretudo pelas diferentes racionalidades a respeito do tema que os diversos setores do governo possuem.

Desta forma, os recursos da economia solidária estavam distribuídos em várias outras instâncias do Governo Federal (secretarias e ministérios), para além da SENAES, conforme demonstra o levantamento realizado por Medeiros et al. (2005)⁴⁶, pelo levantamento realizado pelo FBES em 2010 (FBES, 2010) e por Cunha (2011). No entanto, não se trata de uma ação coordenada que tem como eixo estratégico a economia solidária, mas ao contrário, a economia solidária aparece de forma desarticulada, sendo incluída nos diferentes órgãos governamentais como uma das ações que estejam em consonância com o objetivo geral do Governo de promover a inclusão social e a redução das desigualdades. De certa forma, pode-se dizer que a economia solidária não era vista como uma política pública própria, com objetivos, interesses e

pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) e a SENAES era gerida pelo PT e lideranças do movimento de economia solidária.

⁴⁶ Este levantamento identificou 24 programas, com total aproximado no orçamento de R\$ 6 bilhões.

instrumentos públicos próprios para o seu desenvolvimento, mas uma ação dentro de outras políticas que possuíam seus objetivos e metas, que por vezes não coincidem com os objetivos da economia solidária provocando diferenciações quanto ao sentido dado às ações de economia solidária em diferentes políticas, programas e projetos, assim como nos governos subnacionais.

Conforme já sinalizado no capítulo anterior, em trabalho anterior (SANTOS e CARNEIRO, 2016), analisou-se as diferenças de concepção das políticas que executam ações da economia solidária no governo brasileiro e compreendeu-se que as interpretações se baseiam em reconhecimentos da economia solidária a partir da desigualdade e reconhecimentos da economia solidária a partir da diferença.

Sob um **viés da desigualdade**, a economia solidária e os seus princípios constitutivos são entendidos e reconhecidos como uma ação econômica inferior, improdutiva, informal em comparação ao setor formal e moderno da economia. Ela é vista como aquela que é desenvolvida pelos pobres e por desempregados com o intuito de gerar renda e formas de subsistência.

Sob um **viés da diferença**, a economia solidária é entendida a partir de suas particularidades e outras racionalidades. Seus princípios solidários são valorizados como formas alternativas de gestão econômica e estão presentes em uma multiplicidade e diversidade de práticas sociais. É realizada por diversos grupos sociais que experimentam sociabilidades alternativas, e neste caso, não são inferiores a outras formas, mas diferentes. É um viés da diferença, pois valoriza a diversidade cultural, sendo que esta não se restringe às relações sociais e culturais, mas também suas relações econômicas. Assim, não cabe sua comparação e inferiorização com as empresas capitalistas, mas sim o reconhecimento de suas diferenças e a promoção de ações e meios adequados para a sua realização e fortalecimento. Neste caso é uma ecologia de saberes, de reconhecimento e de produtividades, como nos mostra

Boaventura de Sousa Santos em sua sociologia das ausências e das emergências. (SANTOS e CARNEIRO, 2016:147)

Embora os limites estruturais, institucionais e as divergências políticas e conceituais, a política de economia solidária avançou. Ao longo dos anos programas e projetos foram desenvolvidos no esforço de traduzir as bandeiras do movimento de economia solidária. A SENAES potencializou propostas que, segundo Sardá (2011) dialogam com cinco grandes eixos: acesso ao conhecimento (políticas de educação, formação e assessoria técnica); acesso aos mercados (comercialização justa e solidária); acesso ao capital (políticas de finanças solidárias: fundos solidários, bancos comunitários); marco legal (Lei geral da Economia Solidária – ainda um grande gargalo); e relações internacionais. Tais esforços foram contribuindo para a institucionalização da economia solidária como política pública a exemplo do mapeamento nacional da Economia Solidária⁴⁷, a democratização da política pública de economia solidária com a constituição dos espaços de participação e controle social com a instalação do Conselho Nacional de Economia Solidária e com a realização das Conferências Nacionais da Economia

⁴⁷ Em 2003, deu-se início ao mapeamento nacional da Economia Solidária, pois não era possível realizar uma política de fomento sem conhecer as bases de um campo de intervenção.

Solidária⁴⁸, a criação da Frente Parlamentar de Economia Solidária⁴⁹; entre outros.

Esses e outros fatos demonstram a importância da SENAES. No entanto, como já sinalizado, não encobrem as suas contradições, dificuldades, designadamente a falta de apoio institucional e a carência de recursos para a execução de suas ações. Pode-se dizer que apesar de incluir ações mais estruturantes que levem a fortalecer uma estratégia voltada para uma política de desenvolvimento, a situação mais periférica da economia solidária no governo brasileiro levou a maioria de suas ações a serem limitadas, fragmentadas e com pouca abrangência. Os próprios sujeitos do Estado reconhecem a SENAES como espaço de disputa no interior da agenda do governo federal.

Para Pochmann (2004), a SENAES surge entre as contradições da política macroeconômica do Governo Lula e das alianças políticas com segmentos conservadores, como por exemplo, com o cooperativismo tradicional que ampara o agronegócio no Ministério da Agricultura. Desta forma,

⁴⁸ O ano de 2006 foi um grande marco para a SENAES e para o Movimento de Economia Solidária, pois instalou-se o Conselho Nacional de Economia Solidária e realizou-se a primeira Conferência Nacional da Economia Solidária. A partir destes espaços passou a haver uma legitimação do diálogo entre Estado e sociedade para definir os rumos da política, principalmente onde se quer chegar com as estratégias assumidas coletivamente. Em 2010, realizou-se a segunda Conferência Nacional de Economia Solidária intitulada “Pelo direito de produzir, viver em cooperação de maneira sustentável” e na sequência dos resultados foram assinados dois importantes decretos presidenciais: um relativo ao Sistema Nacional de Comércio Solidário e o outro sobre o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (SHIOCHET, 2012). Em 2014 realizou-se a terceira Conferência Nacional de Economia Solidária que teve como tema “Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável”.

⁴⁹ Em 2007 houve outro avanço significativo para a institucionalidade da política, com a criação da Frente Parlamentar de Economia Solidária. “Um fato político importante em função da agenda legislativa intensa construída de 2003 a 2006 sobre o marco regulatório do cooperativismo e da Economia Solidária, do crédito” (SCHIOCHET, 2012).

Pochmann reconhece que a SENAES é uma secretaria pequena que representa uma das facetas do governo e que a sua inserção no aparelho governamental introduz a possibilidade de conquista de políticas capazes de alargar sua feição socialmente mais compromissada com o trabalho.

3.2. Os processos de participação e diálogo que fazem o “Estado-como-novíssimo-movimento-social”

A política de economia solidária no Brasil contribui para uma análise do Estado-como-novíssimo-movimento-social tendo em vista: os processos de diálogo entre Estado e sociedade – tanto via Estado como sociedade; a gestão partilhada da política via os canais de participação (conselhos e conferências); o envolvimento direto dos militantes do movimento na gestão da política (assumindo a elaboração e a execução dos programas e projetos via posição de confiança na direção na SENAES e via a disputa de licitação pública para realização dos projetos); bem como a relação dos gestores da política, também militantes do movimento, nos processos de reflexão e legitimação do FBES.

Como já sinalizado, a economia solidária enquanto movimento, ao longo de sua recente história, criou alguns espaços de interlocução com o Estado. O primeiro espaço foi o GT Nacional e, na sequência, o FBES assumiu a condição de interlocutor privilegiado da SENAES no que concerne à demanda, proposição, execução e acompanhamento de ações públicas, embora, seja constantemente questionado quanto a este papel frente ao Estado ou quanto à sua composição e estrutura de gestão (objetos de grande disputa quando da quarta Plenária Nacional em 2008).

O processo de institucionalização dos espaços de diálogo entre Estado e sociedade, como as Conferências Nacionais e o Conselho Nacional, estreitaram ainda mais a relação entre a SENAES e o movimento, mas ainda apresentam muitos limites para a participação e o controle social na

definição de ações e alocação de recursos públicos (SANTOS, 2010). A gestão da política de economia solidária passava por um processo de proposição, monitoramento e avaliação através dos conselhos gestores que cada projeto de política pública da SENAES. Estes conselhos cumprem um papel fundamental na dinâmica de diálogo entre Estado e sociedade e na elaboração das diretrizes da política.

Desta forma, por parte do poder público a aproximação e a relação com a sociedade se deu, principalmente, via os conselhos e as conferências. Os conselhos gestores dos projetos implementados pela SENAES eram, em grande parte, compostos por representantes dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (no caso de projetos nacionais) e, dependendo da área de ação por outros movimentos sociais. Embora os conselhos gestores cumpram um papel de deliberação, acompanhamento e controle dos projetos, frequentemente se deparavam com entraves políticos, mas principalmente entraves da burocracia do Estado, que dificultam encaminhar as decisões coletivas.

O Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES é um conselho de caráter consultivo e propositivo. A composição do CNES foi objeto de extensas negociações, mas finalmente definiu-se a seguinte composição: 56 entidades, divididas entre três setores: governo, empreendimentos de economia solidária e entidades não governamentais de fomento e assessoria à economia solidária⁵⁰. Embora o conselho garanta espaço para diferentes instâncias do Governo Federal (ministérios e secretarias) que dialogam com economia solidária, há um esvaziamento significativo dos representantes do Governo nas reuniões do Conselho sendo este, na maioria das vezes, representado pelos empreendimentos econômicos solidários, pelas entidades de apoio e fomento e pela SENAES representando o governo. É o CNES que delibera e mobiliza

⁵⁰ Decreto nº 5811, de 21 de junho de 2006 - ver http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5811.htm

recursos e condições políticas para a realização das Conferências Nacionais. O CNES costuma ter os resultados esperados vindos das conferências, no entanto ainda dispõe sobre duas questões que interferem diretamente e indiretamente no processo: a realização das conferências ser no mesmo ano eleitoral podendo servir de palanque político partidário e; a real incidência das deliberações das conferências sobre a política pública – sobretudo as políticas não geridas pela SENAES – em que medida as deliberações das conferências são executadas?

Outra situação que contribui para a estreita relação da SENAES com a sociedade, ainda no âmbito do governo, é o fato de seus projetos, ou seja a política pública na ponta, serem implementados por organizações da sociedade civil, principalmente aquelas que historicamente contribuem para a realização da economia solidária no país. As organizações da sociedade civil sempre foram de suma importância para o desenvolver dos processos da SENAES. Singer dizia que a SENAES se configurou através de “triângulo de três vértices (...). Um vértice é obviamente o movimento, outro vértice é o governo e o terceiro vértice é a parceria com as entidades da sociedade civil que são da Economia Solidária, que entendem e fomentam a Economia Solidária” (2012). No entanto, esta situação precisou ser retalhada, pois com o processo de criminalização das ONGs (oriundo de fortes indícios de corrupção nas mais diferentes instâncias do Governo Federal) a Presidente Dilma indicou a necessidade da execução das políticas via o pacto federativo entre as diferentes esferas do Estado (federal, estadual e municipal) e, por último, a SENAES possuía vários convênios com municípios e estados, mas ainda mantinha alguns convênios com as organizações da sociedade civil⁵¹.

⁵¹ Desde 2003 há um amplo debate para a construção de um marco regulatório das organizações da sociedade civil a fim de regravar a relação Estado e sociedade na implementação das políticas públicas. Este debate culminou com a aprovação deste marco no ano de 2014

O fato das organizações da sociedade civil vinculadas a economia solidária perderem espaço na gestão da política não inibe a relação Estado e sociedade, pois elas continuam fazendo parte do FBES, dos conselhos e das conferências, mas este processo implica em outro problema já considerado na seção anterior e que, inclusive, foi a preocupação da III Conferência: a desarticulação das políticas e as diferenças de concepção. Pois, as organizações da sociedade civil que estavam a frente dos projetos de políticas públicas são orgânicas ao movimento de economia solidária e portanto compactuam de uma mesma concepção, acompanham as diretrizes das plenárias e conferências e assim tentam respeitá-las, desta forma possuem mais facilidade de articular e/ou dialogar com outras ações da política pública no território. Com a ação via pacto federativo a integração e articulação fica mais difícil pois nem todos os gestores públicos das esferas estaduais e municipais compõem a rede de gestores da economia solidária e, conseqüentemente, o movimento de economia solidária; nem todos os gestores compreendem a economia solidária como ela vinha sendo afirmada pelo movimento e pela SENAES: como estratégia de desenvolvimento. Neste caso, a compreensão mais comum é de inclusão produtiva e paliativo ao desemprego; e nem todos os governos estão dispostos a abrir canais de diálogo e gestão partilhada com a sociedade, com os movimentos e com os fóruns de economia solidária.

Enfim, embora a proposta do pacto federativo seja considerada um entrave, percebe-se também alguns ganhos, uma vez que há um alastramento da questão da economia solidária para outros espaços que não dialogavam com a mesma ou simplesmente a desconheciam.

Por parte da sociedade há uma questão peculiar que implica na relação Estado e sociedade, sobretudo no caso da economia solidária. Trata-se do fato do poder público também ter espaço de voz e vez no movimento, pois o Fórum Brasileiro

de Economia Solidária – principal expressão do movimento, como já dito – é um sujeito coletivo composto de três atores: os empreendimentos econômicos e solidários (EES), as entidades de apoio e fomentos e os gestores públicos.

A questão da composição do FBES – que diz respeito ao protagonismo do movimento – foi exaustivamente discutida na III e na IV Plenárias Nacionais de Economia Solidária e até hoje não é um ponto resolvido, pois é recorrente o seu questionamento em espaços da economia solidária, principalmente nas PNEs – conforme já se discutiu na capítulo anterior. A principal questão ocorre em torno da participação ou não dos agentes externos – principalmente gestores públicos. Na III PNEs deliberou-se pela participação maior de trabalhadores dos EES e menor dos agentes externos. Os argumentos alegaram que os gestores públicos são parte importante no desenvolvimento da economia solidária no Brasil e, portanto, merecem condições de deliberação sobre as diretrizes e encaminhamentos do FBES. Assim, há um reconhecimento dos demais atores da economia solidária de que os gestores são seus pares e, portanto, são atores do movimento da economia solidária no Brasil. No entanto, os gestores assumem os devidos espaços de deliberação no movimento como pessoas, militantes e não como poder público e, necessariamente, precisam estar articulados na rede de gestores que firmou uma carta de princípios assegurando autonomia do FBES, ou seja, gestores comprometidos com a proposta e desenvolvimento da economia solidária para além dos órgãos de governo dos quais fazem parte (SANTOS, 2010). No entanto, este distanciamento nem sempre acontece e muitas vezes os gestores levam para dentro do FBES os interesses do Estado.

Apesar de algumas mudanças na gestão da política por parte do governo e algumas peculiaridades por parte do movimento, a sociedade continuou tendo um peso significativos nas diretrizes de construção da política. Mas, é visível que assim como esta estreita relação entre o movimento

e a SENAES promoveu pequenas mudanças no âmbito do Estado, também compreende mudanças – não tão pequenas assim – no âmbito da sociedade. Não há dúvidas que esta relação propiciou muitos avanços para a política pública de economia solidária, mas é verdade também que a relação, por vezes, fragiliza o movimento social que fica confuso e, em muitas situações, dependente do Estado (SANTOS, 2010).

Neste sentido, reconhece-se a SENAES no marco do Estado-como-novíssimo-movimento-social pois, por um lado, figura uma política construída a partir de uma singular relação entre Estado e sociedade, por outro, uma adesão estratégica de referências militantes do movimento de economia solidária na gestão da política pública, seja na ponta de planejamento da política, que ocorre por dentro do governo – como foi o caso do próprio Singer –, seja na ponta da execução da política, por fora do governo – como é o caso dos sujeitos que atuam nas organizações da sociedade civil. No entanto, é preciso evidenciar que para além de uma interferência da sociedade para dentro do Estado, há uma forte interferência (até mesmo pelas condições de recursos humanos e financeiros) do Estado no desenvolver dos processos da economia solidária seja no campo econômico como político.

3.3 A tensa relação entre Estado e sociedade

A dinâmica de institucionalização da política de economia solidária teve muita cumplicidade entre SENAES e FBES – como havia se previsto. No entanto houve momentos conflituosos frente a disputa dos interesses do Estado e dos interesses do movimento. Houve, pelo menos, quatro momentos de tensão que ocorreram principalmente no governo Dilma e na sua transição para o governo Temer:

1) *A união da economia solidária com a micro e pequena empresa*: Em 2011 a economia solidária se deparou com um momento bastante desafiador para sua institucionalidade

política que reflete um desacordo entre Estado e sociedade. O diálogo com o programa do Governo Dilma: “Brasil Sem Miséria” foi difícil e algumas ações precisaram de forte interferência do movimento social. Nesta ocasião, o governo Dilma anunciou a criação de uma secretaria especial (com caráter de ministério) ligada à Presidência da República para atender as demandas da micro e pequena empresa, onde todas as atribuições da economia solidária, até aí incluídas no Ministério do Trabalho, deviam ser concentradas. Neste contexto, houve uma expressiva resistência e manifestação do movimento de economia solidária no Brasil que alegava diferenças significativas entre economia solidária e micro e pequena empresa – sobretudo no que se refere a lógica de desenvolvimento pretendida: enquanto a micro e pequena empresa quer otimizar a sua participação na economia de mercado, a economia solidária quer desenvolver valores ligados ao bem viver e ser contraponto da lógica de mercado capitalista⁵².

Num primeiro momento, o movimento tentou diálogo direto com a Presidência da República, mas como não obteve êxito, organizou uma série de audiências públicas para visibilizar a questão. Depois de 23 plenárias públicas, realizadas em todo o Brasil (22 estaduais e uma nacional), o movimento convenceu o governo e as atribuições da economia solidária se mantiveram no MTE. Na plenária nacional o FBES garantiu voz para todos os dezoito estados do Brasil ali representados e foi estratégia do movimento que as falas fossem exclusivamente dos trabalhadores dos empreendimentos de economia solidária. A fala da trabalhadora que representou o movimento na mesa foi bastante emblemática e deu o tom de todas as outras falas, a conferir:

⁵² Ver Carta Política da V Plenária Nacional de Economia Solidária: <http://cirandas.net/v-plenaria-nacional-de-economia-solidaria/carta-politica-da-v-plenaria-nacional-de-economia-solidaria>

(...) eu queria cumprimentar a mesa na pessoa do professor Paul Singer e queria cumprimentar cada companheiro e companheira do movimento de economia solidária que deixou sua casa, deixou seus afazeres e veio até aqui para discutir política. Eu queria lembrar um pouquinho como é que nasce o movimento de economia solidária, porque eu acho que isso é uma coisa interessante que a gente não pode perder de vista. O movimento de economia solidária nasce dentro de um contexto da utopia da construção de uma sociedade nova, de uma sociedade diferente baseada em valores antagônicos do que está posto aí pelo sistema capitalista. Com isso aí, é a grande diferença que nós estamos repudiando mesmo para ficar junto com a micro e pequena empresa, porque no nosso entendimento a micro e pequena empresa continua dentro dos moldes do capitalismo. Hoje ouvimos o companheiro, e a gente respeita – queria deixar isso claro, respeitamos a luta de vocês, respeitamos a conquista, achamos que é muito importante a micro e pequena empresa conseguir a sua política, conseguir o seu espaço. Agora, nós queremos ser respeitados na nossa diferença e queremos, também, garantir o nosso espaço institucional onde a gente possa discutir a política de economia solidária. Uma política que vem construindo desde 2003 e que tem este nome.

O que é novo é o nome, a prática já é muito antiga, né professor, só Deus sabe quando ela começou. Mas o que é novo é o nome, que nasceu com esta perspectiva de criar um jeito diferente de viver. Juntar as pessoas que estão resistindo ao sistema capitalista, que estão vivendo a margem dele, porque foram colocadas a margem por conta da forma como o sistema está organizado. Estas pessoas vêm construindo um jeito baseado na solidariedade, no companheirismo, baseado na ética, baseada num novo jeito que a gente vai criando a cada dia, que a gente vai construindo, não só a economia, o movimento tem o nome

de economia solidária, mas nós estamos criando um novo jeito de fazer política, um novo jeito onde a gente respeita a base, onde a gente escuta as pessoas que estão ali no dia-a-dia que sabem onde o ‘calo aperta’, né companheirada? A gente sabe onde o calo aperta, então vamos ser ouvidos para a política poder ser verdadeira e chegar lá na base, na vida das pessoas. (...) para a política chegar na base o povo tem que ser ouvido.

Por isso o FBES quis esta conversa, a gente quer agradecer o governo e a esta casa (Frente Parlamentar) a abertura de nos receber e estar aberto ao diálogo...lamentamos que o espaço foi tão pequeno, né, pois nós temos vários companheiros nossos que estão loucos para estarem aqui dentro e não coube porque o espaço é pequeno, mas quem sabe no futuro a gente consegue um outro maior para fazer a discussão.

(...) a gente quer ser ouvido, a economia solidária tem a pratica de ouvir a realidade da vida das pessoas porque é ali que o coração pulsa, é ali que a vida precisa ser ouvida, ser entendida, ser valorizada, é ali onde as pessoas estão mais sofridas e, quando a gente ouve a presidente Dilma defender ai agora toda a questão da erradicação da pobreza extrema, a gente fala ‘poxa, a gente vem colaborando para esta erradicação da pobreza extrema há quanto tempo hem?’ Porque nós estamos lá, dentro das aldeias, das comunidades quilombolas, nos assentamentos – que aí o companheiro do MST falava agora pouco da luta que foi e que é para conseguir a reforma agrária neste país. (...) então nós queremos política que chegue na vida das pessoas. A economia solidária precisa, hoje, neste país, ser reconhecida como movimento que gera trabalho, que gera renda e gera o desenvolvimento deste país, desenvolvimento pautado lá na realidade local. É dali que a gente tem que buscar o desenvolvimento, não é trazer de cima para baixo, porque

o que é realmente sustentável é aquele que está ali no chão da vida.

(...) o desenvolvimento para nós é fundamental, a gente queria deixar este pedido a vocês, quando a gente falar de desenvolvimento a gente fala de melhor qualidade de vida. Melhor qualidade de vida dos nossos indígenas, melhor qualidade de vida dos companheiros das comunidades tradicionais quilombolas, melhor qualidade de vida para os companheiros do campo, melhor qualidade de vida para os artesões da cidade...

Mas é isso, a gente está indignada em primeiro momento com a falta de nos ouvir, o que indignou foi isso, vir de cima para baixo sem nos ouvir, sem saber se é isso que a gente quer. Eu sou membro do Conselho Nacional de Economia Solidária e eu fiquei muito indignada quando eu soube disso também, pois o conselho mudou para lá (nova secretaria) agora ninguém do conselho foi consultado, não foi perguntado ao conselho se ele quer mudar. Para encerrar, acho que o meu tempo já está indo, eu queria pegar dois pontos que foi dito nesta mesa e eu queria pontuar.

(...) a duras penas, né companheirada, a gente vem fazendo este movimento crescer. Um movimento que pulsa no coração não só dos pobres não, as vezes ainda se pensa que a economia solidária é só coisa de pobre, mas não, a economia solidária é para todas as pessoas que têm vontade de poder viver numa sociedade melhor, de poder ter sossego na hora de dormir. Então todos os homens e mulheres que estão indignados com a falta de sensibilidade com a pobreza, com a violência, com a marginalidade... são bem-vindos à economia solidária.

Dentro do movimento tem os segmentos, tem aqueles produzem, aqueles que consomem, que apoiam e todos estão ali, construindo a sociedade que nós acreditamos, onde o desenvolvimento passa lá pela base, respeitando não só a vida das pessoas, mas respeitando

o planeta. E, com isso, eu fico me perguntando e já perguntei para muitos companheiros do movimento: o que que deu na cabeça para juntar a gente justamente com a microempresa, respeitamos vocês companheiros, mas sabemos das nossas diferenças. Quando a gente tem muito mais a ver com a companheirada da agroecologia, com a luta pela terra...a gente está construindo este movimento junto com os companheiros do campo, da agricultura familiar, valorizando a questão do orgânico, preocupado, pensando que chega da gente consumir agrotóxico, o adubo químico e tudo mais...

Nós, hoje, construímos o movimento de economia solidária baseado na questão do respeito a vida do consumidor... e aí a gente fica se perguntando, por que a gente não foi juntado com esta galera? A luta das mulheres, a gente não pode deixar de dizer que no movimento de economia solidária (...)as mulheres são maioria absoluta na construção deste movimento (...) a gente queria deixar este recada para a companheira Dilma. A gente ficou tão feliz com a eleição dela! Não é todo o dia que a gente coloca uma mulher no cargo mais importante deste país. Todas as mulheres deste país acho que sentiram honradas em ter uma companheira mulher ocupando este cargo, agora a gente fica meio triste né, não vamos dizer traída não, vamos dizer triste, triste quando a companheira não teve a sensibilidade de ouvir o movimento, num primeiro momento, graças a Deus que agora abriu o diálogo, né professor?

A gente espera que esta casa e o governo como um todo, tenha a sensibilidade de nos ouvir, está aqui o companheiro lá da secretaria geral nos ouvindo, (...) agora a gente está querendo puxar um papinho de mulher para mulher com a companheira Dilma, para ela ouvir um pouquinho mais o que o movimento de economia solidária vem fazendo neste país. A gente não culpa vocês não. Acho que o movimento, por um bom tempo, teve a preocupação

de construir para dentro, de nos fortalecer, de levar o movimento para a base, de fazer formação e fortalecendo o movimento no estado. A gente, até por falta de dinheiro, a gente não conseguiu falar para fora, para falar para fora tem que ter grana... então a gente não conseguiu falar para fora. A gente sabe que a culpa também é nossa de vocês, deputados e da nossa própria presidente, não entender direito o que nós estamos fazendo. Por isso a gente pediu o diálogo, para poder estar aqui, fazendo audiência, ir para os estados fazer audiência e vamos discutir, vamos dialogar e vamos ver o que a gente vem fazendo. É isso, então companheiras e companheiros, a partir de hoje nós também temos o compromisso de além de construir o movimento para dentro, levando para a raiz, mas também da gente falar para fora, para que os outros saibam o que nós estamos fazendo.

Esta fala está carregada de simbologias, chamando a atenção para a invisibilização do movimento, a lógica de desenvolvimento que o orienta e a dificuldade de diálogo com o governo. Neste caso, a tensão com o governo se deu também com a SENAES, pois os gestores da política não estavam totalmente de acordo com as estratégias do movimento. Obviamente que compreendiam e concordavam com as diferenças conceituais entre a economia solidária e a micro e pequena empresa, mas entendiam que a mudança de ministério talvez fosse necessária para a ampliação da política (tendo em vista as dificuldades de gestão e os desgastes com o partido que coordenava o MTE na época: PDT). Singer ao expor as negociações entre Secretaria Geral da Presidência da República e das bancadas parlamentares da micro e pequena empresa e da economia solidária afirmou:

Tudo leva a crer que será possível negociar dispositivos que permitirão minimizar eventuais perdas sofridas pela SENAES com a sua possível saída de um ministério no qual pode crescer significativamente, granjeando simpatias, apoios e parcerias, inclusive estendendo sua capilaridade no amplo espaço brasileiro (...) a provável passagem da SENAES para a futura secretaria especial poderia abrir novos espaços de simbiose e expansão para a economia solidária. (SINGER, 2011: 56)

2) *Negociações por cargos e cortes relacionados ao ajuste fiscal ameaçaram continuidade da política de economia solidária*: Em setembro de 2015, logo após a reeleição da Presidente Dilma (que havia se comprometido com a agenda dos movimentos sociais durante a campanha, inclusive, com a economia solidária) houve uma primeira reforma ministerial a fim de atender os interesses do ajuste fiscal e atender os interesses da base partidária do governo no processo de coalizão.

Na ocasião, Paul Singer, que sobreviveu a nove trocas de ministros em 12 anos de governo do PT, foi notificado de uma possível demissão,

Fui avisado pelo [ministro-chefe da Casa Civil, Aloizio] Mercadante. Não por ele pessoalmente. Ele mandou uma pessoa de interesse comum, que disse: 'olha, você está em vias de ser substituído porque nós precisamos, o Governo Federal precisa dos votos do PDT, estamos sendo vencidos no Congresso, e portanto prepare-se para isso'. (...) A Dilma atendeu a uma exigência do PDT de ficar com o Ministério do Trabalho inteiro, que significa demitir os secretários que não são do PDT e colocar gente do PDT em seu lugar. Eu sou um deles (SINGER: 2015a: s/n).

O PDT adotou posições contrárias ao Governo Federal em diferentes momentos. Além dos interesses do partido em acumular mais forças para dentro do governo, o PDT se

posicionou contra o ajuste fiscal anunciado pelo novo mandato da Presidente Dilma que repercute diretamente nos direitos dos trabalhadores historicamente conquistados. Desta forma, o PDT ameaçou se afastar da base do governo, o que fragilizaria ainda mais a já abalada base de sustentação da presidenta Dilma Rousseff.

Singer e a economia solidária e todos os setores do governo ligados aos movimentos sociais também estavam contra a estratégia econômica do governo Dilma expressa no ajuste fiscal que previa cortes em meio às medidas de austeridade fiscal. Paul Singer concedeu entrevistas e escreveu artigos, que tiveram uma ampla circulação nacional, criticando abertamente as estratégias do governo Dilma e do PT (partido do qual foi um dos fundadores). Esta exposição o colocou cada vez mais em situação de risco dentro do governo. Em entrevista a Carta Maior, Singer se posicionou:

(...) é um momento delicado, sem dúvida nenhuma, e Dilma está fazendo o que prometeu que não faria. Se ela me perguntasse, eu diria para não fazer, mas ela tem lá a lógica dela, não é gratuito. Esse ajuste fiscal está prejudicando muito os trabalhadores, principalmente com a questão do desemprego, mas o objetivo é indiscutível. O que ela está tentando conseguir é fazer o Brasil voltar a crescer. (...) o ajuste fiscal em si foi iniciado de uma forma que eu diria dramática, tanto que o próprio governo hoje já está achando que não vai conseguir alcançar [as metas propostas]. E fazer isso à toque de caixa, já no primeiro ano, eu não entendo. Eu penso que a presidenta teria feito bem de explicar para a nação o porquê da urgência, a importância e o objetivo. Quanto ao objetivo, eu não tenho dúvidas: ela está querendo convencer o empresariado a investir, porque sem investimentos, em uma economia capitalista, o crescimento não é possível. Portanto, o objetivo eu não critico. Mas ela deveria, como ela já deve ter percebido, porque isso vai em detrimento justamente do setor que a relegeu, seria necessário não somente explicar, mas

inclusive consultar. Daí isso não seria visto como uma traição, o que a imprensa explora de todas as formas. Não há propriamente traição, mas sim uma falta de negociação.

O desemprego subiu muito e o ajuste fiscal é o grande culpado. Porque o governo arrecada mais ou menos um terço do produto bruto nacional, sobre a forma de diferentes impostos e taxas. Se o governo não gasta esse dinheiro – e é isso que é o ajuste fiscal – a demanda cai. Um terço do produto nacional sai do mercado e fica no banco para fazer o “raio” do superávit. Agora, há sinais de que setores do empresariado reagiram positivamente. Uma das comprovações é o fato da Bolsa de SP ter subido. Porque quando a bolsa sobe, significa que uma parte da burguesia investe. Não há outra forma de fazê-la subir. Então, a política não é totalmente sem eficácia (SINGER, 2015b: s/n)

Diante desta situação, o movimento de economia solidária fez as devidas articulações para evitar a demissão de Paul Singer e o desmanche da política de economia solidária, pois mesmo que a política continuasse havia uma preocupação comum que uma eventual mudança na direção da SENAES, significasse a descontinuidade da política nacional de economia solidária. Paul Singer e equipe são orgânicos ao movimento de economia solidária, seus nomes foram corroborados pelo movimento para coordenar a política de economia solidária, qualquer outra equipe que assumisse a pasta daria um direcionamento diferente, talvez sobre o viés da desigualdade e não da diferença - como anunciado na seção anterior, e o diálogo do movimento com o Estado estaria absolutamente comprometido.

Nesta ocasião o movimento e a SENAES receberam diversas manifestações de apoio nacional e internacional, dentre elas destaca-se uma carta aberta de Boaventura de Sousa Santos que circulou amplamente e que repercutiu positivamente contribuindo para, na ocasião, evitar as

mudanças do governo que atingiam a economia solidária. Na carta, Santos disse:

A política pública de economia solidária no Brasil é uma das pioneiras no mundo e tem servido de referência não só para outros países do Sul - que prosperam com a experimentação de sociabilidades econômicas alternativas, mas também para países do Norte que se aproximam destas outras economias não só potencializando novas experiências, mas também visibilizando iniciativas históricas.

No entanto, sabe-se que esta política não reflete apenas uma concessão do Estado, mas sobretudo uma conquista do movimento. O nome de Paul Singer – a quem tenho muito apreço e admiração pessoais e respeito político e intelectual –, foi referendado pelo movimento para orientar a política de economia solidária a fim de conduzir uma política em constante diálogo com a sociedade e em atendimento as demandas dos movimentos sociais com quem se relaciona. Desta forma, uma possível adequação na direção política da Secretaria Nacional de Economia Solidária – com a saída de Paul Singer e equipe – comprometeria a estratégia política e relação Estado e sociedade que vem se construindo ao longo das últimas quatro gestões governamentais do Brasil (SANTOS, 2015b: s/n)

3) *A extinção da SENAES*: Na sequência, em janeiro de 2016, já com a ameaça de Impeachment da Presidente Dilma, o governo anuncia avanços no rearranjo do governo com intuito de fortalecer a base de sustentação do governo e reduzir os gastos com a máquina pública. Nesta ocasião, o Ministério do Trabalho já não estava mais sobre a coordenação do PDT, que saiu da base aliada de Dilma. O Ministro do Trabalho era Miguel Rosseto, correligionário do PT e aliado da economia solidária. No entanto, esta situação não blindou a economia solidária, que assim como outras políticas emancipatórias (como mulheres, raça, juventude, direitos humanos, educação

popular, pesca artesanal, entre outras) sofreu as principais consequências neste processo.

A reforma ministerial implicava no encolhimento da estrutura de governo e, conseqüentemente, na redução de secretarias nacionais. O cenário era diferente do anterior, pois naquela ocasião a SENAES estava sendo reivindicada pelo PDT e saída do Singer e equipe era uma possibilidade. Neste momento, tratava-se de uma possível perda da SENAES enquanto estrutura de Secretaria frente a medida provisória de reestruturação do governo que resultou na fusão dos ministérios do trabalho e previdência. A medida provisória exigia um enxugamento do ministério com apenas 4 secretarias nacionais e, segundo especulação do movimento, a SENAES era uma das possíveis secretarias a serem extintas e transformadas em subsecretaria ou departamento e o Singer seria uma espécie de assessor especial do Ministro. Neste caso, a economia solidária continuaria existindo enquanto política, mas não teria mais garantia de qualidade da mesma. Desta forma, o movimento tinha a clareza de que se tratava de mais um momento de resistência e tensionamento do dialogo com o Estado, pois a avaliação de perda de espaço, como expressou uma das falas: "nós não somos centralidade do governo, nunca fomos e agora somos menos ainda..."⁵³.

Para tanto, o movimento aproveitou que estava reunido em Porto Alegre/RS no Fórum Social Mundial Temático, realizado entre 19 e 23 de janeiro de 2016, e promoveu uma série de reflexões e discussões em torno da problemática que resultou em uma carta aberta em "Defesa da Política Nacional de Economia Solidária" que foi direcionada à Presidenta Dilma e ao Ministro Miguel Rossetto, bem como uma série de manifestações que ecoaram em diversas atividades do FSM. Dentre os trechos da carta destacam-se:

⁵³ Fala de uma das militantes da economia solidária durante reunião estratégica do movimento de economia solidária em decorrência do Fórum Social Mundi Temático em Porto Alegre em 2016.

Não podemos perder ou reduzir a SENAES nem em sua denominação, nem em sua estrutura e nem na agilidade que tem tido em avançar e consolidar ações estruturantes em todos os estados brasileiros. Isso não pode acontecer!

(...) Para nós, a economia solidária não é apenas uma política pública, é sim o nosso projeto político de sociedade e temos neste governo um parceiro importante para realização deste projeto.

A SENAES é um canal de diálogo de suma importância com o movimento de economia solidária, com as mulheres e homens do campo e da cidade – talvez o último espaço desta natureza no atual Governo Federal –, e esperamos que perdure e avance.

(...) As políticas públicas adequadas a esta nova forma de se fazer economia vem sendo uma resposta da Economia Solidária para a sociedade. E este tem sido o importante papel da SENAES nos últimos 12 anos...

(...) O momento de crise é também o momento de discernimento e ousadia para ações prioritárias que podem vir a nortear avanço da democracia participativa baseada em outro tipo de desenvolvimento. Consideramos a Economia Solidária a novidade instaurada como uma nova política pública e uma agenda positiva frente às interrogações que a crise internacional e seus reflexos nacionais nos impõem, tais como a ofensiva reacionária e conservadora que vem produzindo as condições para um golpe. (FBES, 2016a: s/n)

Esta questão não chegou a ser mais negociada porque deu-se início o processo de impeachment que mudou o cenário do Estado brasileiro e exigiu uma mudança nas agendas das reivindicações dos movimentos sociais, uma vez que a democracia e o Estado de Direito estavam comprometidos no processo.

4) *A situação da SENAES diante de um governo interino:* no dia 11 de maio, com o afastamento da Presidente Dilma, Paul Singer e seu secretário ajunto, Roberto Marinho, pediram

as respectivas exonerações dos cargos que ocupavam no governo. Em uma saudação emocionada, Singer disse: “Essa não é uma despedida, pois quem se despede muda de estrada. Estaremos ainda lado a lado, na mesma estrada, porque ainda temos muito o que construir pelo Brasil. Sempre acharemos um jeito”⁵⁴.

Com a saída de Singer, o governo interino não acabou com a SENAES, mas nomeou para a pasta um aliado do ministro do Trabalho interino, deputado Ronaldo Nogueira, do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, bispo da Assembleia de Deus e membro a bancada evangélica. De imediato a nomeação do Secretário Nacional de Economia Solidária interino, o FBES se posiciona e torna público uma nota de repúdio:

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária vem a público manifestar seu repúdio diante da nomeação do secretário interino de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, Natalino Oldakoski, conforme publicação no Diário Oficial da União de 08 de junho de 2016.

Policia civil aposentado, o secretário interino não tem qualquer conhecimento ou histórico de atuação no campo da economia solidária e sua nomeação representa mais um enorme retrocesso neste contexto de desmonte das políticas sociais levado a cabo pelo governo interino ilegítimo instalado a partir do afastamento da presidenta Dilma Rousseff no último dia 11 de maio.

É inaceitável que a Secretaria Nacional de Economia Solidária, fruto de uma demanda e conquista histórica do movimento de economia solidária, chefiada durante 13 anos pelo Prof. Paul Singer e sua equipe, seja rebaixada e instrumentalizada para operacionalizar o golpe em curso no âmbito do Governo Federal.

Nesse sentido, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária não reconhece a indicação do novo secretário interino e reforça seu posicionamento em defesa do Estado

⁵⁴ Fala do Prof Paul Singer durante reunião de equipe em que anuncia sua saída do governo.

Democrático de Direito e do mandato da presidenta eleita, Dilma Rousseff. (FBES, 2016b: s/n)

Desta forma, o movimento de economia solidária optou em chamar uma Assembléia Popular a fim de discutir a atual conjuntura e traçar as estratégias de enfrentamento da mesma. Assim, reunidos em Santa Maria durante a 23ª FEICOOP (Feira Latino Americana de Economia Solidária), no dia 09 de julho de 2016, militantes da economia popular solidária realizaram a I Assembleia Nacional de Economia Popular Solidária⁵⁵ que

55 A assembléia foi convocada pelas seguintes organizações: Fórum Brasileiro de Economia Solidária FBES; Projeto Esperança/Cooesperança; Instituto Marista de Solidariedade UNISOL Brasil; Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil; Cáritas Brasileira; Brigadas Populares; JUVESOL Juventude de Economia Solidária; União Popular de Mulheres; Rede de Gestores de Políticas Públicas de EcoSol; Instituto Kairós; FEICOOP – Feira Internacional do Cooperativismo e da Economia Solidária; UNICOPAS – União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias; UNICAFES – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária; CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil; MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis; MNPR – Movimento Nacional da População de Rua; CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; Ideário Rede- Design Possível; Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa UFRGS; FAF/CUTSP – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da CUT no Estado de São Paulo; COOPERHAFSP – Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar do Estado de São Paulo; Fórum Gaúcho de Economia Popular Solidária; ITECSOLUNIJUI – Incubadora Universitária de Economia Solidária; Associação de Mulheres “Vitória Régia”; Ponto de Cultura “Vitória Régia”; GT-Boas Práticas do Movimento pelos ODM/ODS da ONU no RS; Núcleo Fome Zero Porto Alegre; Círculo Temático das Culturas da RAIZ RS; Movimento Cidadanista; Centro Público de Economia Solidária de Itajaí “Idalina Maria Boni”; UNISOL RS Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Rio Grande do Sul; UNISOL BA Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários da Bahia; UNISOL SP Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários de São Paulo; UNISOL SC Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários de Santa Catarina; AVESOL Associação do Voluntariado e da Solidariedade; Rede Ideia Cultivando o Amanhã; Rede de Incubadoras Tecnológicas e Cooperativas Populares das Instituições de Ensino Superior do Brasil; Rede Unitrabalho; Cooperativa Central Justa Trama; MST/RS Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/RS; Grupo Noeme’s Arts Guayi; Rede de Economia Solidária e Feminista; NESOL USP; Banco

teve como objetivos: 1º- Construir diretrizes estratégicas de enfrentamento ao golpe, de mobilização e fortalecimento do movimento da economia solidária, do trabalho associado e da autogestão; 2º- Afirmar à sociedade o projeto político, econômico e social da economia popular solidária como estratégia de desenvolvimento justo, cooperativo, sustentável e solidário. Como resultado da Assembléia foi construído um manifesto⁵⁶ que apontou quatro diretrizes estratégicas e, dentre elas, cessou qualquer possibilidade de diálogo com o Estado, a conferir: “O movimento de economia solidária não reconhece o governo golpista e, portanto, não dialogará politicamente com o mesmo e atuará de forma combativa reivindicando suas conquistas e políticas públicas de economia solidária e de direitos”.

Comunitário do Preventório Rio de Janeiro; Universidade Popular dos Movimentos Sociais UPMS; Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul PACS; CAMP Centro de Assessoria Multiprofissional; Instituto Ganga Zumba; Nação HipHop Brasil; Associação Cultural Educacional Movimento Hip Hop; Associação Negu Pretuu; COOHABRAS Cooperativa Habitacional Central do Brasil; RNHS Rede Nacional de Habitação Solidária; Plataforma FACES do BRASIL; Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento; Associação Ateliê de Ideias; Instituto Palmas; Fundação Luterana de Diaconia; CESOL Chapada Diamantina; Rede Estadual de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo; REPES/RJ Rede de Educadoras e Educadores Populares em Economia Solidária/RJ; NESTH/UFGM – Núcleo de Estudos sobre o Trabalho Humano UFGM; REMEEPS – Rede Mineira de Educadoras e Educadores em Economia Popular Solidária; FEPSBH Fórum de Economia Popular Solidária de Belo Horizonte; Levante Popular da Juventude; Associação FRAGET Cooperativa de Trabalho dos Agentes Ambientais FRAGET; Empreendimentos Econômicos Solidários de Artesanato e Costura Multimãos Esperança e Nossa Senhora Aparecida; Fórum Regional Sul de ECOSOL; Fórum Micro Regional de Pelotas; Rede Paulista de Educadores da Economia Solidária; Ponto de Cultura Caminhos/Griffe Criolê; Rede de Formadores de Economia Solidária do Estado de São Paulo; FEPS Fórum de Economia Popular Solidária do Espírito Santo; RECAPES Rede Capixaba de Educadores de Economia Solidária; RIPESS LAC Réseau Intercontinental de Promotion de L'Économie Sociale Solidaire.

⁵⁶ Ver: http://www.fb.es.org.br/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1

Considerações finais

Considera-se importante pontuar algumas notas finais.

O Estado brasileiro é um Estado capitalista, contraditório, que ao longo da história vem beneficiando os interesses dominantes, reflexos do processo de colonização. Avançando numa perspectiva desenvolvimentista, o Estado brasileiro assumiu, nos treze anos de governo PT, duas formações principais: Estado-novíssimo-movimento-social e o Estado Heterogêneo.

O pacto político, assumido na primeira gestão do governo Lula, criou novas bases para relação entre Estado-sociedade que se desdobrou em mais e melhores condições de participação da sociedade na gestão pública do Estado apontando para a formação de um Estado-novíssimo-movimento-social. Tendo em vista a política de economia solidária, pode-se dizer que os gestores estiveram estreitamente comprometidos com os interesses da sociedade e com as deliberações dos espaços de interlocução (conselhos e conferências). Este comprometimento provocou mudanças significativas para os campos de ação. No entanto, estes atores se deparavam cotidianamente com a burocracia e as contradições do Estado o que, muitas vezes, conduziu à práticas contraditórias.

A nova relação Estado-sociedade trouxe para o âmbito do Estado diferentes forças políticas que contribuem para uma formação heterogênea do Estado. De fato são muitas as contradições e divergências presentes no contexto do Estado brasileiro:

a) Para garantir a governabilidade, as gestões do PT foram compostas por fortes coligações partidárias motivadas por oportunismos políticos diversos que expressam disputas bastante significativas no cotidiano da ação do Estado;

b) A implantação de políticas sociais inovadoras – que guardam uma caráter emancipatório, e o convívio com políticas econômicas conservadoras – que garantem a

manutenção do status quo, expressam um contraponto entre crescimento econômico e desenvolvimento social. Embora o esforço dos governos PT de implementar políticas sociais e políticas emancipatórias, se manteve um enorme desequilíbrio entre as políticas econômicas que garantem o crescimento econômico e as políticas identificadas para o desenvolvimento social. O desequilíbrio entre políticas econômicas e sociais é expresso, principalmente, na distribuição dos recursos orçamentários e humanos.

c) As diferentes estratégias de desenvolvimento assumida pelas diferentes gestões de governo, pois existem diferenças significativas entre as estratégias Lula, Dilma e, mais recentemente, Temer. O diálogo com os movimentos sociais e organizações da sociedade civil é uma das diferença que permite compreender esta questão. No governo Lula havia certa abertura de diálogo com a sociedade para além dos canais oficiais de participação (conselhos e conferências), no governo Dilma se mantiveram apenas os canais oficiais de participação e no governo interino, tal dialogo foi interrompido, principalmente pelo não interesse do Estado e pelo não reconhecimento da sociedade em relação ao referido governo – pelo menos no caso da economia solidária.

A heterogeneidade do Estado implica na execução de políticas públicas sobre diferentes perspectivas. No caso da economia solidária, é possível identificar duas racionalidades principais: um viés da desigualdade, onde a economia solidária é compreendida apenas como uma ação de geração de trabalho e renda e as políticas consideradas superficiais e homogeneizadoras; e um viés da diferença, ou seja, as políticas levam em consideração que as práticas econômicas possuem particularidades no modo de vida (vinculadas aos princípios solidários) e, portanto, as políticas precisam ser fomentadas respeitando as diferenças e em constate diálogo com a sociedade. (SANTOS e CARNEIRO, 2016)

Mesmo que o Estado assuma sua condição como “novíssimo movimento social”, as políticas de interesse da

sociedade civil ainda estão em situação periférica e subalternas a lógica desenvolvimentista que os governos têm adotado e, portanto, inibindo a proposta de contraponto a lógica capitalista pela qual os movimentos sociais se mobilizam. No entanto, estar a frente da gestão das políticas e ter a oportunidade de disputar os recursos e o Estado por dentro da máquina pública é uma grande conquista dos movimentos sociais. Por mais periférico que seja o espaço dos movimentos sociais dentro do Estado – ainda assim – há um espaço que permite acesso aos recursos, acesso as decisões políticas e, principalmente, condições de disputa.

A heterogeneidade do Estado pode promover a heterogeneidade nos movimentos sociais. A estreita relação dos movimentos sociais com o Estado influencia diretamente na organização e articulação fora do Estado. A garantia de recursos políticos e financeiros podem condicionar uma relação complexa entre Estado e sociedade, onde os movimentos tornam-se “refêns” do Estado; Não se trata de uma relação de cooptação do Estado frente aos movimentos. Pois os movimentos mantêm, em certa medida, a desconfiança da ação conjunta com o Estado e fazem uma avaliação crítica desta relação de forma que ao reconhecerem um “esfriamento” e uma fragmentação das lutas e resistências traçam estratégias de disputa por dentro do Estado, ao mesmo tempo que não abandonam as estratégias externas de impacto na sociedade. Neste caso, a adesão aos interesses do Estado se dá com consciência de causa. É uma relação política em disputa e, muitas vezes, provocam rachas na sociedade, uma vez que há uma parcela de militantes políticos dos movimentos que presam por garantir suas bandeiras de luta fora das negociações com o Estado.

Enfim, o Estado brasileiro dos últimos anos se desenvolveu em um processo dialético onde os avanços e retrocessos foram oscilando entre os interesses do Estado e da sociedade. Mas, é preciso compreender que numa sociedade capitalista o Estado não resolve as contradições, mas dispersa-

as (SANTOS, 1982). Mesmo que ocorra uma ampliação da participação da sociedade no Estado – como permite o Estado novíssimo movimento social, mesmo que a relação estreita entre Estado e sociedade fortaleça a democracia; mesmo que a heterogeneidade do Estado permita condições de disputa, ainda assim, o Estado segue pelos interesses dominantes. Todas estas estratégias são mecanismos de dispersão que permitiram avanços significativos para o Estado e para a sociedade, no entanto, há o momento em que os processos de disputa não servem mais para o capital e, quando isso acontece, o retrocesso pode vir ser a realidade.

Referências

- ARAÚJO, S. (2008). Acesso à justiça e pluralismo jurídico em Moçambique. Resolução de litígios no bairro. *ANAIS VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA*. Lisboa: APS.
- COHEN, J.; ARATO, A. (2000). *Sociedad civil y teoría política*. Cidade: Fondo de Cultura Económica.
- COLIGA O LULA PRESIDENTE (2003). *Programa de Governo 2002, Um Brasil Para Todos*. São Paulo: Comitê Lula Presidente.
- CUNHA, G. & SANTOS, A. M. (2010). Economia solidária e pesquisa em ciências sociais: Desafios epistemológicos e metodológicos. In P. Hespanha & A. M. Santos, (orgs.), *Economia Solidária: Questões Teóricas e Epistemológicas*. Coimbra: Almedina
- CUNHA, G. (2011). Rede de relações no desenvolvimento de políticas públicas: notas de pesquisa sobre as ações do governo federal voltadas à economia solidária. *Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise*. V1, Nº 0, Ano 16. Brasília: IPEA: MTE. (71-79).
- DAGNINO, E. (2002) Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Revista de sociologia política*, n. 5, p. 137-162.

DOIMO, A. M. (1995). *A vez e a voz do popular. movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, ANPOCS.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – FBES (2005a). *Histórico – Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária*. Disponível em <http://www.fb.es.org.br>

____ (2005b). *Boletim do FBES*. 22-24 de abril. Brasília: FBES

____ (2006). *A experiência de gestão e organização do Movimento de Economia Solidária no Brasil*. Brasília: FBES, Secretaria Executiva.

____ (2010). *Secretaria Especial de Economia Solidária - Documento propositivo para implantação e estruturação - Brasília, dezembro de 2010*. Versão eletrônica, disponível no site www.fb.es.org.br

____ (2016a). *Carta em defesa da Política Nacional de Economia Solidária*. Disponível:

<http://www.cefuria.org.br/2016/01/27/com-ameaca-de-extincao-da-senaes-organizacoes-lancam-carta-em-defesa-da-politica-nacional-de-economia-solidaria/>

____ (2016b). *Nota de repúdio do FBES*. Disponível: http://www.fb.es.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8814&Itemid=62

FILHO, G. C. F. (2006). Políticas públicas de economia solidária no Brasil: características, desafios e vocações. In: FILHO et al.(orgs.) *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: UFRGS.

HARVEY, D. (2005). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.

MATOSO, J. (2013). Dez anos depois... In [Sader](#), E. (org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo.

- MENDONÇA, M. P. (2016.). [Incertezas da participação social no governo golpista](http://www.brasil247.com/pt/247/artigos/232812/Incertezas-da-participa%C3%A7%C3%A3o-social-no-governo-golpista.htm). Disponível <http://www.brasil247.com/pt/247/artigos/232812/Incertezas-da-participa%C3%A7%C3%A3o-social-no-governo-golpista.htm>
- MARX, K.; ENGELS, F. (1998). *Manifesto do Partido Comunista* (1848). São Paulo: Boitempo.
- MEDEIROS, A. (2005). *Programas e ações de apoio à economia solidária e geração de trabalho e renda no âmbito do governo federal – 2005*. (Relatório final do convênio MTE / IPEA/ANPEC – 01/2003). Brasília: MTE, IPEA, ANPEC.
- MEDEIROS, A., SCHWENGBER, A. & SCHIOCHET, V. (2006). *Políticas públicas de economia solidária: por um outro desenvolvimento*. Recife: UFPE.
- PAULA, A.P.P (2005). *Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, pp.105-180
- POCHMANN, M. (2001). *A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- _____. (2004). *Economia Solidária no Brasil: possibilidades e limites*. In: IPEA: Mercado de Trabalho.
- SADER, Eder. (1995). *Quando novos personagens entram em cena*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SANTOS, A. M. (2010). *O movimento de economia solidária no Brasil e os dilemas da organização popular*. Rio de Janeiro: Tese de doutorado UERJ.
- SANTOS, A. M. & CARNEIRO, V. (2015). As estruturas de ação política e de representação da Economia Solidária no Brasil. *Revista de Economia Solidária - acesa - Associação Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico*.
- SANTOS, B. de S. (1982). [O Estado, o Direito e a Questão Urbana](#). *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 9. Coimbra: CES. 9-86.

____ (2001). Entre o próspero e o Caliban: Colonialismo, Pós-Colonialismo e interidentidade. In: Ramalho, I, Ribeiro, A.S. (orgs.) *Entre ser e estar: Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*. Porto: Afrontamento, p. 38.

____ (2003). O Estado Heterogêneo e o Pluralismo Jurídico, in SANTOS, B.S. & TRINDADE, J. C. (orgs.). *Conflito e Transformação Social: uma paisagem das justiças em Moçambique*. Porto: Afrontamento, 47-96

____ (2006). *A Gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez Editora.

____ (2015b). *Carta Aberta de Boaventura de Sousa Santos às Autoridades Brasileiras sobre a Manutenção da PPES*. Disponível:

http://www.fb.es.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8702&Itemid=62

____ (2016). *O Brasil ainda pode evitar o “novo” golpe*. Outras Palavras: Comunicação compartilhada e pós colonialismos. Disponível: outraspalavras.net/brasil/boaventura-no-brasil-havera-tempo-contra-o-golpe/

SANTOS, C. M. (2015a). Legal Dualism and Bipolar State: Challenges to Indigenous Human Rights in Brazil. *Latin American Perspectives*.

SANTOS, E. L. (2013). *Acesso para quem precisa, justiça para quem luta, direito para quem conhece. Dinâmicas de colonialidade e narra(alterna-)tivas do acesso à justiça no Brasil e em Portugal*. Coimbra, Tese de doutorado: Universidade de Coimbra.

SANTOS, F. (2002). Partidos e Comissões no Presidencialismo de Coalizão. *Revista de Ciências Sociais Dados vol.45 no.2*. Rio de Janeiro: UERJ.

SARDÁ, M. (2011). Oito anos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES): significados e perspectivas. *Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise. VI, Nº 0, Ano 16*. Brasília: IPEA: MTE. (57-70).

SCHIOCHET, V. (2003). *Apresentação do Plano Plurianual 2004-2007*. Brasília: III Plenária Brasileira de Economia Solidária, junho de 2003.

____ (2012). A experiência da Secretaria Nacional de Economia Solidária: um breve relato. LIANZA, S.; CHEDID, F. (orgs.). *A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ (55-62).

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA / MTE – SENAES (2004). *Plano de Ação 2004*. Brasília: MTE, SENAES, 2004.

____ (2006). *Anais da I Conferência Nacional de Economia Solidária*. Brasília: MTE-MDA-MDS, 2006.

____ (2010). *Anais da II Conferência Nacional de Economia Solidária*. Brasília: MTE-MDA-MDS, 2010.

SOUZA, N. A. (2007). *Economia Brasileira Contemporânea: de Getúlio a Lula*. Atlas. São Paulo. XII, 342 p.

SINGER, P. (2011). Oito anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise*. V1, Nº 0, Ano 16. Brasília: IPEA: MTE. (55-56)

____ (2012). Os oito primeiros anos da Secretaria Nacional de Economia Solidária. LIANZA, S.; CHEDID, F. (orgs.). *A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ (49-54).

____ (2015a). Paul Singer diz que foi avisado sobre demissão. *Fundação Rosa Luxemburgo*. Disponível <http://rosaluxspba.org/paul-singer-diz-que-foi-avisado-sobre-demissao/>

____ (2015b). *O ajuste fiscal é o grande culpado pelo desemprego*. Disponível <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Paul-Singer-O-ajuste-fiscal-e-o-grande-culpado-pelo-desemprego-/7/33825>

"Ao longo dos anos tenho acompanhado o modo como o Brasil tem vindo a visibilizar e potenciar outras formas de produzir e viver que constituem espaços de experimentação de sociabilidades alternativas e que estabelecem outra relação com a economia.

A economia solidária é uma das expressões destas outras economias e, no Brasil, vem se desenvolvendo e ganhando notoriedade graças à força política e social das iniciativas económicas/solidárias e de seus movimentos sociais, mas também pelo avanço da política pública de economia solidária no Governo Federal.

A política pública de economia solidária no Brasil é uma das pioneiras no mundo e tem servido de referência não só para outros países do Sul – que prosperam com a experimentação de sociabilidades económicas alternativas, mas também para países do Norte que se aproximam destas outras economias não só potencializando novas experiências, mas também visibilizando iniciativas históricas.

No entanto, sabe-se que esta política não reflete apenas uma concessão do Estado, mas sobretudo uma conquista do movimento. O nome de Paul Singer – a quem tenho muito apreço e admiração pessoais e respeito político e intelectual –, foi referendado pelo movimento para orientar a política de economia solidária a fim de conduzir uma política em constante diálogo com a sociedade e em atendimento as demandas dos movimentos sociais com quem se relaciona.

(...) Por fim, reafirmo meu compromisso político e académico de visibilizar estas experiências alternativas de produzir e viver que historicamente são produzidas como invisíveis. O Projeto ALICE (www.alice.ces.uc.pt), sob minha coordenação, vem desenvolvendo diversas pesquisas sobre o tema das outras economias e o Brasil é um dos países que desperta nossa atenção tanto no que diz respeito as experiências práticas desenvolvidas pelos sujeitos coletivos (trabalhadores do campo e da cidade, indígenas, quilombolas, catadores de materiais recicláveis...), como no que diz respeito as políticas publicas realizadas pelo Estado brasileiro para este fim.

Os meus melhores cumprimentos"

Boaventura de Sousa Santos

Coimbra, 29 de junho de 2015.

Carta Aberta de Boaventura de Sousa Santos às Autoridades Brasileiras
sobre a Manutenção da Política Pública Economia Solidária